



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RENATO CONTENTE FREIRE DE MENEZES

**ENTRE A ANORMALIDADE E A ABJEÇÃO DOS CORPOS: regularidades
temáticas do discurso LGBTfóbico nos comentários da página do Facebook do Diário de
Pernambuco**

Recife

2018

RENATO CONTENTE FREIRE DE MENEZES

**ENTRE A ANORMALIDADE E A ABJEÇÃO DOS CORPOS: regularidades temáticas
do discurso LGBTfóbico nos comentários da página do Facebook do Diário de
Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Gênero e comunicação.

Orientadora: Carolina Dantas.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

M543e Menezes, Renato Contente Freire de
Entre a anormalidade e a abjeção dos corpos: regularidades temáticas do discurso LGBTfóbico nos comentários da página do Facebook do Diário de Pernambuco / Renato Contente Freire de Menezes. – Recife, 2018.
150f.: il.

Orientadora: Carolina Dantas.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018.

Inclui referências e anexo.

1. LGBTfobia. 2. Regularidades temáticas. 3. Discurso LGBTfóbico. 4. Discurso de ódio. 5. Redes Sociais. I. Dantas, Carolina (Orientadora). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2019-02)

RENATO CONTENTE FREIRE DE MENEZES

**ENTRE A ANORMALIDADE E A ABJEÇÃO DOS CORPOS: regularidades
temáticas do discurso LGBTfóbico nos comentários da página do Facebook do Diário de
Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 23/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carolina Dantas de Figueiredo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cristina Teixeira Vieira de Melo (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (Examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta pesquisa a Dandara dos Santos, que aqui representa as 788 vidas
ceifadas pela LGBTfobia no período de execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Carolina Dantas, orientadora que me acompanhou ao longo desse percurso com generosidade e paciência.

A Gustavo Gomes e Cristina Teixeira, por terem aceitado compor as bancas de qualificação e de defesa. Suas contribuições na qualificação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários e professores do PPGCOM que me auxiliaram de diversas formas. Em especial a equipe da secretaria, Roberta Bacelar, Cláudia Romeira e Zé Carlos Silva.

Ao CNPQ, pela bolsa de pesquisa concedida, com a qual pude realizar este trabalho com tranquilidade e segurança.

À minha mãe, Regina, e ao meu pai, Paulo, que, em meio a condições adversas, sempre lutaram para que a educação fosse uma prioridade irrevogável em nossa casa.

Às minhas avós, Nazaré e Amélia (*in memoriam*), “vacas de divinas tetas”, guardiãs da minha ancestralidade.

A Camila Estephania e Márcio Bastos, sem os quais eu não sou.

A Sabrina Almeida, “filha de lavadeira” como eu, que vislumbrou na educação possibilidades concretas de transformação. Minha inspiração, meu conforto, minha saudade.

A Paula Pessoa, primeira grande referência de amizade. Obrigado pela força e presença constantes ao longo dos últimos 23 anos de construção pessoal mútua.

Aos “ciberamores” que o mestrado me trouxe: Amanda Tavares, Caio Castro e Renata Coutinho. Esse trabalho carrega muito de vocês, das trocas de leituras, dos colos nas crises, do suporte acadêmico, afetivo e pessoal. Obrigado pela força.

A Isabel Assunção, psicoterapeuta que me acolheu com carinho e sabedoria.

Aos alunos da disciplina Gênero, sexualidade e redes sociais, pela potência deslumbrante e pelos ensinamentos que levo para a vida.

Agradeço também a Alice Alves, Amanda Calazans, Barbara Moraes, Beatriz Braga, Bruna Monteiro, Daniel Monteiro, Estela Carielli, Flávia Silva, Hugo Viana, Jean Stedile, Julio Paschoal, Karla Patriota, Leo Mozdzenski, Maria Eduarda da Rocha Mota, Mariana Banja, Marilurdes Brito, Paola Araújo, Pedro Procópio, Pricilla Farina Soares, Priscila Patrícia, Ricardo Duarte, Rosimar Contente, Talles Colatino, Tatiana Meira, Thais Cavalcanti, Thiago Dias Oliva e Vinicius Buarque. E aos meus gatos, que foram companhia constante e afetuosa nas inúmeras madrugadas de leitura e escrita: Samu, Estelita, Preta, Luna e Apolo.

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”

(Michel Foucault)

*“A mais triste nação
Na época mais podre
Compõe-se de possíveis
Grupos de linchadores”*

(Caetano Veloso)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as regularidades temáticas do discurso LGBTfóbico no âmbito das redes sociais online, especificamente nos espaços conversacionais de característica midiática. Partimos do pressuposto de que os comentários degradantes direcionados à população LGBT constituem atos performativos de ódio cujos enunciados tomam forma e são reproduzidos na medida em que são continuamente reiterados na dinâmica das conversações em rede, como modo de materializar discursivamente as percepções estigmatizantes em torno dos indivíduos de expressões de gênero e sexualidade dissidentes da heteronorma. Para atingir nosso objetivo, propomos uma análise dos comentários estimulados por três publicações de notícias com a temática LGBT postadas na página do Facebook do jornal Diário de Pernambuco, entre 1º de abril e 30 de setembro de 2016, através de uma metodologia quanti-qualitativa articulada a uma análise do discurso de linha foucaultiana.

Palavras-chave: LGBTfobia. Regularidades temáticas. Discurso LGBTfóbico. Discurso de ódio. Redes sociais.

ABSTRACT

The present research aims to investigate the thematic regularities of LGBTphobic discourse in the scope of online social networks, specifically in the conversational spaces of mediatic characteristics. We sustain that degrading comments directed at the LGBT population are performative acts of hatred, whose statements take shape and are reproduced as they are continually reiterated in the dynamics of the network talks, as a way of discursively materializing the stigmatizing perceptions around individuals of gender and sexuality expressions that go against heteronormativity. In order to achieve our objective, we propose an analysis of the comments stimulated by three news publications about LGBTs, posted on the *Diário de Pernambuco* newspaper's Facebook page, between April 1st and September 30th, 2016. When it comes to methodology, we chose a quantitative-qualitative approach articulated with elements from Foucauldian discourse analysis.

Keywords: LGBTphobia. Thematic regularities. LGBTphobic discourse. Hate speech. Social networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Publicação da notícia 1 no Facebook do Diário de Pernambuco.	74
Gráfico 1 –	Classificação geral dos comentários da Análise 1.....	77
Quadro 1 –	Bloco 1 da Análise 1.....	80
Quadro 2 –	Bloco 2 da Análise 1.....	85
Quadro 3 –	Bloco 3 da Análise 1.....	88
Quadro 4 –	Bloco 4 da Análise 1.....	91
Figura 2 –	Publicação da notícia 2 no Facebook do Diário de Pernambuco.	95
Gráfico 2 –	Classificação geral dos comentários da Análise 2.....	96
Quadro 5 –	Bloco 1 da Análise 2.....	98
Quadro 6 –	Bloco 2 da Análise 2.....	104
Quadro 7 –	Bloco 3 da Análise 2.....	108
Quadro 8 –	Bloco 4 da Análise 2.....	110
Figura 3 –	Publicação da notícia 3 no Facebook do Diário de Pernambuco.	115
Gráfico 3 –	Classificação geral dos comentários da Análise 3.....	116
Quadro 9 –	Bloco 1 da Análise 3.....	117
Quadro 10 –	Bloco 2 da Análise 3.....	121
Quadro 11 –	Bloco 3 da Análise 3.....	125
Quadro 12 –	Bloco 4 da Análise 3.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Comparativo entre comentários LGBTfóbicos e empáticos	133
Tabela 2 –	Comparativo entre comentários LGBTfóbicos masculinos e comentário empáticos femininos.....	134
Tabela 3 –	Visão geral das reações nas três postagens.....	134

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O OUTRO QUEER NO CONTEXTO CONSERVADOR GLOBAL.....	17
2.1 O despertar conservador nas redes sociais online	17
2.2 A mentalidade conservadora neoliberal	21
2.3 O Mesmo e o Outro.	28
2.3.1 O Outro na modernidade.....	32
2.3.2 O Outro constitutivo e a abjeção dos corpos	36
2.4 Biopolítica, anormalidade e moralidade dos comportamentos	39
2.5 Heterossexualidade cisgênera como traço distintivo	45
3 DISCURSO NAS REDES SOCIAIS.....	51
3.1 Componentes do discurso	51
3.2 Discurso, poder e verdade.....	54
3.3 Atos performativos de ódio.....	57
3.4 Polêmicas discursivas na conversação em rede	61
3.5 Discursos de ódio explícitos e velados	66
4 METODOLOGIA E ANÁLISES	69
4.1 Metodologia.....	69
4.2 Análise 1 – Participação no Altas Horas de filho de casal homoafetivo provoca reações nas redes sociais	74
4.3 Análise 2 – Papa Francisco diz que Igreja deve pedir desculpas aos homossexuais ..	95
4.4 Análise 3 – Criança trans é adotada por mulher trans em Jaboatão	115
5 CONCLUSÃO.....	132
REFERÊNCIAS	138
ANEXO 1 – ÍNDICE DE NOTÍCIAS COM TEMÁTICA LGBT COLETADAS	143

1 INTRODUÇÃO

No dia 25 de agosto de 2017, o Diário de Pernambuco publicou um editorial intitulado “A sociedade embrutecida”¹, no qual cita dois casos tidos como “balizadores do ódio que é disseminado e agora potencializado em redes sociais de relacionamento na internet”. Um deles dizia respeito à Miss Brasil 2017, Monalysa Alcântara, negra e piauiense, vítima de comentários racistas nas redes sociais do próprio jornal; o outro correspondia ao primeiro pai transexual de Pernambuco, que, junto à sua companheira, registrou um bebê com um nome agênero. Na matéria publicada nas redes sociais do jornal, o casal natural de Vitória de Santo Antão, a 50 km do Recife, explicou que criaria a criança com o gênero neutro até que ela tivesse condições de discernir sua própria identidade de gênero.

Na página do Facebook do veículo, uma enxurrada de comentários de ódio, ameaças de morte e agressões de toda sorte. Infelizmente, nada incomum na dinâmica que uma publicação com essa temática suscita online. Dessa vez, no entanto, o perigo transbordou das telas: reconhecidos na rua, os pais do bebê foram hostilizados por conterrâneos e ameaçados em uma estação de metrô. Intimidados com os comentários nas redes sociais², eles pediram que o jornal apagasse a publicação da notícia no Facebook e registraram denúncia em uma delegacia de crimes cibernéticos. Além de respeitar a decisão do casal, o jornal, pela primeira vez, posicionou-se publicamente contra as recorrentes manifestações de ódio de seus próprios seguidores.

Hannah Arendt (2010, p. 8) descreveu como sombrios os tempos em que os assuntos dos homens deixam de ser iluminados em decorrência da manutenção de antigas verdades. Em suas palavras, assim são os tempos em que o ódio legítimo conduz à fealdade, “a ira infundada que torna a voz rouca”. Impossível não associar essa percepção de Arendt às antigas verdades que mantêm como únicas expressões legítimas de gênero e sexualidade as que advêm de uma matriz heterossexual e cisgênera. Nos últimos anos, esse posicionamento vem sendo continuamente reafirmado através de um sem número de episódios, como o próprio caso do bebê de nome agênero, a censura à exposição *Queer Museu – Cartografia da diferença na América Latina*, em setembro de 2017, em Porto Alegre, e os ataques à filósofa estadunidense Judith Butler, em novembro de 2017, em São Paulo. Em comum, tais investidas

¹ Disponível em:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/opiniaio/2017/08/25/interna_opiniaio,174333/a-sociedade-embrutecida.shtml>. Acesso em 27/08/2017.

² O termo “redes sociais” será utilizado neste trabalho como sinônimo de “redes sociais online”.

foram organizadas através das redes sociais, em nome da permanência de estruturas de poder que têm como eixos basilares a heterossexualidade e a cisgeneridade compulsórias.

Os comentários de ódio presentes nos espaços conversacionais das redes sociais consistem em violências discursivas que se manifestam em acontecimentos aterradores ao redor do mundo na atualidade, dos campos de concentração para homossexuais na Chechênia ao assassinato público da travesti Dandara dos Santos, cujo linchamento em uma rua de Fortaleza viralizou nas redes sociais. No Brasil, país que mais mata LGBTs³ no mundo⁴, acumulam-se os crimes cometidos em nome das antigas verdades de que fala Arendt, produzidas e mantidas pelos discursos hegemônicos que nos atravessam e condicionam o tecido social. Também são crimes que contam com significativa aprovação coletiva, tendo em vista, retomando a precisa descrição da filósofa alemã, a ira infundada que expõe um coro de vozes roucas nas redes sociais.

Diante desse contexto, este trabalho se propõe a entender a produção e a circulação do discurso LGBTfóbico nos comentários publicados nas redes sociais de sites de notícias, onde nossa cultura está sendo continuamente interpretada e reconstruída (RECUERO, 2012, p. 17). Para isso, nos detemos à investigação das regularidades temáticas que compõem esse discurso. Partimos do pressuposto de que as regularidades temáticas da LGBTfobia são reiteradas e reproduzidas através de atos performativos de ódio (BUTLER, 1997), procedimento que permite a consolidação, perpetuação e ressignificação de enunciados estigmatizantes atrelados a esta formação discursiva específica. Assim sendo, os espaços conversacionais das redes sociais atuam como laboratórios discursivos nos quais enunciados estigmatizantes são consolidados, a partir da repetição promovida pelos atos performativos, mas também questionados, através de micro-resistências expressadas na dinâmica das polêmicas discursivas (AMOSSY, 2017).

³ Embora estejamos conscientes da limitação da sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros), decidimos utilizá-la por corresponder ao padrão brasileiro vigente no que diz respeito a políticas públicas e aos movimentos sociais. Reiteramos, no entanto, a inclusão de outras minorias sexuais estigmatizadas no escopo deste trabalho, ao exemplo dos intersexuais e das demais identidades *queer*.

⁴ De acordo com dados obtidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), uma pessoa LGBT é assassinada a cada 19 horas no Brasil. Em 2017, 435 indivíduos foram mortos por discriminação de gênero e orientação sexual – um aumento de 30% em relação ao ano anterior, que já havia registrado o maior número de assassinatos por motivação LGBTfóbica desde o início das apurações anuais do GGB, no início dos anos 1970. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

Buscamos respostas para essa problemática na página do Facebook⁵ do jornal Diário de Pernambuco⁶, onde coletamos, no período de seis meses, entre 1º de abril e 30 setembro de 2016, 90 publicações de notícias com a temática LGBT. Desse montante, selecionamos a notícia com mais reações⁷ de cada bimestre do período de coleta, totalizando na análise de três publicações. Aderimos a uma metodologia quanti-qualitativa atrelada a uma análise do discurso de linha foucaultiana, por entendermos que a combinação desses métodos possibilita uma compreensão mais abrangente do ecossistema virtual em questão, considerando a dinâmica das centenas de comentários e respostas a comentários em cada publicação.

Por entendermos como fundamental a contextualização dos tempos sombrios dentro dos quais o discurso LGBTfóbico encontra ressonância, o primeiro capítulo se debruça sobre a retomada do discurso conservador no contexto global, tendo como foco as investidas contra as expressões de gênero e sexualidade dissidentes. Tecemos considerações a respeito do momento atual a partir da noção de épistêmê (FOUCAULT, 2000), em que é estabelecida a delimitação do Mesmo e do Outro, e da mentalidade neoliberal que fomenta um cenário social propício à exclusão e eliminação dos indivíduos enquadrados como Outros. Destacamos a questão do Outro *queer* a partir dos tensionamentos com o Mesmo heterossexista, como proposto por Butler (1993; 2015; 2016), sem desconsiderar o Outro no âmbito da modernidade, em especial o conceito de banalidade do mal de Arendt (1999), à luz dos comentários de ódio nas redes sociais.

Também no primeiro capítulo, mobilizamos diferentes aspectos da LGBTfobia manifestados nos comentários de ódio nas redes sociais, articulados à cisão entre o Outro *queer* e o Mesmo heterossexista. A conceituação desses aspectos se mostrará especialmente pertinente ao longo da análise dos comentários, no capítulo três, no sentido de embasar teoricamente as regularidades temáticas identificadas nesta pesquisa. Nesse sentido, consideramos diferentes faces do fenômeno observadas nas análises, como a misoginia (BOURDIEU, 2016), a aversão (BOURDIEU, 2007), a biopolítica (FOUCAULT, 2005; 2008a), a anormalidade (FOUCAULT, 2010), a moralidade dos comportamentos (FOUCAULT, 1984), a abjeção dos corpos (BUTLER, 1993; 2015), a liberdade de expressão e a despolitização.

⁵ O Facebook foi escolhido por ser responsável por 83% dos acessos a sites de redes sociais no Brasil, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015.

⁶ O Diário de Pernambuco foi escolhido por ser o veículo de comunicação local com maior número de seguidores no Facebook (1.336.473 usuários). Atualizado em 29/07/2017.

⁷ No período das análises, as opções de reação a uma publicação no Facebook eram: “Curtir” (aprovação), “Amei” (afetividade), “Haha” (humor), “Uau” (surpresa), “Triste” (tristeza) e “Grr” (raiva).

No segundo capítulo, partimos do conceito foucaultiano de discurso para uma compreensão geral acerca dos componentes que formam os diversos discursos que constituem o tecido social. Discutiremos as relações entre discurso, poder e verdade que delineiam as relações de dominação percebidas nas conversações das redes sociais, assim como as contrapartidas de resistência que o próprio exercício do poder pressupõe. Em seguida, abordaremos aspectos específicos do discurso de ódio, como maneira de diferenciar os discursos LGBTfóbicos explícitos e os velados, categorias que serão utilizadas nas análises dos comentários no capítulo três. Também introduziremos a noção de atos performativos de ódio e polêmicas discursivas na conversação em rede, como maneira de contextualizar o cenário, as dinâmicas e as práticas do discurso LGBTfóbico nas redes sociais.

No terceiro capítulo, reunimos considerações acerca da metodologia escolhida e elaboramos as análises dos comentários estimulados por publicações de notícias com a temática LGBT na página do Facebook do Diário de Pernambuco. Os comentários que analisamos são baseados em três notícias: *Participação no Altas Horas de filho de casal homoafetivo provoca reações nas redes sociais* (03/04/2016); *Papa Francisco diz que Igreja deve pedir desculpas aos homossexuais* (27/06/2016); e *Criança trans é adotada por mulher trans em Jaboatão* (27/09/2016). Os comentários foram classificados de acordo com os gêneros dos comentadores e com o conteúdo das mensagens, componente que nos permitiu criar as seguintes categorias de análise: Discurso LGBTfóbico explícito, Discurso LGBTfóbico velado, Outros discursos de ódio, Discurso ofensivo, Discurso dúbio, Discurso empático à população LGBT e Outros.

Para este trabalho, reunimos perspectivas distintas na tentativa de estabelecer pontos de entendimento em relação aos aspectos não hegemônicos da vida social, “dos saberes subalternos, das sexualidades ditas ‘periféricas’, dos corpos ininteligíveis e dos processos de assujeitamento”, como bem definiu Fátima Lima (2014, p. 49) ao descrever o propósito dos Saberes Subalternos. Valemo-nos também da definição de Miskolci e Peluci (2012, p. 10), para quem os Saberes Subalternos se diferenciam dos estudos identitários ou de minorias por “privilegiarem não o lugar social (ou identidades) de quem pesquisa ou é pesquisado, mas antes o lugar geopolítico e o corpo-político das enunciações”.

Nesse sentido, faz-se pertinente a tomada de um posicionamento ético-político por parte do pesquisador que vos escreve, considerando os privilégios e opressões que me atravessam e interferem no meu modo de inscrição no mundo. Pertencço à classe média

brasileira, sou nordestino, branco, cisgênero e homossexual, característica pessoal que teve papel definidor não só na formação da minha subjetividade e do meu corpo-político, como também na delimitação dos recortes e perspectivas propostos neste trabalho. São escolhas, portanto, que não se vinculam a nenhum pressuposto de neutralidade. Pensando no direcionamento proposto por Miskolci e Peluci, busco partilhar de um lugar epistêmico de questionamento das teorias eurocêntricas que, “sob alegado universalismo, privilegiam uma forma de conhecer que toma o Ocidente, a branquitude, o masculino e a heterossexualidade como a medida do ser humano” (2012, p. 10).

2 O OUTRO QUEER NO CONTEXTO CONSERVADOR GLOBAL

Neste capítulo inicial, colocaremos em foco a contextualização do fenômeno da retomada do discurso conservador a partir de sua percepção nas redes sociais, destacando as investidas contra as expressões de gênero e sexualidade dissidentes através do discurso LGBTfóbico. Nesse sentido, discutiremos a relação entre o Mesmo e o Outro presente na conceituação de épistemê (FOUCAULT, 2000) e o avanço da mentalidade neoliberal. Também mobilizamos diferentes aspectos da LGBTfobia manifestados nos comentários de ódio nas redes sociais, articulados à cisão entre o Outro *queer* e o Mesmo heterossexista, com o objetivo de embasar teoricamente algumas das regularidades temáticas que compõem o discurso de ódio contra indivíduos LGBTs, a partir de Foucault (1984; 2005; 2008a; 2010), Butler (1993; 2015) e Bourdieu (2007; 2016).

2.1 O despertar conservador nas redes sociais online

Diante de um desmanche generalizado de instituições, hábitos e afetividades, dificilmente pode-se falar de uma camada da contemporaneidade que não seja atravessada pela ideia de “crise”, como aponta Chauí (2006, p. 324) ao descrever nossos tempos como inerentes à instabilidade, à dispersão, à fragmentação e ao individualismo exacerbado, em um contexto penetrado pela violência. O crescente espaço tomado pelo discurso conservador em escala global, aliado à engrenagem neoliberal e à fragmentação de referenciais primários, como as conexões afetivas e a relação com a tecnologia, compõe parte significativa da força motriz do estado de crise que vivenciamos atualmente. Também constituem esse complexo cenário as reações ao discurso conservador. Amplificadas ao ritmo da expansão desse discurso, elas se entrelaçam às fricções políticas que tomam corpo no tecido social, ao exemplo dos levantes LGBTs, feministas, negros, indígenas e a série de Ocupes ao redor do mundo (FIGUEIREDO, 2015, p. 101).

Tal estado de crise, por assim dizer, deixa à mostra disputas por poder, saberes e verdades que revelam a tensão constante entre aqueles que determinam a ordem “natural” das coisas e aqueles a quem são impostas posições inferiores e/ou marginalizadas no jogo social, através de hierarquias de classe, raça, gênero e sexualidade. Testemunhamos embates dessa sorte nos pequenos gestos do cotidiano, na agenda midiática à qual somos expostos diariamente e nos demais espaços onde transitamos e convivemos, sejam eles físicos ou virtuais. Nesse sentido, os espaços virtuais podem ser lidos como vitrines do estado de crise

que vivenciamos ao evidenciar as faíscas advindas do contato entre a épistemê vigente e aqueles que sentem, em seus próprios corpos e vivências, uma relação de desajuste em relação ao sistema ordenativo dominante. Assim, as conversações nas redes sociais constituem fértil materialidade discursiva para a observação de fenômenos sociais de natureza violenta por reproduzir e sistematizar, dentro das possibilidades da linguagem, dinâmicas comuns à realidade offline.

Se por um lado sites como o Facebook tendem a estimular círculos sociais homogeneizados, devido a um sistema de algoritmos que constrói ao redor dos usuários uma “bolha” de interesses e perspectivas em comum⁸, a mesma plataforma conecta sujeitos com pouco ou nenhum grau de compatibilidade, estabelecendo pontos de polêmica⁹ nas redes às quais eles são integrados. As redes sociais permitem uma maior conectividade entre os indivíduos, tornando sobressalentes os conflitos que se surgem nas micro-relações advindas do uso massivo das NTICs¹⁰ e do consequente compartilhamento de publicações, notícias e informações.

Para Penachioni et al. (2016, p. 93), a disseminação de discursos belicosos e de ódio são potencializados pelas conexões em rede, que permitem uma maior concentração de sujeitos sob uma mesma discursividade. Tendo isso em vista, somos levados a considerar que as redes possibilitam que enunciados, discursos e imagens se propaguem de maneira viral, atingindo um público mais amplo do que o das mídias tradicionais. Dessa maneira, realizam “elos entre sujeitos que antes se encontravam distantes geograficamente, permitindo uma concentração e potencialização do discurso de ódio e possibilidades de estratégias violentas” (Idem).

Os fóruns públicos que caracterizam parte dos espaços conversacionais dos sites de redes sociais, como as caixas de comentários abertas sem restrições aos usuários, são espaços propícios para o surgimento de polêmicas discursivas (AMOSSY, 2017), como veremos no capítulo dois. Nas palavras de Recuero (2012, p. 17), as conversações realizadas nesses espaços “são capazes de delinear redes, trazer informações sobre sentimentos coletivos,

⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/06/tecnologia/1430934202_446201.html>. Acesso em 19/07/2017.

⁹ Neste trabalho, utilizamos o conceito de polêmica de Ruth Amossy (2007) para nos referirmos às disputas discursivas nas redes sociais.

¹⁰ Na perspectiva de Belloch (2012, p. 1, tradução nossa), as NTICs consistem em tecnologias para armazenamento, recuperação, processamento e compartilhamento de informações. Elas giram em torno de três eixos principais: a informática, a microeletrônica e as telecomunicações. Interconectados entre si, esses meios são capazes de produzir novas realidades comunicativas que modulam e afetam as relações cotidianas dos indivíduos.

tendências, interesses e intenções de grandes grupos de pessoas”, uma vez que “é nessa conversação em rede que nossa cultura está sendo interpretada e reconstruída”. Recuero (2012, p. 123) pontua também que essas conversações são permeadas por inúmeras redes dentro dos sites de redes sociais, recebendo interferências e participações de indivíduos que migram para elas (as redes) de suas próprias redes. Para a autora, “uma conversação em rede nasce de conversações entre pequenos grupos que vão sendo amplificadas pelas conexões dos atores, adquirindo novos contornos e, por vezes, novos contextos” (Idem).

Com a diversidade de perspectivas em relação aos temas discutidos nas redes sociais, ganharam visibilidade discursos conservadores que incitam o ódio contra grupos socialmente estigmatizados. Praticados “quando um indivíduo se utiliza do seu direito à liberdade de expressão para inferiorizar e discriminar outrem baseado em suas características, como sexo, etnia, orientação sexual, religião, entre outras” (SILVA, 2014), os discursos de ódio encontraram nesses espaços um terreno de escoamento de ideias que nunca foram removidas do tecido social e dos discursos que o compõem, mas que por um período considerável de tempo tiveram sua circulação e legitimidade restritas (TIBURI, 2017, p. 5).

Para Waldron (apud SILVA et al., 2011, p. 447), esse tipo de discurso adquire novas proporções quando é materializado e posto ao alcance daqueles a quem busca atingir e daqueles a quem busca incitar contra os atingidos. Assim, o problema se instaura quando os limites do plano mental são extrapolados e dão lugar “à duradoura presença da palavra publicada”, que por sua vez é capaz de produzir efeitos nocivos aos alvos correspondentes, como violações a direitos fundamentais e ataques à dignidade humana (Idem).

Duas pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Opinião de Estatística (Ibope) permitem um delineamento desse fenômeno no país, onde o acesso crescente às redes sociais acompanha o aumento da propagação de discursos de ódio nessas plataformas¹¹. Uma delas é a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015¹², que apurou que 48% dos brasileiros entrevistados acessam à Internet, dos quais 92% estão conectados por meio de redes sociais, sendo as mais

¹¹ Uma terceira pesquisa fortalece esse ponto de vista ao cruzar as duas variáveis. O Dossiê Intolerâncias Visíveis e Invisíveis no Mundo Digital, realizado pelo programa Comunica que Muda (CQM), da agência Nova s/b, monitorou dez tipos de intolerância nas redes sociais online entre abril e junho de 2016. Os temas foram aparência, classe social, deficiência, homofobia, misoginia, política, idade/geração, racismo, religião e xenofobia. Foram coletados 542.781 comentários postados no Facebook, Twitter, Instagram, blogs e sites. Em todos os temas analisados, o percentual de abordagens negativas ultrapassou 84%. Em sua maioria, expressavam intransigências, ataques e zombarias contra grupos ou pessoas específicas. Disponível em: <<http://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nas-redes/>>. Acesso em 28/05/2017.

¹² Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em 17/05/2017.

utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%). A Pesquisa de Opinião Pública sobre Valores Pessoais 2016¹³, por sua vez, mapeou o grau de conservadorismo dos brasileiros em uma análise comparativa entre dados coletados em 2010 e 2016. Os entrevistados foram questionados a respeito de cinco temas: legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, pena de morte, prisão perpétua e redução da maioridade penal. O resultado da pesquisa foi orientado a partir de uma escala de 0 a 1, em uma progressão que vai de “conservador” a “liberal”. Enquanto a pontuação média obtida em 2010 foi 0,686, em 2016 esse número caiu para 0,656, sinalizando um significativo crescimento de opiniões conservadoras – em sua maioria, emitidas por indivíduos do sexo masculino, menos escolarizados e evangélicos.

Destacadas como elementos estranhos em meio a um corpo social de condução heteronormativa, também hegemonicamente branco e cisgênero, as pessoas de sexualidades e gêneros periféricos, como se refere Foucault (2005a, p. 48), são alvo recorrente de agressões físicas e simbólicas. Estão entre os seres anormais e os corpos indóceis e indisciplinados problematizados por Foucault (2005a; 2010), assim como os corpos abjetos descritos por Judith Butler (1993; 2015). São indivíduos que sofrem estigmas (e não raro reproduzem-nos entre os seus pares) que repousam com estabilidade no discurso dominante. Imbricado em relações de poder complexas, o discurso LGBTfóbico preserva em seu cerne as condutas conservadoras que vêm reconquistando fôlego nos últimos tempos (CHAUÍ, 2016, p. 325), com a tomada de espaços estratégicos na política, na cultura e nas regiões menos rastreáveis do tecido social.

Se as ideias conservadoras passaram a ser questionadas com maior amplitude na década de 1960, através de lutas políticas globais que contribuíram para o fortalecimento dos movimentos sociais (FILHO, 2016, p. 19; THIOLENT, 1998, p. 65), elas parecem ter reencontrado uma abrangente validação social que lhes possibilitaram ser desencobertas dos mantos sob os quais resistiam com relativa discrição. Nesse contexto, recolocaram em ampla circulação disposições ao ódio que se pretendem relativizadas e normatizadas. Entre diversos exemplos, visualizamos essa afirmação nas manifestações de supremacistas brancos e neonazistas na cidade de Charlottesville¹⁴, no estado norte-americano da Virgínia, sob o governo do presidente Donald Trump, em agosto de 2017, e nas demandas de setores

¹³ Disponível em: [http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(impressa\)-v2.pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_1713_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(impressa)-v2.pdf). Acesso em 17/05/2017.

¹⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/14/internacional/1502674941_223591.html. Acesso em 24/08/2017.

conservadores brasileiros que, pelo menos desde 2014, vem conquistando numerosos adeptos em prol de uma nova intervenção militar no país¹⁵.

Entre os fatores que teriam contribuído para um cenário convidativo a um conservadorismo generalizado, estão o espraio da mentalidade neoliberal nos diferentes âmbitos da vida humana, como pontuaremos a seguir, e a crise das esquerdas¹⁶, condições que tornam ainda mais visíveis as consequências trazidas pela cisão entre o Mesmo e o Outro, como Foucault (2000) nomeia a delimitação-chave que compõe uma épistêmê. Nos tópicos que seguiremos, destacaremos a questão do Outro *queer* a partir dos tensionamentos com o Mesmo heterossexista, elencando como ponto central o Outro constitutivo. Nesse sentido, mobilizaremos diferentes faces da LGBTfobia cujas conceituações embasarão as regularidades temáticas investigadas nas análises.

2.2 A mentalidade conservadora neoliberal

A atuação do presidente Michel Temer – alçado ao poder através de um controverso processo de impeachment, em agosto de 2016 –, com apoio efetivo do Congresso mais conservador desde o golpe militar¹⁷, em favor de projetos como a reforma trabalhista e o Novo Ensino Médio, reflete a mentalidade conservadora que se espraia no país. Se por aqui também acompanhamos a crescente adesão ao deputado federal Jair Bolsonaro como opção presidencial para 2018, observamos a chegada do republicano Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e a ascensão dos ultradireitistas Marine Le Pen, na França, e Geert Wilders, na Holanda, como acontecimentos que tornam sobressalente o avanço do conservadorismo em escala global. Podemos citar realidades ainda mais truculentas, como as atuações dos presidentes Rodrigo Duterte, nas Filipinas, Joko Widodo, na Indonésia, e Recep Tayyip, na Turquia (CHARLEAUX, 2017).

Para Casarões (2017), a “onda conservadora” atual é conduzida por uma tendência à rejeição econômica e política à globalização. O pesquisador defende que, de uma perspectiva econômica, os efeitos recessivos da crise global de 2008 “reorganizaram a política internacionalmente, unindo os ‘perdedores da globalização’ em torno de candidatos protecionistas, nacionalistas e xenófobos”. Na perspectiva do autor, é visível um “crescente

¹⁵ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>. Acesso em: 29/10/2017.

¹⁶ Ver Barroco (2011), Safatle (2015), Löwy (2015) e Calil (2016).

¹⁷ Levantamento divulgado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, quando das eleições de outubro de 2014. Dados mais detalhados podem ser conferidos em nota de rodapé na página 9.

apelo a soluções políticas quase ditatoriais como forma de superar mazelas sociais, como criminalidade urbana, narcotráfico e corrupção, no espectro dos países emergentes” (CASARÕES, 2017). No caso do Brasil, uma variável fortalece o contexto conservador: o crescente número de candidatos eleitos em defesa de pautas religiosas¹⁸, com a pretensão de rever a noção de Estado laico e introduzir temas comportamentais à agenda legislativa, em especial pautas que visam a minar os direitos da população LGBT.

Os componentes do conservadorismo adquirem efetivação na medida em que encontram um terreno propício não de um ponto de vista político, econômico e social, mas também cultural. Nesse sentido, podemos articular o espectro conservador atual à mentalidade neoliberal, que, mais do que a expressão de uma ideologia ou de uma política econômica, compreende um sistema normativo que ampliou sua influência globalmente, tendo estendido a lógica do capital às relações sociais e a todas as esferas da vida humana. Dessa maneira, a mentalidade neoliberal consiste em um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Maria Lucia Barroco propõe (2011) uma análise da sociabilidade contemporânea a partir do rastro neoliberal. A autora argumenta que as transformações operadas no capitalismo mundial, a partir da década de 1970, resultaram no agravamento da desigualdade estrutural e na degradação da vida humana e da natureza. Ao intervir na vida dos indivíduos, esse processo teria produzido uma nova dinâmica dentro do conjunto das relações sociais, especialmente por conta da insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente pelos sujeitos em seu cotidiano. Nesse contexto, o pensamento dominante do capitalismo contemporâneo justifica as transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital (BARROCO, 2011, p. 206).

Como situam Dardot e Laval, a crise econômica de 2008 demonstrou que o neoliberalismo engendra desastres de ordem econômica, social, ética e política na mesma medida em que se autofortalece, ao fazer surgir “um sistema de normas e instituições que comprime as sociedades como um nó de força” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8). Instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional

¹⁸ A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) elegeu para o quadriênio 2015-2018 cerca de 30% a mais de candidatos em relação ao quadriênio anterior, totalizando 90 parlamentares atualmente em atividade. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/19/bancada-evangelica-cresce-e-mistura-politica-e-religiao-no-congresso.ht>>. Acesso em 07/06/2017.

(oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais e atores financeiros), o neoliberalismo dificulta a ação coletiva, uma vez que os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência integral. Os autores destacam a emergência de novos tipos de subjetivação estimulados pela mentalidade neoliberal, a partir das formas de gestão na empresa, do desemprego, da precariedade, da dívida e da avaliação.

A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo, e por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo. [...] Não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9)

Os novos modos de subjetivação abordados por Dardot e Laval (2016) estão relacionados à vivência centrada no presente e ao individualismo exacerbado abordados por Barroco (2011). Em um contexto penetrado pela violência, esses modos de subjetivação originam formas de comportamento atravessadas pela insegurança, instabilidade e fragmentação. Em sentido semelhante, Penachioni, Guisordi e Prada (2016, p. 82) tratam da produção de subjetividades no contexto neoliberal e destacam quatro tipos fundamentais: o endividado, o securitizado, o representado e o mediatizado. As autoras destacam que essas subjetividades não se apresentam necessariamente isoladas entre si, mas entrecruzando-se “no embate entre os múltiplos dispositivos de controle existentes atualmente” (PENACHIONI et al., 2016, p. 82).

Enquanto o endividado diz respeito ao indivíduo produzido pela hegemonia das finanças e dos bancos, tendo sua vida “controlada pela austeridade e estratégias de sobrevivência que a delimitam”, o securitizado é aquele fabricado pela insegurança social e que sempre teme o Outro, aceitando viver sob múltiplos dispositivos de segurança com o propósito de eliminar a ameaça que o Outro e o seu meio social incidem sobre a sua existência. O representado, por sua vez, consiste no indivíduo esgotado politicamente, que não vislumbra maneiras de agir no mundo senão pela ideia de ser representado por terceiros na esfera política (PENACHIONI et al., 2016, p. 83).

A figura do mediatizado nos interessa particularmente por acreditarmos que se aproxima dos indivíduos que produzem o que elegemos como objeto de estudo deste trabalho: os comentários LGBTfóbicos nas redes sociais. Nesse sentido, os mediatizados se

localizariam na massa de indivíduos que, sob uma discursividade conservadora, compartilham mensagens de ódio e promovem ataques contra minorias sexuais nas redes sociais. Eles se enquadram, portanto, nos indivíduos que Butler (1997, p. 81) denomina como falantes-do-ódio. Mais adiante, articularemos essa figura de subjetividade pensada no contexto neoliberal à conceituação de Hannah Arendt (1999) em torno da banalidade do mal.

Essas são ideias desenvolvidas a partir de indivíduos que vivenciaram processos de normatização de violências variadas, associados a condições sociais, políticas, econômicas e mesmo tecnológicas favoráveis à produção de discursos de ódio contra populações subalternas. Neste trabalho, no entanto, não buscamos afirmar que todo autor de comentários de ódio é, necessariamente, um indivíduo mediatizado, refém de um processo inevitável de irreflexão e, portanto, destituído de agência. Afinal, os comentários de ódio podem partir justamente de um processo de “hiperreflexão”, se considerarmos elaborações de discursos com fins específicos, como sites e grupos organizados que desenvolvem e disseminam *fake news*.

Ao contrário de uma análise dos indivíduos em si, o que seria impossibilitado pelas próprias limitações práticas da pesquisa, enfocaremos nos efeitos de sentido produzidos pelos *ethe*¹⁹ apresentados por esses indivíduos em seus comentários. Como argumenta Fiorin (2004), a análise do *ethos* do enunciador (ou seja, o autor do enunciado manifestado através do ato de enunciação) não remete a uma perspectiva psicologizante: “trata-se de apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado e de um psiquismo responsável pelo discurso”, dado que o *ethos* é “uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito” (FIORIN, 2004, p. 17).

Nossa abordagem, portanto, dialoga com o entendimento de Butler (1997) de que “não há nenhum falante-do-ódio por trás das expressões do discurso de ódio”, dado que “a identidade do falante-do-ódio é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que supostamente são seus resultados” (BUTLER, 1997 apud SALIH, 2017, p. 146). Tal assumpção se relaciona diretamente à percepção de Butler de que não há agentes da linguagem soberanos – ou seja, os atos enunciativos dos indivíduos são tomados pelos discursos que condicionam o tecido social –, e que a linguagem consiste em “uma cadeia citacional que precede e excede os sujeitos falantes, os quais são retroativamente instalados pelo discurso e no discurso” (SALIH, 2017, p. 146). Assim, em detrimento de constituir

¹⁹ *Ethe* equivale ao plural de *ethos*.

sujeitos propriamente ditos, os atos enunciativos de ódio nas redes sociais denotam discursos em movimento, manifestados através dos *ethe* daqueles a quem Fiorin (2004, p. 17) se refere como sujeitos construídos pelo discurso ou autores discursivos.

Nesse contexto, o *ethos* do indivíduo mediatizado aponta para o “sujeito imerso e sufocado pelo excesso de informações”, incitado constantemente à expressão e afeito a uma “articulação rasa, pouco aprofundada, da reflexão crítica do pensamento” (PENACHIONI et al., 2016, p. 83). Penachioni *et al.* ressaltam que a figura do mediatizado não constitui necessariamente um sujeito alienado, uma vez que “sua consciência é completamente inserida e absorvida pela rede”, sendo dispersa e fragmentada “em meio a tantas multiplicidades virtuais de informações, novidades, sites, produtos novos e etc.” (PENACHIONI et al. 2016, p. 84).

Ao contrário do que se poderia supor, o sujeito imerso neste mar de informação não é passivo, pois este mar nos convoca o tempo todo a participar dele, navegando em suas postagens, com comentários, ou postando e compartilhando notícias, contribuindo com opiniões, narrativas de nossas vidas e experiências, imagens, vídeos [...]. O mediatizado não é nem passivo, visto suas ações serem estimuladas, nem ativo, posto que suas ações não provocam efetivamente mudanças, logo, é uma figura neutra absorvida na rede, na figura do mediatizado reside a inteligência humana mistificada e despotencializada. Ou melhor, o mediatizado está pleno de informação morta, sufocando nossos poderes de criar informação viva. (PENACHIONI et al., 2016, p. 84)

A figura do mediatizado encontra condições de existência no sistema ideológico neoliberal em meio à sua instabilidade e dispersão, condição que estimula o fracasso dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade, nas palavras de Barroco (2011, p. 208). Nessas condições, o cenário atual se torna receptivo às diversas manifestações de violência que observamos nos ambientes virtuais como reflexo da realidade concreta.

A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira, a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia. (BARROCO, 2011, p. 208)

Barroco argumenta que o neoconservadorismo (o conservadorismo situado no contexto neoliberal atual) busca legitimação através da repressão dos trabalhadores ou da

criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Para a autora, essas formas de repressão implicam violência contra o Outro, sendo mediadas moralmente, em diferentes níveis, na medida em que objetivam a negação do Outro. Quando o Outro é discriminado, portanto, a ele é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças (BARROCO, 2011, p. 209).

A mentalidade neoliberal teve espaço central nas pesquisas de Foucault entre 1977 e 1979, período em que o filósofo aprofundou o conceito de biopolítica através de sua articulação com a genealogia do estado moderno e do próprio neoliberalismo. Nesse sentido, o que Foucault percebe no processo de consolidação do Estado moderno é que a dinâmica da racionalidade econômica passa a determinar a própria dinâmica interna do poder. A biopolítica, portanto, enquanto forma de controle e de gestão de fenômenos ligados à população, “adquire sua centralidade no desenvolvimento e na consolidação das modernas economias capitalistas” (DANNER, 2011, p. 144).

A gênese da biopolítica estaria atrelada ao contexto em que o liberalismo assume a hegemonia política e econômica do Ocidente, período de transição de um poder de soberania para o poder estatal moderno. Dessa maneira, o poder já não tinha como objetivo “punir pura e simplesmente, impor a vontade soberana sobre os súditos, mas sim geri-los em vista da maximização de sua utilidade para o poder e para as instituições” (DANNER, 2011, p. 144). Para Foucault, a emergência de um Estado gestor e normalizador, no fim do século XVIII, constitui um momento no qual “a racionalidade econômica, tal qual concebida pelo liberalismo, passa a determinar o âmbito político e a própria dinâmica social” (DANNER, 2011, p. 145), em esferas como a sexualidade, a criminalidade, a natalidade e a educação.

Danner destaca que, desde fim do século XVIII aos nossos dias, ocorreu uma constante economização do poder político e, com o neoliberalismo, uma economização progressiva das diferentes áreas da vida humana (DANNER, 2011, p. 145). Danner reitera as distinções entre o liberalismo e sua face contemporânea, o neoliberalismo, ao mesmo tempo em que defende que não haja necessariamente “um corte entre um e outro”. Para Foucault, o liberalismo enfatizava, em termos de atividade econômica, a troca, enquanto o neoliberalismo tem como força motriz a competição. Se a troca determinava a estabilidade de mercado, essa função, na mentalidade neoliberal, foi delegada à competição, que passou a ser entendida como matriz da sociedade e das relações políticas.

De acordo com Danner, tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo apontam para a ideia do *homo oeconomicus*, “uma espécie de antropologia do homem entendido enquanto sujeito econômico estando na base da política” (DANNER, 2011, p. 146). Se o *homo oeconomicus* se fazia presente no liberalismo enquanto indivíduo parceiro da troca no mercado, no contexto neoliberal ele se submete à extensão da racionalidade econômica a outros âmbitos da vida humana, de modo que “os processos de socialização e subjetivação, enfeixados nas mais diversas instituições sociais, passam a se regular por esse modelo paradigmático” (DANNER, 2011, p. 149).

A governamentalidade neoliberal, ao operar sobre os desejos e sobre os interesses dos indivíduos, muito mais do que sobre seus direitos e suas obrigações (como Foucault mostrou com suas análises do poder de soberania), não se exerce diretamente sobre o corpo enquanto poder soberano, nem reduz a capacidade de ação desses indivíduos enquanto poder disciplinar. A governamentalidade neoliberal, na verdade, age sobre a motivação das ações, sobre os interesses, e isso de um modo que, paradoxalmente, quanto menos restritivo e menos corporal é o poder, mais intenso e mais onipresente ele se torna. O neoliberalismo fabrica e fomenta o máximo de liberdades; porém, ao submetê-las diretamente à dinâmica da racionalidade econômica, ele exige a sua subsunção aos imperativos de um mercado que abarca e perpassa os indivíduos e a sociedade de um modo integral. (DANNER, 2011, p. 148)

Em linha de pensamento convergente, Butler (2016) nos fornece subsídios para compreender a LGBTfobia contemporânea – e a própria ação do indivíduo que apresenta um *ethos* mediatizado nas redes sociais – através da biopolítica conservada pela mentalidade neoliberal. A filósofa desconstrói o argumento de que as formas de violência e assujeitamento sofridas pelos integrantes dos “novos movimentos sociais”, ao exemplo do próprio movimento LGBT, são “meramente culturais”, e não propriamente econômicas (BUTLER, 2016, p. 229).

Se assim fosse, a autora argumenta, esses tipos de opressão seriam menos importantes do que os tipos de opressão exercidos contra classes que desempenham reconhecida centralidade na estrutura econômica da sociedade, como as mulheres, os negros e os trabalhadores. Nesse sentido, Butler (2016, p. 228) não apenas defende o papel de destaque ocupado pelas questões de gênero dentro da economia política, papel este que é sobretudo de regulação sexual, mas também as violências LGBTfóbicas como produto desse regime econômico.

Para a filósofa, a construção dos sujeitos é impactada pelos múltiplos discursos e tecnologias orquestrados, em grande medida, “por duas instituições seculares e estratégicas para o funcionamento capitalista: o falocentrismo e a heterossexualidade” (BUTLER, 2016, p.

227). Um contrassenso ao funcionamento ideal desse sistema, portanto, residiria nas sexualidades e gêneros dissidentes, não associáveis, em um primeiro momento, aos corpos dóceis e disciplinados descritos por Foucault. Butler (BUTLER, 2016, p. 240) argumenta que a regulação da sexualidade foi sistematicamente vinculada ao modo de produção adequado ao funcionamento da economia política, na medida em que o gênero normativo serve à reprodução da família normativa.

A autora assinala que as operações da LGBTfobia são centrais ao funcionamento da economia política, uma vez que elas constituem uma ameaça fundamental à própria viabilidade desta. Dessa maneira, o econômico, vinculado ao reprodutivo, está necessariamente atrelado à reprodução da heterossexualidade compulsória. Isso não implica que as sexualidades e gêneros dissidentes sejam deixados de fora dessa dinâmica, mas que a sua supressão é essencial para a operação daquela normatividade prévia, fortalecendo um “modo específico de produção e troca sexual que atua para manter a estabilidade do gênero, a heterossexualidade do desejo e a naturalização da família” (BUTLER, 2016, p. 242).

Estimulados pela reflexão de Butler, podemos pensar o indivíduo mediatizado e as outras figuras de subjetividade trazidas por Penachini et al. (2016, p. 82) como materializações do *homo oeconomicus* na realidade neoliberal contemporânea, uma vez que se tratam de categorias humanas fortemente atravessadas pela dinâmica do capital (e pela concorrência interindividual, portanto), inclusive no que diz respeito ao fomento de ódio contra o Outro.

2.3 O Mesmo e o Outro

Nesta parte do capítulo, propomos articular algumas considerações teóricas acerca do Outro, categoria que destaca a capacidade das sociedades de criarem um senso de pertencimento, identidade e status social que define a construção das identidades das maiorias e minorias (ZEVALLOS, 2011). Com isso, pretendemos esclarecer aspectos da questão do Outro no contexto da produção do discurso LGBTfóbico nas redes sociais, na medida em que esta potente categoria simbólica (o Outro), vastamente instrumentalizada politicamente, compreende indivíduos, grupos ou nações estrategicamente dispostos à margem dos poderes hegemônicos, sejam estes de ordem econômica, social, racial ou sexual.

O termo “Outro” possui limitações epistemológicas que merecem ser levadas em consideração. O Outro consiste em uma instância simbólica produzida de um ponto de vista dominante dentro de uma lógica de oposição binária. Quando nos referimos a este termo, estamos conscientes dessa contradição e reiteramos seu caráter passível de crítica, não sendo, portanto, nosso objetivo fortalecer seu uso por um viés etnocêntrico²⁰, que consistiria em “privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos e culturas ‘diferentes’” (CARVALHO, 1997, p. 181). Neste trabalho, portanto, nos atemos ao Outro como forma de evidenciar uma construção simbólica que é utilizada para estigmatizar grupos e efetivar uma legitimação social do ódio.

Nesse sentido, nos ateremos à conceituação de *épistémê* (FOUCAULT, 2000) para uma melhor compreensão da cisão entre os seus dois componentes fundacionais: o Mesmo e Outro. Para Foucault (2000, p. 102), a *épistémê* consiste no sistema geral de pensamento que rege a ordem das coisas de determinada época. O autor defende que os códigos essenciais de uma cultura, responsáveis por reger “sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas”, definem para cada indivíduo “as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar” (FOUCAULT, 2000, p. 15). Portanto, questionar a legitimidade e a unicidade de uma *épistémê* significa ir de encontro a sistemas de poderes e saberes que, em nome de sua própria manutenção, reproduzem continuamente valores, condutas e hierarquias afixadas ao longo do tempo como “naturais”.

Ao apontar para outras possibilidades de vivências, Foucault nos convida a pensar o mundo fora da “ordem das coisas”, estimulando uma relativização da ordem estabelecida. Quando toma como exemplo a enciclopédia chinesa de Borges, em que os animais são divididos em “a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias” (FOUCAULT, 2000, p. 8), entre outras categorias incomuns, o autor questiona a solidez e a hegemonia de uma *épistémê*, nos expondo a um território que, por não nos ser familiar, se torna incômodo e desnorteante.

O filósofo sustenta que esse deslocamento “perturba todas as familiaridades do pensamento – do nosso: daquele que tem nossa idade e nossa geografia –, abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensata para nós a profusão dos seres”

²⁰ De acordo com Dibyendu, o estudo de uma “outra cultura” é uma área cuja origem remonta aos pesquisadores orientalistas, que entendiam as populações do Terceiro Mundo como fracas e de moralidade duvidosa. Em uma perspectiva eurocêntrica, essas “outras” populações precisariam passar por um processo civilizatório para se adequar à cultura e aos valores legítimos europeus (2013, p. 26).

(FOUCAULT, 2000, p. 8). Foucault observa ainda que o “encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso”, estando esta impossibilidade atrelada às fronteiras que delimitam o Mesmo e o Outro (FOUCAULT, 2000, p. 8). Para além do Mesmo, ou seja, das cómodas percepções no âmbito de nossa própria épistemê, paira o Outro: aquele que, por sua inconveniência e estranheza, tendemos a evitar.

Foucault contextualiza a percepção do Outro ao rastrear o que considerou “as duas grandes descontinuidades da épistemê da cultura ocidental”: a que inaugura a idade clássica, por volta do século XVIII, e a que, no início do século XIX, marca o limiar da modernidade ocidental (FOUCAULT, 2000, p. 18). O autor toma como exemplo o advento da loucura, produto de um discurso médico-científico no século XIX, para dissertar sobre a relação do Mesmo com o Outro:

A história da loucura seria a história do Outro — daquilo que, para uma cultura é ao mesmo tempo interior e estranho, a ser portanto excluído (para conjurar-lhe o perigo interior), encerrando-o porém (para reduzir-lhe a alteridade); a história da ordem das coisas seria a história do Mesmo — daquilo que, para uma cultura, é ao mesmo tempo disperso e aparentado, a ser portanto distinguido por marcas e recolhido em identidades. (FOUCAULT, 2000, p. 21)

Para o autor, grandes transformações históricas estiveram atreladas ao movimento de desprendimento dos poderes imediatos e invisíveis de determinada épistemê, na medida em que se constata que “essas ordens não são talvez as únicas possíveis nem as melhores” (FOUCAULT, 2000, p. 15). Dessa maneira, tais rupturas não seriam viáveis sem a instauração de uma crise capaz de provocar fissuras nas estruturas de um sistema dominante, ou, como destaca o filósofo ao discorrer sobre as nuances do discurso, sem a “inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões” (FOUCAULT, 2014a, p. 8).

Butler (2015) propõe um questionamento da dicotomia Mesmo/Outro historicamente atribuída ao modelo tradicional de gênero, em que o Mesmo consiste na figura masculina, e o Outro em seu oposto feminino. Para a autora, o poder é mais do que a permuta entre sujeitos ou uma relação de inversão constante entre um sujeito e um Outro: ele produz a estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero, sendo preciso desmascarar o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade “como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas”. (BUTLER, 2015, p. 8). Nesse sentido:

A noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como

atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir”. (BUTLER, 2016, p. 44)

Butler destaca que as identidades “que não podem existir” são historicamente tidas como falhas de desenvolvimento ou impossibilidades lógicas por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural heteronormativa. No entanto, sua proliferação possibilita expor os limites e os objetivos reguladores dos mecanismos de inteligibilidade no sentido de “disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero” (BUTLER, 2016, p. 44).

Para driblar as limitações impostas pelo modelo binário Mesmo/Outro na problemática LGBT, Ganguli Dibyendu (2013, p. 26) nos orienta a pensar a questão do Outro a partir da teoria *queer* de Butler (2015), para quem as identidades não são fixas e nem determinam quem somos. Como recupera o autor, as identidades *queer* são caracterizadas por resistirem à perspectiva heterossexual convencional, desfazendo a dicotomia heterossexual-homossexual ao situar-se fora dessa estrutura. Dessa maneira, os estudos *queer* sustentam que essa dicotomia não é uma necessidade biológica ou cultural, mas antes o produto de uma ideologia hegemônica que restringe e compele os desejos dos indivíduos (DIBYENDU, 2013, p. 26).

Como alerta Dibyendu (2013, p. 25), um reconhecimento simplista da diversidade humana convencional, combinada a uma perspectiva etnocêntrica, pode nos conduzir a um pensamento hierárquico ou estereotipado acerca do “diferente”, nos direcionando ao erro de enxergar de maneira homogênea uma categoria humana tão complexa como a população LGBT. Apesar desse aspecto limitante, utilizaremos como ferramenta analítica o esquema binário Mesmo/Outro (*self/Other*). O Outro, portanto, constitui uma das faces de uma dicotomia que opõe duas categorias de indivíduos (DIBYENDU, 2013, p. 25), ou, como define Foucault (2000, p. 8), os indivíduos em consonância com uma épistêmê e os indivíduos que dela destoam em alguma medida.

Dibyendu sublinha que, em uma sociedade heterossexista, a homossexualidade (e podemos considerar outras sexualidades periféricas) é o Outro da heterossexualidade. Para o autor, as diferenças sexuais são o resultado da exclusão e internalização da questão sexual do Outro (*sexual ‘Otherness’*). Consideraremos, portanto, os comentadores de mensagens LGBTfóbicas nas redes sociais como sendo os indivíduos Mesmos heterossexistas, que através da adesão ao discurso hegemônico desqualificam a existência dos indivíduos Outros,

aqueles que não se conformam com uma matriz heterossexual de conceituação do gênero e do desejo (BUTLER, 2015, p. 8).

Como consequência disso, as pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes enfrentam diferentes formas de perseguição por parte de diversos agentes da sociedade. Na perspectiva de Dibyendu, a exclusão social e a desigualdade estão intimamente relacionadas ao conceito do Outro, sendo substrato da dinâmica das relações de poder. Nesse sentido, o autor sustenta que o grupo interno (Mesmo) consolida e define sua identidade como superior em relação aos outros grupos (Outros), uma vez que as estruturas de poder perpetuam a desigualdade e atuam no sentido de minar continuamente as tentativas de empoderamento e micro-resistências dos grupos menos favorecidos (DIBYENDU, 2013, p. 25).

2.3.1 O Outro na modernidade

A questão do Outro foi realçada na modernidade na medida em que a intolerância é a inclinação natural da prática moderna, dado que esta “exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do Outro” (BAUMAN, 1999, p. 16). Nesse contexto, Hannah Arendt se referiu à primeira metade do século XX como tempos sombrios, mas assinalou o caráter atemporal dessa categorização. Os “tempos sombrios” de que trata aparecem em seu sentido mais amplo, não sendo “idênticos às monstruosidades desse século, que de fato constituem uma horrível”, mas pelo contrário: “não só não são novos, como não constituem uma raridade na história” (ARENDT, 2010, p. 9).

Para a autora, os tempos são potencialmente sombrios quando há uma camuflagem do âmbito público a partir do *establishment*, ou seja, quando as instâncias públicas de esclarecimento, como as instituições políticas e a imprensa, sofrem severas restrições por parte das frações dominantes da sociedade. A função do âmbito público, que seria “iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer” (ARENDT, 2010, p. 8), portanto, é escamoteada.

Para Arendt, as sombras tomam as rédeas quando essa luz se apaga por “fossos de credibilidade” e “governos invisíveis”, “pelo discurso que não revela o que é, mas o varre sob o tapete, com exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido” (ARENDT, 2010, p. 8). Em outras palavras, somos relegados às sombras quando as verdades são negociadas, reformuladas e

impostas pelos dirigentes do tecido social, que fazem valer como “narrativa oficial” uma versão de mundo tão nebulosa quanto conveniente.

Os contextos nos quais eclodiram as duas guerras mundiais do século XX, bem como seus traumas e desdobramentos, estimularam os mais diversos questionamentos acerca da condição humana na modernidade. O estado de barbárie generalizada (indissociável do Holocausto, mas não redutível a este acontecimento) pôs em xeque as normas e instituições sociais modernas, uma vez que ele teria adquirido condições de efetivação através de uma organização política, econômica e social propiciada pela própria modernidade (BAUMAN, 1999, p. 28).

A governamentalidade nazista não apenas estimulava e legitimava a discriminação humana, como também a dispunha como um elemento social normatizado, inerente ao “bom” funcionamento da engrenagem estatal. Nesse sentido, ao contrário de se apresentar em seu estado latente, a mentalidade fascista era uma realidade concreta no cotidiano daquela sociedade, produzindo a banalidade do mal de que fala Arendt (1999). A conceituação da autora, que sustenta que o ódio é cultivado e manifestado a partir de uma instância de irreflexividade, é associada com frequência ao contexto dos discursos de ódio nas redes sociais, como visto em Leão (2015), Moura (2016) e Penachioni et al. (2016).

Filósofa política, alemã e judia, Arendt foi convidada em 1961 pela publicação estadunidense *The New Yorker* para reportar o julgamento de Adolf Eichmann, um dos funcionários do governo nazista que transportavam prisioneiros para os campos de concentração. Diante de um evento amplamente midiaticizado, cuja narrativa principal era orientada pela responsabilidade de Eichmann pelos assassinatos em massa, Arendt aos poucos passou a considerar o inicialmente frágil argumento de defesa do réu: não se tratava de um monstro, mas de um burocrata desconcertantemente comum, cuja culpa advinha da plena obediência à sua função na engrenagem estatal.

Na perspectiva da autora, “o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDR, 1999, p. 166). Arendt sustenta que, do ponto de vista das instituições e padrões morais de julgamento, “essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas”, uma vez que suscitava uma nova classificação de criminoso, o *hostis generis humani* (inimigo da raça humana, em tradução livre), “que comete

seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado” (ARENDT, 1999, p. 166).

Quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele (Eichmann) não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele *simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo*. Foi precisamente essa falta de imaginação que lhe permitiu sentar meses a fio na frente do judeu alemão que conduzia o interrogatório da polícia. Ele não era burro. Foi pura irreflexão – algo de maneira alguma idêntico à burrice – que o predisps a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é “banal” e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum. Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos – talvez inerentes ao homem. (ARENDT, 1999, p. 176)

Eichmann, por consequência, consistiria em um burocrata medíocre – um fascista em potencial, nos termos de Adorno (1950, p. 8), ou uma manifestação daquilo que Foucault define como *homo oeconomicus* (2008a, p. 368) –, refletindo uma mentalidade geral que fora construída a partir da destituição da capacidade de pensar²¹ e de discernir termos morais. Uma mentalidade sistematicamente reproduzida nos termos de um estado organizado burocraticamente. Em sua conceituação da banalidade do mal, Arendt sustenta que o mal não é radical, ou seja, “não tem raízes, não tem profundidade”, consistindo, ao invés disso, em um fungo, sem raiz ou semente, que se espalha sobre uma determinada superfície: “a massa de cidadãos inaptos para a capacidade de pensar e incapazes de dar significado aos acontecimentos e aos próprios atos” (ASSY, 2001 apud ANDRADE, 2010, p. 113).

Dessa maneira, “o mal não é radical, mas pode ser extremo; ele é superficial, ainda que suas consequências sejam incalculavelmente desastrosas e monstruosas” (SOUKI, 1998; ASSIS, 2001 apud ANDRADE, 2010, p. 113). Para a Arendt, “a incapacidade de pensar oferece um ambiente privilegiado para o fracasso moral”, uma vez que “o ato de pensar poderia – pois não há garantias ou certezas – condicionar os seres humanos a não praticar o mal” (ANDRADE, 2010, p. 120). Nas palavras de Arendt:

É minha opinião que o mal nunca pode ser radical, mas somente extremo; e que não possui nem uma profundidade, nem uma dimensão demoníaca. Ele pode abranger o

²¹ Para Arendt, o ato de pensar destoa da tradição metafísica que o demarcava exclusivamente pela quietude, contemplação e passividade, em contraste com o mundo da ação. A autora enxerga o ato de pensar como a mais pura atividade humana, capaz de propiciar uma saída do mundo. Essa saída do mundo, por sua vez, diz respeito à “capacidade de romper com o cotidiano, uma descontinuidade própria da vida humana, uma parada, uma reflexão, o ato de voltar-se sobre os acontecimentos a fim de dar significado a eles”. Assim, o ato de pensar significa romper com o mundo, “mas não é trocar esse mundo por um melhor, mais puro ou mais profundo, como erroneamente indicou a tradição metafísica” (ARENDT, 1995 apud ANDRADE, 2010, p. 121).

mundo inteiro e devastá-lo, precisamente porque se difunde como um fungo sobre a sua superfície. É um desafio ao pensamento, como eu escrevi, porque o pensamento quer ir até o fundo, tenta ir às raízes das coisas e, no momento em que se interessa pelo mal, se frustra, porque não há nada. Essa é a banalidade. Só o Bem tem profundidade e pode ser radical. (ARENDT apud YOUNGBRUHEL, 1997, p. 327).

Quando pensamos nos falantes-do-ódio das redes sociais, podemos associá-los a uma massa de indivíduos indispostos (ou incapazes, em uma perspectiva arendtiana) a refletir sobre suas próprias manifestações de ideias. De uma maneira geral, são publicações gratuitas, ofensivas e criminosas em relação às minorias a que buscam atingir²². Essas mensagens também apontam em seus autores a completa ausência de responsabilidade em relação às suas próprias palavras dirigidas ao Outro, questão que é reforçada pela distância geográfica entre os atores da conversação ou pela possibilidade de anonimato oferecida pelas redes. O ódio passa a ser legitimado e reproduzido a partir de uma instância de irreflexão, tornando seus propagadores fieis aos vícios da “obediência cadavérica”, como o próprio Eichmann se definia (ARENDT, 1999, p. 84).

Nesse sentido, dentro de uma lógica de atos performativos de ódio, como veremos no capítulo dois, podemos supor que determinados enunciados advindos dos discursos de ódio se tornam espécies de *slogans* e mantras repetidos sem autorreflexão, constituindo potentes elementos propagadores de uma intolerância banalizada e socialmente autorizada. Eles são justamente colocados em circulação por uma massa de pessoas aparentemente esclarecidas e civilizadas, mas que estão imersas em uma irracionalidade que relativiza e desqualifica a categoria humana em sua diversidade.

Em posição semelhante à de Recuero (2012) ao tratar da performance dos internautas no âmbito da conversação em rede, Leão (2016) defende que a difamação assume um caráter performático nesses espaços conversacionais, delegando aos falantes-do-ódio papéis sociais que os contrapõem às populações consideradas subalternas e os legitimam como “autoridades”. Nesse sentido, Leão (2015, p. 17) sustenta que os espaços conversacionais das redes sociais se aproximam do conceito arendtiano de esfera pública grega, uma arena onde o debate público é encenado e efetivado. Para a autora:

A polis era como um palco comum a todos os habitantes, onde os indivíduos-atores poderiam aparecer e contracenar tendo assim reconhecidas e certificadas as suas existências pelos seus cidadãos-espectadores. “Fazer valer sua própria opinião, referia-

²² As declarações de ódio vão de encontro ao artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que defende a promoção do bem de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O princípio da igualdade e o direito à não discriminação são reforçados ao longo do artigo 5º, que postula que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (OLIVA, 2015, p. 186).

se a ser capaz de mostrar-se, ser visto e ouvido pelos outros. Para os gregos, esse era um grande privilégio que se ligava à vida pública e que faltava à privacidade doméstica, em que não se é visto nem ouvido por outros. Na vida privada se está escondido e não se pode aparecer nem brilhar, não sendo ali, portanto, qualquer doxa. [...] A polis era um espaço de cooperação, ação coletiva, mas também de disputa entre os cidadãos. Num mundo marcado pela imprevisibilidade inerente à própria capacidade dos homens de tomarem novas iniciativas, o novo mal banalizado assume os mesmos riscos e pode ser extraído de um sistema muito mais complexo, tratado por Hannah Arendt: a atomização dos indivíduos sob o sistema produtivo industrial. A lógica capitalista, materializada na sociedade de consumo, aniquila e reduz a conexão entre os indivíduos, eliminando a solidariedade comunitária. (LEÃO, 2015, p. 17)

No contexto das redes sociais, podemos resgatar novamente as figuras de subjetividade do neoliberalismo, que permeiam um amplo cenário atravessado por questões econômicas, políticas, sociais, tecnológicas e afetivas atreladas às transformações do capitalismo (PENACHIONI et al., 2016, p. 77; CHAUÍ, 2006, p. 324). Não podemos desconsiderar que a predisposição social ao ódio se manifesta nos indivíduos atravessados por diversos discursos hegemônicos abarcados pela *épistémê* vigente, dentro de uma rede invisível de discursos que delimita não apenas dominados e dominantes, mas todo um espectro de posições de poder complexas e circunstanciais. São circunstanciais porque não são posições fixas e rígidas, uma vez que, como defende Foucault (2005), os poderes estão difusos em todo o corpo social. Isso implica, por exemplo, que dominados exerçam o papel de dominantes em relação a outros indivíduos subalternos, a partir da especificidade de privilégios e opressões em questão.

2.3.2 O Outro constitutivo e a abjeção dos corpos

Se na modernidade o Outro era pensando a partir da instância do “estrangeiro”, intrinsecamente externa ao Mesmo, portanto, e com a função de demarcar as características negativas às quais o Mesmo deveria se contrapor (SIMMEL, 1983, p. 182), autores pós-estruturalistas como Jacques Derrida e Judith Butler (1993) compreendem a construção do Outro não apenas como uma estratégia de manutenção de poder, mas como condição *sine qua non* para a própria existência do Mesmo, que depende desta demarcação para se constituir enquanto grupo hegemônico. Nessa perspectiva, o Outro é constitutivo, ou seja, sua existência simbólica e os processos de marginalização aos quais é continuamente submetido são componentes que possibilitam a própria dominação exercida pelo Mesmo.

Os “perigos” sinalizados pelos corpos e vivências desviantes da heteronorma compõem o argumento de Butler (1993) em torno dos corpos abjetos. Os corpos abjetos de que fala a autora são justamente o Outro constitutivo, cuja existência demarca o território do

Mesmo, ou seja, os sujeitos “legítimos”. A autora defende que, uma vez que os sujeitos são formados através de uma matriz heterossexual excludente, há a produção simultânea de um domínio pertencente aos seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que dão corpo justamente à exterioridade do que é tido como o domínio do sujeito “legítimo”.

Na perspectiva da autora, o abjeto designa as zonas inabitáveis da vida social que, ainda assim, são densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujas vidas sem dignidade para existir demarcam justamente o domínio do sujeito “legítimo”. Nesse sentido, para Butler, “o sujeito é constituído através da força de exclusão e abjeção, esta que produz o que é exterior ao sujeito, um exterior abjeto que está, não obstante, ‘dentro’ do sujeito como seu próprio repúdio fundacional” (BUTLER, 1993, p. 14).

Se a materialidade do sexo é demarcada em discurso, essa própria demarcação será responsável pela produção de um domínio dos “sexos” excluídos e deslegitimados. Seguindo esse raciocínio, a autora afirma que é tão importante pensar como e com que objetivos os corpos são construídos, quanto como e com que objetivos os corpos não são construídos. Para ela, é preciso se perguntar também como os corpos que “falham” ao não conseguirem se materializar como “inteiramente humanos” conseguem prover a referência exterior necessária para os corpos que, normativamente materializados, são qualificados como corpos que importam. A autora aponta que a efetivação desse “campo de deformação” estimula e legitima o questionamento sobre se os estilos de vida dos indivíduos tidos com desviantes podem ser considerados como “vida”, ou mesmo se suas vidas são dignas de serem protegidas, salvas e lamentadas (BUTLER, 1993, p. 27).

Em consonância com Butler, Lena Gunnarsson (2016) se refere ao Outro constitutivo como uma estrutura do “eu” (ou o Mesmo) que emerge de um princípio organizacional central nas relações de opressão que envolvem os indivíduos em estado de subalternidade. Assim, o Outro constitutivo diz respeito à relação contraditória onde a existência de uma instância hegemônica e supostamente independente tem como premissa a instância que, de sua perspectiva, lhe é o Outro. Tal dinâmica, por sua vez, implica na negação e no ocultamento da dependência constitutiva do “eu” (GUNNARSSON, 2016, p. 2) como estratégia de manutenção de poder.

Sobre o ocultamento dessa engrenagem de poder, Butler (2015, p. 249) sustenta que “o substantivo ‘eu’ só aparece como tal por meio de uma prática significativa que busca ocultar seu próprio funcionamento e naturalizar seus efeitos”. Em suas palavras, o ideal regulador da

heterossexualidade consiste em “norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo que se propõe a descrever” (BUTLER, 2015, p. 234). Os efeitos naturalizados de que fala, por sua vez, são efetivados através de construções performativas que operam por repetição.

O sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes. (BUTLER, 2015, p. 250)

A autora exemplifica esse ponto ao questionar a oposição binária entre sexo e gênero, historicamente defendida pelos estudos feministas. Para ela, o sexo não é um dado acabado, herdado da natureza, nem o gênero se reduz a uma categoria socialmente construída, uma vez que isso implicaria na existência de uma “substância” sobre a qual tanto o sexo quanto o gênero se ancorariam. O sexo é lido por Butler como uma categoria social e culturalmente construída, para além de determinações biológicas, enquanto o gênero consiste em uma categoria performativamente construída. Ao invés de um atributo constituído por uma “essência”, o gênero seria um “fenômeno inconstante e contextual”, “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações cultural e historicamente convergentes” (2015, p. 32).

Assim, atos, gestos e desejos produzem na superfície dos corpos efeitos de “núcleo”, ou “substância interna”, que seriam associados a uma suposta essência de determinado gênero (BUTLER, 2015, p. 235). A autora entende esses atos e gestos como performativos, no sentido de que a essência que pretendem expressar são “fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos”. Sendo assim, tais atos e gestos, bem como os desejos articulados a eles, “criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora” (Idem).

O gênero é uma performance com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero. Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum, pois não há nenhuma ‘essência’ que ele expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire, bem como não é um dado de realidade. (BUTLER, 2015, p. 241)

Butler (1993, p. 12) defende que a diferença material entre os sexos só existe na medida em que práticas discursivas²³ os marcam e os constituem, funcionando a própria categoria “sexo” não apenas como norma, mas como eixo central de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. Dessa maneira, a noção de performance de gênero deve ser compreendida não como um “ato” isolado, mas como uma prática reiterativa através da qual o discurso produz os efeitos que nomeia. Na visão da filósofa, as normas regulatórias do sexo atuam de maneira performativa para “constituir a materialização dos corpos e, mais especificamente, materializar o sexo do corpo, materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (BUTLER, 1993, p. 13).

2.4 Biopolítica, anormalidade e moralidade dos comportamentos

Tidos como ameaças à manutenção do corpo social, os indivíduos que apresentam expressões dissidentes das corporalidades e vivências hegemônicas tendem a ser marginalizados, violentados e silenciados pelos discursos dominantes, que vislumbram em sua eliminação simbólica e concreta a preponderância de corpos dóceis e disciplinados (FOUCAULT, 2005a; 2010). São engrenagens estratégicas dessa dinâmica os discursos que circulam através de tecnologias de poder como a biopolítica, desde as práticas sexuais e corporalidades abarcadas pela noção de anormalidade (FOUCAULT, 2014b) – consolidada no contexto de amadurecimento da biopolítica – até a moralidade dos comportamentos (FOUCAULT, 1984), que estabelece um conjunto de regras sociais e comportamentais como modo de manutenção do *statu quo*.

A homossexualidade motivou percepções e reações distintas ao longo da história ocidental, tendo sido socialmente aceita na Grécia Antiga e combatida, com maior ou menor ênfase, por motivações históricas específicas, desde a queda do Império Romano (OLIVA, 2015, p. 19). A aversão a pessoas não heterossexuais, no entanto, adquiriu contornos estruturais mais consistentes com a difusão da cultura judaico-cristã e seu fortalecimento na Europa a partir dos séculos XII e XIII, momento em que a Igreja passou a perseguir com maior fôlego os “praticantes de sodomia” (OLIVA, 2015, p. 21). Se questões religiosas e morais foram decisivas na gestação da LGBTfobia, sua face atual também se conecta a uma

²³ Foucault (2004) define práticas discursivas não como a formulação de uma ideia por um indivíduo, mas como sendo “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área [...] as condições de exercício da função enunciativa”.

série de discursos elaborados ao longo do século XIX, atrelados aos campos da medicina, da psiquiatria, do direito e da literatura. Os termos “inversão”, “pederastia” e “hermafroditismo psíquico” eram recorrentes no processo intitulado psiquiatrização das perversões, desdobramento de uma mentalidade de disciplina e regulação que vinha se firmando desde o século XVII (FOUCAULT, 2005, p. 96).

Entre os séculos XVII e XVIII, o Ocidente vivenciou a transição de uma mentalidade regida pelo poder soberano, em que o governante detinha o direito de vida e morte sobre seus súditos, para uma mentalidade determinada pelo poder de gerir a vida. Nesse período, as guerras deixaram de ocorrer em nome do soberano a ser defendido e passaram a ser travadas em nome da existência de todos, quando “populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver” (FOUCAULT, 2005, p. 129). A morte, por assim dizer, passava de mero instrumento de decisão do monarca a um mecanismo estratégico para o corpo social “garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la”. Para Foucault, “foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens” (Idem).

Esse “poder sobre a vida” consistiu em uma tecnologia de poder desdobrada em duas faces: o corpo-máquina (anátomo-política) e o corpo-espécie (biopolítica). O primeiro, desenvolvido no século XVII, tinha como fim a disciplina: objetivava o adestramento dos corpos e a ampliação de suas aptidões, possibilitando a extorsão de suas forças e o crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade. Já os mecanismos caros ao corpo-espécie, surgidos na segunda metade do século XVIII, tinham como fim a regulação da população. Ao encarar o corpo como “transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos”, essa mentalidade abarcava intervenções e controles reguladores, tendo em vista o nascimento, a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida e a longevidade. Dessa maneira, a disciplina do corpo e a regulação da população passaram a constituir os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 2005, p. 131).

Ao exercer um poder de gestão sobre a vida, a biopolítica executa uma série de procedimentos com o propósito de manter a ordem, a saúde e o bom funcionamento do corpo social, o que implica na exclusão dos indivíduos considerados poluidores e/ou não economicamente produtivos para o corpo coletivo. Nesse sentido, não apenas as práticas sexuais, mas as próprias corporalidades dissidentes da heteronorma, encontram nos corpos

desses indivíduos uma materialidade possível para sua existência e resistência. Para Butler (2015, p. 227), as fronteiras do corpo podem ser lidas como os limites do socialmente hegemônico, sendo tal poluição, portanto, “um tipo de perigo que só tende a ocorrer onde as fronteiras da estrutura, cósmicas ou sociais, são claramente definidas”. Citando Mary Douglas, a autora sustenta que um indivíduo é considerado poluidor quando ultrapassa alguma fronteira que não deveria ter sido cruzada, “e tal deslocamento representa perigos para alguém” (Idem).

No contexto do surgimento dos mecanismos referentes à biopolítica propriamente dita, na segunda metade do século XVIII, o sexo assumiu a centralidade das disputas políticas ao se fixar entre esses dois eixos, já que, ao mesmo tempo em que correspondia às disciplinas do corpo, ao estabelecer mecanismos para o controle do indivíduo, sua função reprodutiva determinava a regulação da população (FOUCAULT, 2005, p. 137).

[O sexo] insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações especiais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder sobre o corpo; mas também dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. [...] De um modo geral, na junção entre o “corpo” e a “população”, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte. [...] Os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneritura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala *da* sexualidade e *para* a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo. (FOUCAULT, 2005, p. 137)

No século XIX, o poder-saber das ciências médicas, mergulhadas no paradigma evolucionista, legitimou a noção de que a sexualidade, se indisciplinada e irregular, traria consequências nefastas não apenas para o indivíduo, mas para todo o corpo social. O discurso normalizador dos corpos em seu viés sexual e biológico, vinculado ao racismo, foi empregado como justificativa de barbáries calamitosas a partir de então, tenha sido de maneira explícita, como no caso do nazismo alemão, ou através de esquemas de poder silenciosos e mascarados, em que a norma reguladora se imbrica nos pontos mais abissais da dinâmica social. Nesse sentido, foi reforçado um combate sistemático às sexualidades e corporalidades dissidentes, que passaram a ser melhor organizadas discursivamente e foram tidas como perversões, submetidas, por sua vez, a um processo de psiquiatrização.

Na psiquiatrização das perversões, o sexo foi referido a funções biológicas e a um aparelho anátomo-fisiológico que lhe dá “sentido”, isto é, finalidade; também a um instinto que, através do seu próprio desenvolvimento e de acordo com os objetos a que pode se vincular, torna possível o aparecimento das condutas perversas e, sua gênese, inteligível; com isso o “sexo” se

define por um entrelaçamento de função e instinto, de finalidade e significação. (FOUCAULT, 2005, p. 144)

As perversões, posteriormente analisadas pelo autor à luz do conceito de anormalidade (FOUCAULT, 2014b), compreendiam vivências sexuais relacionadas a fatores etários (crianças e idosos) e a gostos e práticas moralmente questionáveis (fetichistas e “invertidos”), dado que iam contra a lógica de reprodução da força de trabalho mantida pelo núcleo familiar heterossexual. A partir do dispositivo da sexualidade, a ideia em torno do “sexo” passou a ser formada não apenas pelas chamadas condutas procriadoras exigidas pela heteronorma, mas também pelas vivências desviantes que davam legitimidade àquelas. Assim, o sexo dito legítimo necessita de expressões sexuais consideradas anormais para garantir sua existência e hegemonia, em processo de interdependência semelhante ao que ocorre na relação entre o Outro constitutivo e o Mesmo que nele se espelha.

Para Foucault (2005, p. 145), o sexo consiste em um ponto ideal vertido em necessário pelo dispositivo da sexualidade e por seu funcionamento, instância que se consolida e adquire legitimidade através das sexualidades periféricas. O dispositivo do sexo, portanto, distribui uma ideia de norma que “não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica” (FOUCAULT, 2014b, p. 43). Mais do que um princípio de inteligibilidade dos corpos e vivências sexuais, a norma consiste em “um elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado” (Idem). A partir das práticas de disciplinarização e normalização desenvolvidas no século XVIII, acrescidas às práticas de regulação elaboradas pela mentalidade biopolítica, criou-se um tipo de poder que “só pode funcionar graças à formação de um saber, que é para ele tanto um efeito quanto uma condição de exercício” (FOUCAULT, 2014b, p. 45).

Nesse contexto, o saber através do qual tal poder adquiriu ampla aderência social foi o médico-psiquiátrico. No século XIX, já eram inteligíveis três figuras denominadas por Foucault (2014b, p. 47) como constituintes do domínio da anomalia: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora (onanista). Para o autor, o conceito de monstro humano está atrelado a uma violação não apenas das leis da sociedade, mas também das leis da natureza. Inserido, portanto, em um domínio “jurídico-biológico”, o monstro seria o indivíduo que combina o proibido com o impossível, “a forma natural da contranatureza”, “o princípio de inteligibilidade de todas as formas [...] da anomalia” (Idem).

O indivíduo a ser corrigido, por sua vez, é uma figura anterior ao monstro, e que lhe deu origem. Se o contexto de referência do monstro era a natureza e a sociedade, o do indivíduo a ser corrigido era a família e seu exercício de poder interno, atrelado também a instituições vizinhas, como a escola, a igreja e a polícia (FOUCAULT, 2014b, p. 49). Para o filósofo, “o monstro é, por definição, uma exceção; o indivíduo a ser corrigido é um fenômeno recorrente” (Idem). Podemos vislumbrar a utilização dessas duas figuras no discurso LGBTfóbico nas redes sociais na atualidade a partir de dois enunciados recorrentes: o de que os indivíduos LGBTs são aberrações biológicas (monstros) e o de que esses indivíduos podem ser submetidos a uma espécie de “cura” compulsória de sua própria sexualidade (indivíduos a ser corrigidos), como veremos no capítulo três.

Por fim, a terceira instância da anomalia recai sobre as crianças masturbadoras. Seu campo de aparecimento também é a família, mas de maneira mais estreita do que no caso do indivíduo a ser corrigido: não é mais a família e o seu entorno, mas um espaço mais específico que compreende o quarto, a cama, o corpo; “são os pais, os tomadores de conta imediatos, os irmãos e irmãs; é o médico – toda uma espécie de microcélula em torno do indivíduo e do seu corpo” (FOUCAULT, 2014b, p. 50). A partir do campo do saber médico, a prática da masturbação, especialmente entre crianças, foi vinculada a uma série de doenças corporais, nervosas e psíquicas (FOUCAULT, 2014b, p. 51). Nesse sentido, “o sexo das crianças tornou-se ao mesmo tempo um alvo e um instrumento de poder”, dado que foi instituída “uma ‘sexualidade das crianças’ específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada” (FOUCAULT, 2002, p. 232).

A anomalia atribuída ao onanista é articulada às outras duas figuras para dar corpo ao imaginário em torno do anormal do século XIX. Sendo possível localizar tanto o monstro quanto o indivíduo a ser corrigido nos sujeitos que corporificam expressões de gênero e sexualidade dissidentes, possivelmente reside na relação entre essas três figuras a associação entre a pedofilia e as práticas, vivências e mesmo identidades homossexuais – enunciado recorrente no discurso LGBTfóbico, como também veremos no capítulo três. Em suma, o conceito de anormalidade se conecta intrinsecamente a uma leitura do sexo e da sexualidade a partir da lente do discurso científico, não raro instrumentalizado como uma justificativa de exercer mecanismos de higienização social atrelados à biopolítica.

Na visão de Foucault (1984, p. 10), entender a “sexualidade” enquanto uma experiência historicamente singular pressupõe analisá-la a partir de três eixos constituintes: “a

formação dos saberes a que elas se referem, os sistemas de poder que regulam suas práticas e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade”. Enquanto a anormalidade e a biopolítica se relacionam aos dois primeiros eixos, respectivamente, a moralidade dos comportamentos está atrelada ao terceiro, dado que compõe uma série de conceitos que tinham como proposta entender “de que maneira os indivíduos foram levados a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo à qual o comportamento sexual desses indivíduos sem dúvida deu ocasião” (FOUCAULT, 1984, p. 11). Nesse sentido, questionava por que o comportamento, as atividades e os prazeres a eles relacionados são objeto de uma preocupação moral.

Enquanto o conceito de anormalidade se vincula ao discurso científico, em especial o médico-psiquiátrico, no âmbito dos comentários LGBTfóbicos nas redes sociais, a moralidade dos comportamentos estabelece conexão direta com o discurso religioso baseado em preceitos cristãos. Como destaca Foucault (1984, p. 17), o valor do próprio ato sexual dentro do cristianismo é associado ao mal, ao pecado, à queda e à morte, e só seria aceito no interior do casamento monogâmico e heterossexual, com uma finalidade exclusivamente procriadora. Ao exemplo de outras doutrinas religiosas, o cristianismo é fundado a partir de um código moral, ou seja, “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc.” (FOUCAULT, 1984, p. 26).

O autor pontua que a palavra “moral” sustenta sentidos ambíguos. Ao mesmo tempo em que ela diz respeito à própria definição de código moral, também é entendida como o comportamento real dos indivíduos em relação aos conjuntos prescritivos de regras e valores que lhes são propostos, se são respeitados ou negligenciados. Assim, a moralidade dos comportamentos seria justamente um nível de fenômenos que tem como fim entender de que maneira, “e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura” (FOUCAULT, 1984, p. 26). Dessa maneira, ao defender e/ou tentar vivenciar determinadas regras de conduta, os sujeitos constituem-se enquanto sujeitos morais.

Para Foucault (1984, p. 27), tais sujeitos não apenas buscam tornar seu próprio comportamento condizente a uma determinada regra dada, mas tentam transformar a si mesmos em sujeitos morais de suas próprias condutas, que são nele fixadas por meio de um “trabalho de aprendizagem, memorização e assimilação de um conjunto sistemático de

preceitos e através de um controle regular da conduta, destinado a medir a exatidão com que se aplicam essas regras” (Idem). Nesse sentido, para além de revelar a “substância ética” cristã que abomina as expressões de gênero e sexualidade dissidentes, os comentários de ódio contra LGBTs que se utilizam da moralidade dos comportamentos enquanto regularidade temática reiteram esse mecanismo performático de reprodução dos modos de sujeição do código moral cristão. Dessa maneira, tais espaços conversacionais passam a constituir ambientes nos quais a moral ganha corpo, é ensinada e apreendida, mas também refutada e contestada.

2.5 Heterossexualidade cisgênera como traço distintivo

Embora analisemos a dinâmica do discurso LGBTfóbico nas redes sociais a partir de um paradigma pós-estruturalista, dentro de uma perspectiva epistemológica vinculada à relação entre saberes, poderes e verdades defendida por Foucault, achamos pertinente promover uma articulação com autores inseridos em outros paradigmas. Assim, lançamos mão de parte do pensamento de Arendt (1999), no âmbito da modernidade, e de Bourdieu (2007; 2016), autor filiado ao estruturalismo. Consideramos Bourdieu especialmente significativo ao tratarmos de duas regularidades temáticas específicas da LGBTfobia: a misoginia e a aversão. Dessa maneira, recorreremos ao autor no sentido de incorporar a esta pesquisa determinadas ferramentas analíticas, sem, no entanto, nos compromissarmos com sua perspectiva epistemológica.

Há um relativo consenso entre pesquisadoras do feminismo sobre Bourdieu não ter abordado a contento questões referentes às mulheres e a outras problemáticas de gênero, tanto pelo expressivo investimento por parte do autor no aspecto de classe como pela abordagem relativa às nuances de gênero²⁴, considerada reducionista ao fixar os polos opostos masculino e feminino. À primeira vista, essa polarização pode ser lida como uma aderência ao binarismo questionado pela teoria *queer*, bem como ao sistema de oposições homólogas daí proveniente, a exemplo de seco/úmido, alto/baixo, duro/mole, frente/atrás, temperado/insosso, etc. (BOURDIEU, 2016, p. 20).

²⁴ No capítulo “Context and Background: Pierre Bourdieu’s analysis of class, gender and sexuality”, presente no livro “Feminism after Bourdieu” (ADKINS e SKEGGS, 2004, p. 19), Beverley Skeggs reconhece a aplicabilidade das ferramentas sociológicas de Bourdieu para se pensar questões de gênero na contemporaneidade, ao passo em que discorre sobre as contradições do autor a esse respeito. O livro reúne artigos de pesquisadoras que entrelaçam proposições conceituais do autor a essas questões, contribuindo para uma revisão crítica de parte de sua obra.

Neste trabalho, o foco será ajustado na conceituação de Bourdieu acerca dos traços distintivos adquiridos e/ou atribuídos a partir de um montante alto de determinado capital (seja cultural, econômico, corporal, etc.). Nesse sentido, interessa-nos refletir sobre o sistema de violência simbólica instaurado sobre os sujeitos que detêm pouco ou nenhum montante de determinado capital, concepção que nos permite pensar não apenas o machismo e a misoginia, como argumentou o autor em *A dominação masculina* (2016), mas também a LGBTfobia.

Para Bourdieu (2016), a lógica da dominação está subordinada aos efeitos da violência simbólica, que se diferencia da violência concreta ao atuar de maneira “suave, insensível e invisível a suas próprias vítimas”, exercendo-se, sobretudo, “pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2016, p. 11). O autor, todavia, não desconsidera as consequências concretas provocadas por esse tipo de violência, que se preserva inscrita e naturalizada não apenas na visão dos dominantes, mas na visão dos dominados (BOURDIEU, 2016, p. 63). Na sua perspectiva, não se deve entender o “simbólico” em sua dimensão “espiritual”, como se oposto ao real ou efetivo, uma vez que isso minimizaria o papel da violência física exercida contra as mulheres (e minorias sexuais, pela mesma lógica) que são “espancadas, violentadas e exploradas” (BOURDIEU, 2016, p. 55).

No pensamento bourdieusiano, o capital simbólico exerce centralidade no que diz respeito ao reconhecimento obtido por quem atua como dominante em determinando campo. Ele consiste em um elemento de distinção fundamental na medida em que é “percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio” (BOURDIEU, 2003, p. 145), ou seja, um elemento irremovível da estrutura social. Assim, podemos pensar a heterossexualidade cisgênera como um atributo distintivo que assegura aos indivíduos que a portam um montante de capital simbólico que os diferenciam e os posicionam como dominantes em relação aos indivíduos desviantes da heteronorma.

Em *A distinção* (BOURDIEU, 2007), as relações de poder simbólico são abordadas especialmente a partir da perspectiva do capital cultural, que age como metáfora para a compreensão da dinâmica de dominação nas diversas esferas da sociedade. A expressão distintiva de uma posição privilegiada no espaço social, “cujo valor distintivo determina-se objetivamente na relação com expressões engendradas a partir de condições diferentes”

(BOURDIEU, 2007, p. 56), portanto, se materializa no gosto “legítimo” das classes dominantes. A ausência desse “requisito”, por sua vez, demarca os sujeitos dominados dentro de um sistema de violência simbólica tão efetivo quanto silencioso, embora eloquente em gestos e sensações.

Para Bourdieu, “as propriedades de gênero são tão indissociáveis das propriedades de classe quanto o amarelo do limão é inseparável de sua acidez”, uma vez que uma classe se define “no que tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e a suas disposições socialmente constituídas” (2007, p. 102). Dessa maneira, tendo papel definidor para a estruturação das dinâmicas sociais, as propriedades de gênero implicam na constituição de *habitus*, disposições incorporadas pelos sujeitos ao longo das socializações vivenciadas. De acordo com o autor, o princípio da visão dominante consiste em um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos (BOURDIEU, 2016, p. 64). A dominação masculina sobre a qual o sociólogo discorre, portanto, não seria exceção: estaria incorporada em todo o tecido o social “através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados” (BOURDIEU, 2016, p. 41).

Os “gostos”, descritos por Bourdieu como preferências manifestadas, “são, antes de tudo, aversão, feita de horror ou de intolerância visceral (‘dá ânsia de vomitar’), aos outros, aos gostos dos outros”. Dessa maneira, as expressões de sexualidade não heterossexuais e não cisgêneras evocariam a “aversão pelos estilos de vida diferentes”, por se tratarem de um “escândalo da contranaturalidade” (BOURDIEU, 2007, p. 57). Ao discorrer sobre o consumo cultural, o autor descreve aversão como uma “experiência paradoxal da fruição extorquida pela violência, da fruição que provoca horror” (BOURDIEU, 2007, p. 451), o que, no contexto de gêneros e sexualidades não hegemônicas, denota uma percepção sobre essas expressões calcada em uma violência de ordem simbólica.

O monopólio da legitimidade sexual sugere que não há luta cujo pretexto não seja a “imposição de uma arte de viver, ou seja, a transmutação de determinada maneira arbitrária de viver em maneira legítima de existir que, por sua vez, atira qualquer outra maneira de viver na arbitrariedade” (BOURDIEU, 2007, p. 57). Em consonância com essa afirmação, ao tratar sobre os elementos distintivos que constituem os sistemas de violência simbólica, Bourdieu nos fornece elementos para pensarmos a LGBTfobia na contemporaneidade. Para o autor:

Os valores derradeiros, como se diz, limitam-se a ser as disposições primordiais e primitivas do corpo, os gostos e as aversões chamados viscerais, e em que estão depositados os interesses mais vitais de um grupo, ou seja, aquilo pelo qual estamos

prontos a arriscar nosso corpo e o dos outros. O senso da distinção, *discretio*, que leva a separar e reunir o que deve ser separado e reunido, a excluir todas as alianças desiguais e todas as uniões *contra natureza*, ou seja, contrárias à classificação comum, à *diacrisis* que se encontra na origem da identidade coletiva e individual, suscita um horror visceral e assassino, uma aversão absoluta, um furor metafísico por tudo o que ocupa o *terreno bastardo* de Platão, tudo o que *vai além do entendimento*, ou seja, a classificação incorporada e que, ao questionar os princípios da *ordem social feita corpo* e, em participar, os princípios socialmente constituídos da divisão sexual do trabalho e da divisão sexual, ameaça a ordem mental, a título de desafio ao senso comum, de escândalo. (BOURDIEU, 2007, p. 440)

Ao referir-se às “disposições primordiais e primitivas do corpo”, Bourdieu evoca os complexos de gestos, posturas corporais e palavras que compõem a dimensão corpórea do *habitus*, a *hexis*. Para o sociólogo, “não há melhor imagem da lógica da socialização, que trata o corpo como lembrete” de predisposições infiltradas em suas zonas mais profundas, conceituação que podemos aproximar da “docilização” dos corpos trazida por Foucault (2005a; 2010) e também da lógica de performatividade dos gêneros sustentada por Butler (2015). Bourdieu sublinha a ação decisiva desses complexos de gestos, de posturas corporais e de palavras, “em que basta entrar, como em um personagem de teatro, para ver ressurgir, pela virtude evocadora da *mimésis* corporal, um mundo de sentimentos e de experiências previamente preparados” (2007, p. 440). Ele destaca que:

Sobrecarregados de significações e valores sociais, os atos elementares da ginástica corporal e, particularmente, o aspecto propriamente sexual, portanto, biologicamente pré-construído dessa ginástica, funcionam como as *metáforas* mais fundamentais, capazes de evocar toda uma relação com o mundo, ‘altiva’ ou ‘submissa’, ‘rígida’ ou ‘flexível’, ‘ampla’ ou ‘estreita’, e, por conseguinte, todo um mundo. (BOURDIEU, 2007, p. 440)

Segundo Bourdieu, a força simbólica que atua diretamente sobre os corpos encontra tanto suas condições de possibilidade quanto sua contrapartida econômica (no sentido de sua mecânica de funcionamento) no “imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta” (2016, p. 60).

O próprio autor, no entanto, estabelece diferenças entre a *hexis* e a ideia de performance de gênero, ponto em que o autor se contrapõe com vigor a Butler e outras autoras feministas. Em defesa dos dualismos, ele afirma que estes estão profundamente enraizados nas coisas (as estruturas) e nos corpos, não tendo nascido de “um simples feito de dominação verbal e não podem ser abolidos como um ato de magia performática”, uma vez que é a “ordem dos gêneros que fundamenta a eficácia performativa das palavras”, especialmente os insultos (BOURDIEU, 2016, p. 143). Discordamos dessa afirmação por considerarmos a performance de gênero indissociável da performatividade de gênero, ou seja, os gêneros são

afixados por meio de contínua reprodução e reiteração social de padrões hegemônicos. São, portanto, como sustenta Butler, procedimentos artificiais, e não uma substância que remonta a um “inconsciente androcêntrico”.

No texto *Algumas questões sobre o movimento gay*²⁵, Bourdieu (2016) aponta para uma perspectiva datada em relação os sujeitos não heterossexuais e não cisgêneros ao considerar sob a penumbra da dominação heterossexual apenas o homem gay cisgênero. O autor desconsidera a potência da performance de gênero enquanto instrumento de expressão e resistência quando afirma, por exemplo, que “a particularidade desta relação simbólica (a do homem homossexual) é que ela não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual” (BOURDIEU, 2016, p. 166). Tal posicionamento sugere a crença na existência hegemônica, dentro da gama de possibilidades de expressões de gênero e sexualidade, de sujeitos homossexuais com práticas e maneiras de se expressar no mundo “discretas”, “comuns”, ou seja, heteronormativas.

Se esbarram em limitações teóricas, como a estruturação binária e a ausência de um diálogo horizontal com a produção acadêmica feminista de seu tempo, as considerações de Bourdieu acerca da dominação masculina elucidam aspectos da LGBTfobia diretamente ligados à matriz misógina. Face do fenômeno estimulada pela aversão de características ligadas ao imaginário feminino, desde traços psicológicos a marcas corporais, passando por toda sorte de práticas sociais, sexuais, etc., a misoginia se manifesta em um sem número de enunciados vinculados ao discurso LGBTfóbico.

Enquanto em *A distinção* (2007) Bourdieu destrincha a teoria distintiva a partir de títulos de nobreza cultural, em referência aos detentores de um alto montante de capital cultural, em *A dominação masculina* (2016) o autor trata a masculinidade como título de nobreza “sexual”, em que elementos como a honra, a virilidade e outros traços corporais e psicológicos (coragem física e moral, generosidade, magnanimidade, etc.) definem o valor distintivo do ser “homem”. Nesse aspecto, o traço distintivo está intimamente atrelado ao capital simbólico, uma vez que este é o lastro da problematização da nobreza cultural. A “força superior” que toma corpo no homem e se manifesta a partir de uma hexis “masculinizada” e “inevitável”, pois profundamente enraizada nos *habitus* hegemônicos, diz respeito ao *amor fati*. Traduzido como “amor do destino”, esse elemento consiste em uma

²⁵ Anexo de “A dominação masculina – A condição feminina e a violência simbólica”. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

“inclinação corporal a realizar uma identidade constituída em essência social e assim transformada em destino” (BOURDIEU, 2016, p. 75).

Sob a ótica de Bourdieu, “é através do adestramento dos corpos que se impõe as disposições mais fundamentais, as que tornam (os homens) ao mesmo tempo inclinados e aptos a entrar nos jogos sociais mais favoráveis ao desenvolvimento da virilidade” (BOURDIEU, 2016, p. 83), entendida como a “capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência” (BOURDIEU, 2016, p. 76). Para o sociólogo, a virilidade também pode ser descrita como uma noção eminentemente relacional, “construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2016, p. 79). A ausência dessa característica denotaria uma falha do homem em relação aos seus pares, uma vez que ele se veria “remetido à categoria, tipicamente feminina, dos ‘fracos’, dos ‘delicados’, dos ‘mulherzinhas’, dos ‘veados’” (BOURDIEU, 2016, p. 78).

À luz das ideias de Bourdieu, portanto, consideramos tanto a aversão quanto a misoginia como regularidades temáticas da LGBTfobia evocadas pelos falantes-do-ódio nos comentários publicados nas redes sociais, como observaremos ao longo das análises no capítulo três. Enquanto a primeira se manifesta através de expressões que denotam sentimentos físicos de nojo e repugnância ao que é destituído de determinado tipo de capital simbólico, a segunda evoca diretamente a depreciação estrutural daquilo que é considerado como pertencente ao universo simbólico feminino.

3 DISCURSO NAS REDES SOCIAIS

Neste capítulo, partimos do conceito foucaultiano de discurso para uma compreensão geral acerca dos componentes que formam os diversos discursos que constituem o tecido social. Nesse sentido, discutiremos as relações entre discurso, poder e verdade que delineiam as relações de dominação percebidas nas conversações das redes sociais, assim como as contrapartidas de resistência que o próprio exercício do poder pressupõe. Em seguida, abordaremos aspectos específicos do discurso de ódio, como maneira de diferenciar os discursos LGBTfóbicos explícitos e os velados, categorias que serão utilizadas nas análises dos comentários no capítulo três. Ainda nesta parte, introduziremos a noção de atos performativos de ódio e polêmicas discursivas na conversação em rede, como maneira de contextualizar o cenário, as dinâmicas e as práticas do discurso LGBTfóbico nas redes sociais.

3.1 Componentes do discurso

Sob a ótica de Foucault (2004), a noção de discurso não se restringe aos enunciados manifestados em relação a uma ideia, mas diz respeito a um entrelaçamento invisível de enunciados, articulados em torno de ideias, que são produzidos, legitimados e mantidos dentro de determinadas condições históricas de possibilidade. Dessa maneira, um discurso consiste em um conjunto de práticas discursivas que rege determinada ordenação de pensamento, sendo essas práticas uma série de regras anônimas e históricas, “sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2004, p. 132).

Para Foucault (2004), todo discurso manifesto repousa sobre um já-dito, ideias previamente legitimadas que são articuladas como verdades estabelecidas. Nesse sentido, os já-ditos atuam como componentes centrais da rede invisível na qual estão depositados os elementos que constituem um discurso. Nas palavras do autor:

Este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz. (FOUCAULT, 2004, p. 28)

Podemos pensar a argumentação de Foucault no âmbito do discurso LGBTfóbico ao considerarmos os já-ditos como as perspectivas de mundo hegemônicas, as normas naturalizadas e subentendidas que regulam a épistemê e reforçam a falsa percepção de que elas “sempre existiram”. Ao estabelecer uma comunidade de sentido entre os fenômenos simultâneos em um dado momento histórico, os discursos produzem “ligações simbólicas, um jogo de semelhança e espelho – ou que fazem surgir, como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva” (FOUCAULT, 2004, p. 24). Dessa maneira, os já-ditos do discurso LGBTfóbico, ativados através de diversas regularidades temáticas, atuam no sentido de marginalizar e excluir os indivíduos que vivenciam sexualidades e gêneros dissidentes, tornando-os periféricos à ordem estabelecida, nocivos à manutenção do *status quo* – em termos morais, religiosos e econômicos – e, portanto, condenáveis.

Em referência aos já-ditos que constituem os discursos previamente estabelecidos, continuamente impostos em nome da manutenção de antigas verdades, para evocarmos o termo de Arendt (2010, p. 8), Foucault sustenta que “é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra de onde reinam” (2004, p. 24). Para o autor, um discurso prescinde de uma irrupção de acontecimentos dentro de uma dispersão temporal “que lhe permite ser repetido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros” (FOUCAULT, 2004, p. 28). Dessa maneira, os discursos permanecem como já-ditos que não precisam ser pronunciados, pois encontram-se enraizados nas estruturas sociais estabelecidas pelas relações de poder que privilegiam as vivências e corpos ditos legítimos.

As “formas prévias de continuidade” que o autor identifica nos discursos hegemônicos, portanto, não se justificam por si mesmas, sendo “sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas” (FOUCAULT, 2004, p. 28). O filósofo destaca que essas formas de continuidade constituem um conjunto de enunciados efetivos, “em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 2004, p. 29). Assim, sua descrição de discurso permite não apenas reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto de enunciados, mas também a intenção do sujeito falante, “sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse” (FOUCAULT, 2004, p. 30). Nesse sentido, é central “descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que

anima do interior a voz que escutamos, [...] restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma” (FOUCAULT, 2004, p. 31).

Foucault (2004, p. 37) entende a unidade de um discurso como o jogo das regras que definem as transformações dos diferentes objetos discursivos, “sua não-identidade através do tempo, a ruptura que neles se produz, a descontinuidade interna que suspende sua permanência”. O autor sustenta que uma unidade discursiva deve ser buscada não na coerência dos conceitos, mas em sua “emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade” (FOUCAULT, 2004, p. 40). Tendo isso em vista, a existência de um discurso é possível na medida em que ele é amparado por uma formação discursiva. Por sua vez, uma formação discursiva corresponde, entre um certo número de enunciados, a um semelhante sistema de dispersão; e entre os objetos, a “tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)” (FOUCAULT, 2004, p. 43).

Responsáveis por organizar parte da ordem interna do discurso, as escolhas temáticas de que fala Foucault (2004, p. 43) consistem nas regularidades temáticas que constituem o foco da análise proposta neste trabalho, observadas nos comentários LGBTfóbicos coletados durante a pesquisa. Nos termos do filósofo, os temas e as teorias que habitam os mais diversos discursos constituem “regularidades temáticas”, que são possíveis na medida em que os discursos “dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor de estabilidade, temas ou teorias” (FOUCAULT, 2004, p. 71). Não podemos desconsiderar, no entanto, a vinculação dessas estruturas a formações ideológicas específicas, que, no âmbito do discurso LGBTfóbico, reforçam “verdades” que violentam discursiva e materialmente corpos e vivências sexualmente dissidentes.

Foucault argumenta que os enunciados formam um conjunto quando se referem a um determinado objeto, que por sua vez não é estanque, mas sim passível de transformações, dadas as condições históricas que o atravessam (2004, p. 36). Dessa maneira, “a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam”, e não pela “permanência e singularidade de um objeto” (FOUCAULT, 2004, p. 37). Podemos situar o discurso LGBTfóbico contemporâneo dentro de um processo de transformação semelhante se o compararmos aos primeiros contornos mais sólidos do

discurso LGBTfóbico propriamente dito, no século XVII, quando as sexualidades periféricas passaram a ser melhor delimitadas discursivamente (FOUCAULT, 2005, p. 96), ou mesmo ao processo de psiquiatrização das “perversões sexuais”, no século XIX (FOUCAULT, 2005, p. 38).

Na atualidade, os objetos do discurso de ódio contra minorias sexuais são mais difusos e muitas vezes correspondem a discussões/ações articuladas ao próprio discurso militante LGBT, como vemos na própria variedade de regularidades temáticas observadas. O discurso, portanto, não é estático. Vislumbramos, por exemplo, o uso de uma “despolitização” das demandas políticas do movimento político LGBT, à qual nos deteremos no capítulo três. Podemos citar como exemplo o ensino de questões de gênero nas escolas, proposta que foi tomada por setores conservadores como uma afronta aos “bons costumes” e ao “desenvolvimento normal” dos educandos.

A proposta de vetar as discussões de gênero e sexualidade nas escolas, considerada inconstitucional pelo Superior Tribunal Federal²⁶, foi justificada sob a alegação de que tais temas constituiriam uma “ideologia de gênero” baseada em preceitos político-partidários de esquerda – base argumentativa que também sustentou a proposta da Escola Sem Partido, igualmente considerada inconstitucional²⁷. Nesse sentido, o termo “ideologia de gênero” passou a denotar um enunciado específico dentro do discurso LGBTfóbico, exercendo transformações na dinâmica discursiva em questão.

3.2 Discurso, poder e verdade

Para Foucault (2005), a legitimação de um discurso está atrelada a efeitos de verdade produzidos por mecanismos estratégicos de poder presentes nas práticas sociais. Como pontua Cesar Candiotto, esses efeitos de verdade são acionados como maneira de justificar racionalmente tais relações de poder. De acordo com Candiotto, um discurso é investido historicamente de um teor verdadeiro na medida em que “cumpre com uma funcionalidade específica, qual seja, produzir efeitos de poder estatutando regras para o governo das pessoas, dividindo-as, examinando-as, adestrando-as, sujeitando-as” (CANDIOTTO, 2006, p. 69).

²⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-suspende-lei-que-proibia-ensino-sobre-genero-nas-escolas-do-parana-21491015>>. Acesso em 20/06/2017.

²⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>>. Acesso em 20/06/2017.

Na perspectiva de Foucault (2005b), a verdade é objeto de debate político e confronto social, não sendo capaz de existir fora do poder ou sem poder, mas sendo produzida no mundo devido a múltiplas coerções e responsável por nele produzir efeitos regulamentados de poder. Dessa maneira, o autor nos permite pensar a produção e circulação do discurso LGBTfóbico como produto das lutas pelo poder simbólico em uma sociedade hegemonicamente binária, cisgênera e heterossexual. Foucault sustenta que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2005b, p. 12)

Embora assinem propostas metodológicas distintas²⁸, Foucault e Bourdieu ancoram parte significativa de suas análises no solo comum da relação entre o exercício dos poderes e a positividade dos discursos (saberes) (SIMIONI, 1999, p. 103). No contexto da produção e circulação de discursos que degradam minorias nas redes sociais, Raquel Recuero (2015) aproxima as concepções de discurso de ambos os autores ao lembrar que Bourdieu entende as trocas linguísticas como “relações de poder simbólico”, processo através do qual as relações de poder e dominação entre os falantes são atualizadas. Nas palavras da autora, Bourdieu considera o discurso uma imposição dos dominantes sobre os dominados que reconstrói e determina as estruturas da dominação e legitima a ordem social vigente, “tendo a linguagem uma força simbólica na construção e estruturação da realidade, que vai ser resultante das relações de força entre essa linguagem e a imposição do sentido” (RECUERO, 2015, p. 134).

Defensora de que as redes sociais constituem uma esfera pública onde a participação dos atores possui efeitos sobre a produção e a circulação dos discursos que constituem a opinião pública, não raro concebida a partir de discursos imbuídos de violência simbólica contra grupos socialmente oprimidos, Recuero pontua que:

O poder, ainda, é exercido e desafiado pelo discurso. Entretanto, está também disfarçado nas práticas discursivas, de modo a manter a dominação através da legitimação da hegemonia. Observamos, portanto, que as falas que são constituídas nos sites de rede social e que ali permanecem e circulam estão submetidas às relações de poder e ideologia que constituem os sujeitos desses discursos. [...] Percebemos o discurso on-line como produzido dentro de determinadas condições históricas que

²⁸ De viés fortemente estruturalista, Bourdieu considerava idealista a perspectiva mais “fluida” defendida por Foucault, embora esta estivesse inscrita em sua mesma corrente de pensamento. Bourdieu discordava especialmente da análise feita pelo colega de que o campo discursivo gozava de autonomia, o que seria equivalente a transferir “para o céu das ideias as oposições e os antagonismos que se enraizam nas relações entre os produtores, recusando, desse modo, todo relacionamento das obras com as condições sociais de sua produção”. Criticava também o fato de Foucault não levar em conta, ao discorrer sobre o saber e o poder, os agentes, seus interesses e, sobretudo, a violência em sua dimensão simbólica (SIMIONI, 1999, p. 113).

reproduzem condições de produção do espaço off-line. As instituições que estão off-line influenciam as redes sociais on-line e vemos os públicos mediados como um espaço de reprodução e legitimação das relações de poder do espaço off-line. Assim, é um espaço de naturalização (e desafio) do discurso, de produção de conhecimento e desafio deste conhecimento. (RECUERO, 2015, p. 135)

Bourdieu sustenta que é possível conferir à linguagem uma eficácia simbólica de construção da realidade, uma vez que ela estrutura a percepção que os agentes sociais têm do mundo, bem como define como eles se relacionam nesse mundo e o percebem (GIORDANI, 2011, p. 2). Nesse sentido, Giordani (2011) estabelece uma ponte entre os diferentes modos de perceber o mundo com o conceito bourdieusiano de *habitus*. Em outras palavras, os *habitus* norteiam as práticas, os comportamentos e as maneiras de ser no mundo do indivíduo, uma vez que se colocam como “estruturados (pelas condições sociais e pela posição de classe) e estruturantes (geradores de práticas e esquemas de percepção e apreciação)” (GIORDANI, 2011, p. 2). Giordani (2011) assinala que a junção dessas duas capacidades do *habitus* constitui o que o autor define como “estilo de vida”, simultaneamente origem das práticas sociais e lugar onde a linguagem toma para si a função de fazer o indivíduo compreender e perceber o mundo ao seu redor.

Giordani (2011) ressalta que Bourdieu não localizava o poder das palavras nas palavras em si, “mas sim na legitimidade que lhes é conferida pelos que falam e pelos que escutam”. Nesse sentido, “o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico” (GIORDANI, 2011, p. 3), considerando a linguagem como discurso, e, portanto, “mecanismo de poder simbólico de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem de conhecimento e apreensão”. Para Bourdieu, o poder simbólico consiste no poder que constitui o dado pela enunciação, “de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo” (Idem). Dessa maneira, “o discurso se torna o espaço onde se travam lutas ideológicas e disputas que reafirmam o carácter social da linguagem”, sendo as palavras condutoras de “valores, significados e ideologias que se confrontam no cotidiano dos agentes sociais, e desse modo se configuram formas de dominação e exercício de poder” (Idem).

Em raciocínio que podemos entender como um subsídio para pensarmos a lógica heteronormativa do discurso LGBTfóbico, Giordani sustenta que o exercício do poder simbólico implica uma cumplicidade, não raro inconsciente, entre os indivíduos que o exercem e aqueles a que a ele se submetem. Como pontua a autora, “o poder simbólico não só reproduz as relações de poder”, como também atua no sentido de possibilitar “maneiras de

fazer e de mudar o mundo pela imposição de uma determinada visão, que permita que os fatos, os acontecimentos e a própria história sejam por ela construídos” (GIORDANI, 2011, p. 3).

Para uma maior compreensão acerca da atuação do poder simbólico nos discursos de ódio (re)produzidos nas redes sociais, recorreremos à conceituação dos micropoderes, chave de pensamento foucaultiana. Os poderes moleculares de que trata o autor consistem em formas capilarizadas de poder que se imbricam nas práticas sociais e nos corpos dos sujeitos, articulando-se a saberes determinados, como a sexualidade, com o intuito de “gerir, controlar, aumentar a produtividade dos corpos (objetivo econômico e político)” (GREGOLIN, 2006, p. 44). Para Foucault (2005), pensar os micropoderes permite o distanciamento de uma análise das formas regulamentares e reconhecidamente legítimas de poder, como o aparelho estatal, para uma perspectiva que abrange o fenômeno de maneira mais complexa e descentralizada.

A gestão dos corpos propiciada pela dinâmica dos micropoderes consiste em um elemento basilar para a constituição de sociedades reguladoras cujos campos das práticas e dos prazeres continuam a apontar a monogamia heterossexual como regra interna (FOUCAULT, 2005, p. 39). As práticas tidas como “perversões sexuais” ao longo da história resistem através de afrontamentos com o poder, cujas estratégias polimorfas podem tomar corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei e nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2005, p. 88). Em suas terminações difusas e capilarizadas, os micropoderes se manifestam com potência nas fricções e disputas discursivas dentro do ecossistema virtual. Esse sistema é reproduzido nos ambientes online, por exemplo, quando são colocados em circulação enunciados articulados a verdades e discursos específicos, como o discurso LGBTfóbico, e as reações e micro-resistências ativadas por ele, dado que todo poder suscita uma resistência (FOUCAULT, 2005, p. 92).

3.3 Atos performativos de ódio

Seja por meio da “intenção do sujeito falante” ou do “jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que ele disse”, como definiu Foucault (2004, p. 30), as conversações nas redes sociais constituem práticas discursivas cuja repetição têm como efeito “construir conhecimento e naturalizar o discurso”, estabelecendo quais falas compõem as verdades do discurso (normas) e as falas que serão excluídas, desacreditadas e silenciadas (RECUERO, 2015, p. 143). Pensando nos efeitos “cristalizadores” da repetição e da reiteração das práticas

discursivas, podemos estabelecer um paralelo entre a questão da performatividade – trabalhada a partir de uma perspectiva de gênero por Butler em *Problemas de gênero* (2015) –, e a linguagem, aproximação proposta pela própria autora em *Excitable speech* (1997).

Para Butler (1997, p. 2), o insulto é uma das primeiras formas de injúria linguística que os indivíduos vivenciam, dado que ser insultado também é uma das condições através das quais um sujeito se constitui no âmbito da linguagem. Nesse sentido, a problemática dos discursos de ódio evoca questões diversas, como o questionamento de quais palavras efetivamente ferem os indivíduos e quais representações os ofendem – o que nos leva a pensar de imediato na instância da linguagem proferida, explícita. Para a autora, no entanto, a injúria linguística parece ser o efeito não apenas das palavras que são endereçadas a alguém, mas o próprio modo através do qual esse endereçamento é feito, “um modo – uma disposição ou um comportamento convencional – que interpela e constitui o sujeito” (Idem).

Butler (1997, p. 4) sustenta que a própria expressão “palavras que ferem” sugere que a linguagem pode agir de maneiras que encurtam a distância entre o sofrimento proveniente da dor física e a injúria. A conexão metafórica entre as vulnerabilidades física e linguística, portanto, é central no que se refere à própria descrição de vulnerabilidade linguística. Assim, “certas palavras ou formas de endereçamento não apenas agem como ameaças ao bem-estar físico de um indivíduo, mas também influenciam nas maneiras através das quais o corpo é alternadamente sustentado e ameaçado” (BUTLER, 1997, p. 5). Nesse sentido, “é sendo interpelado dentro dos termos da linguagem que uma certa existência social do corpo se torna possível, primeiramente” (Idem).

Butler (1997) levanta uma série de questões que têm como possível resposta a própria característica performática dos atos de fala:

[...] por que alguns nomes pelos quais o sujeito é chamado parecem evocar o medo da morte e suscitam a dúvida sobre se ele sobreviverá ou não? Por que um mero endereçamento linguístico deveria produzir tal reação de medo? Não é, em parte, porque o endereçamento contemporâneo recorda e reencena os endereçamentos formativos aos quais deu e dá existência? Assim, ser endereçado não se trata apenas de ser reconhecido pelo que se é, mas diz respeito a ser conferido o termo específico através do qual o reconhecimento da existência se torna possível. Um indivíduo passa a “existir” em virtude dessa dependência fundamental em relação ao endereçamento do Outro. Um indivíduo “existe” não apenas por ser reconhecido, mas, em um sentido anterior, por ser *reconhecível*. Os termos que possibilitam o reconhecimento são por si mesmos convencionais, os efeitos e instrumentos de um ritual social que decide, geralmente através de exclusão e violência, as condições linguísticas dos sujeitos “sobrevivíveis”. (BUTLER, 1997, p. 5)

Uma percepção performativa em relação ao discurso de ódio abre espaço para sua própria subversão, dado que enxerga a produção de seus efeitos de verdade como sendo tão artificiais quanto os gêneros estabelecidos como masculino e feminino. Assim, Butler (1997, p. 14) sugere que ressignificar termos pejorativos, como o próprio *queer* que dá nome à teoria por ela endossada, é uma possibilidade de subversão da linguagem estabelecida. A autora se apropria da conceituação de atos de fala de J. L. Austin para empreender uma leitura dos discursos de ódio enquanto atos performativos. Para Austin (1962), os atos de fala podem ser ilocutórios, quando efetivamente instituem uma ação no ato do seu proferimento, ou perlocutórios, quando produzem certos efeitos como consequência de seu proferimento.

O ato de fala ilocutório é em si mesmo a ação que ele próprio denomina, enquanto o perlocutório conduz a certos efeitos que não são o mesmo que o ato de fala em si (BUTLER, 1997, p. 3). Nesse sentido, enquanto ato performático, ou seja, legitimado a partir de uma contínua repetição no sentido de obter um reconhecimento tácito, o ato ilocutório faz parte de um ritual que é uma “historicidade condensada”. Como destrincha Salih (2017, p. 143), “um ato de fala não se dá no momento exclusivo de sua enunciação, mas é a ‘condensação’ dos significados passados, dos significados presentes e até mesmo dos significados futuros e imprevisíveis”. Para ser efetivado, portanto, um ato ilocutório é definido por seus efeitos, mas seus efeitos resultam da força do contexto e da convenção (SALIH, 2017, p. 141).

Os atos de fala perlocutórios, por sua vez, não prescindem da efetivação imediata do ato que nomeia, mas produzem uma série de efeitos nos contextos nos quais são proferidos. Ao não performar efetiva e integralmente o que profere, um ato de fala perlocutório busca estabelecer, através da linguagem, a certeza de que aquele ato será concretizado no futuro (BUTLER, 1997, p. 9). Na perspectiva de Butler, portanto, “embora a ameaça não seja o ato que pressagia, ela ainda é um ato, um ato de fala, que não só anuncia o ato vindouro, mas registra uma certa força na linguagem, que tanto pressagia quanto inaugura uma força subsequente” (Idem).

É através dessa categoria de atos de fala, os perlocutórios, que propomos ler os comentários LGBTfóbicos nas redes sociais. São atos que podem não comprometer alguém fisicamente no momento em que são proferidos, mas que possuem uma força destrutiva em si mesmos, e adquirem solidez, fixação e naturalização na medida em que são reproduzidos, reencenados e reiterados – nos próprios espaços conversacionais onde tomam corpo nas redes

sociais, mas também nos espaços offline, cuja retroalimentação com os espaços online fortalecem e tornam perenes tais atos de fala, ou atos performativos de ódio.

As bases argumentativas que são articuladas nas regularidades temáticas da LGBTfobia nas redes sociais, assim como a noção binária de gênero, operam através de um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras por meio da produção de efeitos substancializantes. Os saberes e poderes articulados a esse discurso produzem efeitos de verdade manifestados, sustentados e reproduzidos continuamente, razão pela qual parte significativa das regularidades temáticas observadas neste trabalho se referem a leituras seculares e violentas em torno das vivências de gênero e sexualidade dissidentes.

As redes sociais, portanto, atuam como laboratórios discursivos que preservam e fortalecem estigmas atrelados aos indivíduos desviantes da heteronorma, ao mesmo tempo em que carregam em si o potencial de subversão desses discursos, como maneira de, se não propriamente interromper ou eliminar, ao menos interferir de maneira significativa na “substância” que dá corpo ao discurso LGBTfóbico. Nesse aspecto, os comentários empáticos à população LGBT que surge de maneira espontânea ou como respostas a atos performativos de ódio são possibilidades de “devolver” aos falantes-do-ódio seus atos de fala de uma maneira que vá contra sua intenção inicial e performe uma inversão de efeitos.

De uma maneira geral, esse pensamento sugere que o poder mutável de tais termos (com intenção de ódio) marca um tipo de discurso performativo que não é uma série discreta de atos de fala, mas uma cadeia ritual de ressignificações cuja origem e fim permanecem não fixados e não fixáveis. [...] O intervalo entre as instâncias de proferimento não apenas torna possíveis a repetição e a ressignificação do proferimento em questão, mas mostra como palavras podem, através do tempo, se desconectar de seu poder de ferir, recontextualizadas de modos mais afirmativos. (BUTLER, 1997, p. 14 e 15)

Butler (1997, p. 18) resgata o conceito de discurso de ódio de Mari Matsuda, para quem ele é entendido não apenas como um ato direcionado a um receptor, mas como um componente que tem como função contribuir com a constituição social do sujeito a ele endereçado. Dessa maneira, o receptor-do-ódio, por assim dizer, ocupa uma posição social ou se torna sinônimo dessa posição, “e posições sociais são entendidas como situadas em uma relação estática e hierárquica entre si” (Idem). Assim, por conta da posição social que ocupa, o receptor-do-ódio é ferido como consequência de tal proferimento, e esse mesmo proferimento ordena o sujeito a se reintegrar a uma posição social subordinada. O ato performativo de ódio, portanto, não apenas reflete uma relação de dominação social, mas reencena a própria dominação.

3.4 Polêmicas discursivas na conversação em rede

Os espaços conversacionais das redes sociais sem restrições de acesso, caso da maioria das páginas de veículos de comunicação, são ambientes propícios para a manifestação e choque de ideias divergentes. Nas dinâmicas que norteiam esses espaços, o diálogo encontra uma possibilidade de ser efetivado, mas também pode ser sumariamente aniquilado pelos atores, através da produção de polêmicas discursivas (AMOSSY, 2017). É através desse processo que as regularidades temáticas da LGBTfobia investigas neste trabalho são negociadas, reiteradas ou refutadas (a partir de micro-resistências visualizadas nos comentários-resposta empáticos à população LGBT).

Nesse sentido, faz-se pertinente uma contextualização da conversação que ocorre nos espaços online. Para Recuero (2012, p. 13), a conversação em rede se diferencia da conversação comum na medida em que reconstrói práticas do dia a dia e é amplificada no impacto da mediação. Assim, ela passa a constituir “conversações coletivas, assíncronas ou síncronas, públicas e capazes de envolver uma grande quantidade de atores” (RECUERO, 2012, p. 123), sendo “a porta através da qual as interações sociais acontecem e as relações sociais se estabelecem” (RECUERO, 2012, p. 29). Para a autora (2012, p. 28), a ocorrência de uma conversação demanda que os participantes compreendam e legitimem (ou deslegitimem, como veremos ao longo da análise dos comentários) os enunciados uns dos outros, alternando-se na fala e negociando o contexto no processo.

A conversação é um processo organizado, negociado pelos atores, que segue determinados ritos culturais e que faz parte dos processos de interação social. Não se trata apenas daqueles diálogos orais diretos, mas de inúmeros fenômenos que compreendem os elementos propostos e constituem as trocas sociais e que são construídos pela negociação, através da linguagem, de contextos comuns de interpretação pelos atores sociais. (RECUERO, 2012, p. 31)

Recuero (2012, p. 35) destaca que, diferente do que se acreditava nos primeiros estudos da conversação em rede, nos anos 1990, o fenômeno não se limita a uma mera reprodução da conversação comum (falada), na qual as trocas textuais, no âmbito virtual, entre os usuários atuavam como uma metáfora para esse tipo de conversação. Assim, a similaridade da conversação em rede em relação à conversação comum viria não através de uma associação por metáfora, mas por apropriação.

Para Lemos (2002, apud RECUERO, 2012, p. 35), a apropriação consiste na essência da cibercultura, e, sendo produto do uso da tecnologia pelos indivíduos, possui uma dimensão

técnica e uma simbólica. A técnica diz respeito ao aprendizado do uso da ferramenta, e a simbólica está associada à construção de sentido desse uso, “quase sempre de forma desviante, com práticas que vão sair do escopo do design de uso desta” (Idem). Assim, a conversação em rede se apropria da conversação comum (bem como dos demais fenômenos sociais offline), mas a modifica e a complexifica.

Podemos afirmar que os comentários de uma publicação do Facebook constituem conversações que, para além do texto escrito, abrangem imagens, *memes*, *emojis* e vídeos, dentro outras possibilidades de expressão. Destacamos também que essa conversação não se restringe apenas às mensagens publicadas no espaço conversacional delimitado por uma publicação (no caso deste trabalho, na caixa de comentários de determinada publicação), mas se dilata através das várias redes pelas quais é atravessada, quando é compartilhada e colocada em circulação em linhas do tempo²⁹ de outros usuários, por exemplo. Seu alcance, portanto, se torna imensurável.

Recuero (2012, p. 50) ressalta que a unidade temporal da conversação em rede tende a se tornar mais elástica, podendo ser estendida pelo tempo desejado pelos interlocutores, “cujo contexto precisa ser adaptado para essas trocas no tempo”. Visualizamos a pertinência desse aspecto da conversação nos espaços conversacionais das páginas de notícias, no formato de fóruns, que costumam ser alimentados pelos usuários de maneira assíncrona. No geral, os comentários analisados neste trabalho foram publicados não apenas com uma diferença de minutos entre si, mas também de horas, dias e mesmo semanas após a publicação ir ao ar. Isso nos levar a pensar os ambientes virtuais como espaços capazes de “proporcionar contextos ‘ampliados’, que podem ser recuperados, buscados e atualizados por novas interações, gerando conversações que podem estender-se por largos períodos de tempo” (RECUERO, 2012, p. 51).

As redes sociais dos sites de notícias ressaltam o que Recuero (2012, p. 127) considera uma característica central da conversação em rede: o espalhamento entre grupos sociais pelas conexões entre os indivíduos. Os atores envolvidos nas conversações estabelecidas nesses espaços de alcance público tendem a nutrir laços sociais fracos entre si, e também efêmeros, dado que geralmente não pactuam de associação mútua (um não pertence à rede privada de

²⁹ A linha do tempo do Facebook consiste na página inicial do site, onde é organizado o fluxo de informações produzidas e compartilhadas pelos usuários conectados entre si ou entre amigos em comum, além de anúncios selecionados a partir da algoritmização dos hábitos e gostos dos internautas.

amigos do outro). Os laços sociais fracos, portanto, facilitariam uma inibição de discursos ofensivos, uma vez que, estando entre desconhecidos virtuais, a responsabilização pelo que se diz se torna menos importante do que o ímpeto de expressar sua ideia sem filtros sociais. Tendo isso em vista, a conversação em rede conecta redes heterogêneas, constituídas de indivíduos que não possuem as mesmas bases culturais e sociais, proporcionando acesso a ideias, pontos de vista e opiniões divergentes (RECUERO, 2012, p. 137).

Nessas condições, o ambiente virtual se torna um espaço receptivo para a produção de polêmicas discursivas. Ruth Amossy (2017, p. 200) sustenta que as mídias, o que inclui as interações que ocorrem dentro das redes sociais de sites de notícias, têm papel central na construção da polêmica. Para a autora, a polêmica pública toma corpo a partir de uma multiplicidade de discursos e de interações polêmicas, emergindo e se consolidando na difusão, dentro do espaço público, de uma profusão desses discursos. Assim, “vozes antagônicas se cruzam e se recobrem, o mais frequentemente, sem orquestração prévia; elas estão longe das interações de réplicas simétricas e organizadas de que necessita um verdadeiro diálogo” (Idem). Nessa perspectiva, não se trata de dois sujeitos buscando uma solução em conjunto através de uma interação arrazoada, mas de uma quantidade significativa de discursos que tratam de maneira específica, e em uma plataforma e contexto particulares, de uma questão controversa.

Para Amossy, mesmo sendo um elemento desejável e saudável para as democracias contemporâneas, a polêmica “não permite nem conduzir a um acordo, nem assegurar um modo de coexistência numa comunidade dividida entre posições e interesses divergentes” (AMOSSY, 2017, p. 13). Assim, dado que ela está situada fora do dispositivo do diálogo, assim como da lógica do diálogo, “a polêmica pública que se constrói e repercute nas mídias não está orientada para a resolução de conflitos” (AMOSSY, 2017, p. 203).

Por outro lado, a autora sustenta que a polêmica preenche funções sociais importantes justamente pelo que é nela mais criticado: a gestão verbal do conflito realizada sob o modo da dissensão (AMOSSY, 2017, p. 12). Assim, “na sua virulência e até nos seus excessos, ela permite que os participantes dividam o mesmo espaço sem recorrer à violência física” (AMOSSY, 2017, p. 13). A polêmica também preencheria outras funções, como a possibilidade do confronto público no seio de tensões e de conflitos insolúveis e a formação de comunidades de protesto e de ação pública (Idem).

Embora reconheçamos algumas das contribuições positivas da polêmica – como a possibilidade de micro-resistências por parte dos ouvintes-do-ódio e da apropriação de uma organização discursiva no sentido desses indivíduos se constituírem publicamente enquanto sujeitos políticos –, não podemos diminuir o peso da violência física em face à simbólica, como sugere Amossy (2017, p. 12). Afinal, embora sejam difíceis de estimar no âmbito online, os danos da violência simbólica atuam diretamente na manutenção das relações de poder assimétricas que determinam quais indivíduos e têm vivências e corpos legítimos, e quais indivíduos são destituídos não os possuem e, por isso, são fixados em posições sociais vulneráveis.

As polêmicas discursivas no âmbito das redes sociais podem engendrar atos performativos de ódio na medida em expõem os enunciados reiterados que formam os discursos de ódio. No entanto, a polêmica, como o próprio discurso de ódio, não necessariamente carrega em si o componente da violência verbal, embora ambos sejam frequentemente associados a ela. O discurso de ódio, por outro lado, sempre carrega em si a *violência simbólica*, seja de maneira explícita ou velada, como aprofundaremos no tópico seguinte. Nesse sentido, a depender do contexto em que é evocado, um mero salmo bíblico, visivelmente destituído de violência verbal, pode conter violência simbólica. Isto é, se em determinado contexto esse salmo for utilizado para mobilizar elementos (enunciados, formações discursivas, etc.) de um discurso estigmatizante, como o discurso LGBTfóbico.

Para tornar mais clara essa distinção, faz-se necessária uma breve explanação acerca da violência verbal e das razões pelas quais a polêmica tende a ser associada a ela. De fato, a violência verbal ocorre com frequência no discurso LGBTfóbico, como veremos ao longo das análises, mas não o define em sua totalidade, como no caso do exemplo citado no parágrafo anterior.

De acordo com Amossy (2017, p. 167), a polêmica consiste em uma modalidade argumentativa, e não em um simples discurso agressivo caracterizado por ofensas explícitas, virulência de tom ou aumento de tensão na interação. Antes de tudo, a polêmica é um “enfrentamento, uma forte oposição de discursos sobre uma questão controversa”, sendo fundamentada pelo conflitual, e não pela violência (Idem). Em outras palavras, “para a polêmica, a violência verbal não é nem uma condição suficiente, nem mesmo uma condição necessária” (AMOSSY, 2017, p. 168).

[...] mesmo quando ela (a violência verbal) acompanha o discurso polêmico, e o faz frequentemente, a violência aparece mais como auxiliar do que como um traço definatório. É que ela se dá não como uma modalidade argumentativa, mas como um *registro discursivo*. Passamos, assim, do modo como funciona a argumentação para o tom e para o estilo adotados em uma interação agonística: como registro discursivo, a violência verbal acompanha a polêmica, mas não a estrutura. Como o *pathos*, a violência lhe dá mais força, manifestando e intensificando a dicotomização, a polarização e o descrédito que a fundamental. (AMOSSY, 2017, p. 169).

No entanto, por constataremos o papel de destaque que a violência verbal exerce nas dinâmicas das polêmicas discursivas dos espaços conversacionais públicos – no âmbito deste trabalho, especificamente nas discussões referentes à população LGBT –, optamos por priorizá-la nesta parte do capítulo. Afinal, se não estrutura as polêmicas discursivas, a violência verbal intensifica a dicotomização, a polarização e o descrédito que as fundamentam, componentes sobressalentes no tangente à dinâmica dos comentários publicados nos espaços conversacionais analisados neste trabalho.

Nesse sentido, Amossy (2017, p. 169) propõe uma série de parâmetros que permitem observar a violência verbal da qual se alimenta o confronto de teses, esta sim uma condição *sine qua non* para a constituição de uma polêmica discursiva. Ao todo, a autora enumera sete parâmetros, sobre os quais nos debruçaremos brevemente e aos quais recorreremos nas análises dos comentários no capítulo três, quando os consideraremos como componentes possíveis de atos performativos de ódio nas redes sociais.

O primeiro desses parâmetros diz respeito a uma coerção exercida no sentido de impedir o Outro de se exprimir e expor livremente seu ponto de vista. Para Amossy (2017, p. 196), essa estratégia pode ser linguisticamente expressada através de três procedimentos: oralmente, quando há interrupção e sobreposição de vozes nas interações; em afirmações marcadas pela assertividade, que têm como intenção produzir efeitos de verdade; e em questões retóricas, quando “o polemista apresenta a seu auditório questões que contêm sua resposta e quase não lhe abre espaço para apresentar as suas próprias respostas” (AMOSSY, 2017, p. 170).

O segundo parâmetro consiste na desconsideração de um ponto de vista, geralmente ridicularizado e tornado “objeto de um ataque destinado a desconsiderar o Outro e colocá-lo fora do jogo” (AMOSSY, 2017, p. 170). O parâmetro de número três faz referência a um ataque direto, no qual o polemista ataca a própria pessoa do Oponente. Para denominar essa situação, Amossy evoca o termo *ad hominem*, “em que se ataca a pessoa do adversário em vez de se atacar sua tese” (Idem).

O quarto parâmetro se trata da demonização do Outro, quando o indivíduo que defende determinado ponto de vista é assimilado como o Mal absoluto. Dessa maneira, “as qualificações atribuídas ao adversário fazer uma encarnação do Mal absoluto e, como tal, fazem com que o objeto de uma execração seja expulso do círculo de participantes legítimos” (AMOSSY, 2017, p. 171). Já o quinto parâmetro compreende a violência como frequentemente ligada ao *pathos*, uma vez que “o polemista exprime sentimentos violentos que se inscrevem por marcas lexicais, sintáticas e prosódicas” (Idem).

O sexto parâmetro, por sua vez, aponta para o uso de insultos por parte do polemista em relação ao seu adversário, focando em seus argumentos. Como reitera Amossy (2017, p. 172), “caso o insultado não seja convencido de que é um pobre tolo, alguns membros do público poderiam sê-lo, multiplicando a possibilidade de propagação do insulto, às vezes, chegando à sua naturalização no espaço público” – definição que reforça o caráter performativo dos insultos, e das regularidades temáticas para tal, nos espaços conversacionais públicos.

Por último, como sétimo parâmetro, está a incitação da violência do polemista contra o Outro. Para Amossy (2017, p. 172), a acusação direcionada àqueles que apoiam a tese contra-hegemônica e que, por conseguinte, representam o ponto de vista acusado de todos os males, “é acompanhada de encorajamentos para o uso da força contra eles – pelas armas, pelo assassinato ou por outros meios mais violentos que os verbais” (Idem). Assim, é “uma violência in loco que incita o polemista, tanto de um modo simbólico (uma expressão verbal que não exige efeitos imediatos), quanto no plano prático (um estímulo para agir concretamente)” (Idem).

3.5 Discursos de ódio explícitos e velados

Diversos autores, sobretudo do campo jurídico, teceram diferentes definições para a prática do discurso de ódio. Para Winfried Brugger (apud SCHÄFER et al., 2015), o discurso do ódio se caracteriza pela presença de palavras “que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião”, ressaltando sua “capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Já para Samantha Ribeiro Meyer-Pflug (apud SCHÄFER et al., 2015), pode-se conceituar o fenômeno como a manifestação de “ideias que incitem a discriminação racial, social ou

religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”, enquanto Alvaro Paul Diaz (apud SCHÄFER et al., 2015) defende que tal fenômeno “deve ser mais que uma manifestação de antipatia, deve indicar a hostilidade contra determinado grupo”.

A noção de hostilidade no âmbito do discurso de ódio é esmiuçada por Schäfer, Leivas e Santos (2015) em sua própria conceituação para o fenômeno, que elegemos para leitura dos comentários analisados neste trabalho. Para os autores, o discurso de ódio consiste em uma prática que prescinde da estigmatização e escolha de um inimigo, com o objetivo de manter ou alterar um estado de coisas – ao exemplo de hierarquizações sociais, raciais e de gênero –, tendo como base uma segregação. Os autores ainda destacam a diferenciação conceitual empreendida por Michel Rosenfeld (2012), que, dentro da prática jurídica, destacou dois tipos principais de discursos de ódio que encontram pleno eco nas redes sociais: o *hate speech in form* e o *hate speech in substance*. A primeira categoria diz respeito às manifestações explícitas de ódio, como ofensas diretas e ameaças de morte, enquanto a segunda dá conta de um tipo de discurso velado, que reforça preconceitos e opressões enraizadas nas práticas sociais do cotidiano.

Para Rosenfeld (2012, p. 245), um aferimento possível em relação ao quanto um discurso de ódio deve ser proibido diz respeito a uma série de variáveis pertinentes: “quem” e “o quê”, atrelados a “onde” e “sob quais circunstâncias”. Assim, o “quem” é sempre plural, dado que compreende não apenas o falante-do-ódio – ou o discurso ao qual ele está atrelado, se pensarmos na perspectiva de Butler (1997) –, mas também os indivíduos que são alvo desse discurso e a audiência que presencia tal ato enunciativo. No caso das redes sociais, a audiência consiste não apenas nos comentadores visíveis, mas nos potenciais comentadores, ou seja, os usuários que acompanham a repercussão dos comentários de maneira não participante, o que nos faz pensar na dimensão da extensão (e retroalimentação) do campo online para o offline de discursos de ódio.

Nesse sentido, o componente “o quê”, ou a mensagem proferida em si, tende a determinar se determinado discurso é passível de sanção ou supressão a nível jurídico (ROSENLFEND, 2012, p. 245), e para isso demanda uma clareza baseada em termos explícitos. Assim, insultos diretos e enfáticos consistem no que o autor caracteriza como *hate speech in form*. No entanto, há uma gama de enunciados articulados aos discursos de ódio que são velados e destituídos de insultos explícitos. A esses, cabe a denominação de *hate speech in substance*.

O *hate speech in substance* pode apresentar-se disfarçado por argumentos de proteção moral e social, o que, no contexto de uma democracia em fase de consolidação, que ainda sofre com as reminiscências de uma ditadura recente, pode provocar agressões a grupos não dominantes. Ele produz violência moral, preconceito, discriminação e ódio contra grupos vulneráveis e intenciona articuladamente a sua segregação. Quanto aos envolvidos, especialmente no tocante aos grupos atingidos pelo discurso do ódio, de fato, o discurso invariavelmente é direcionado a sujeitos e grupos em condições de vulnerabilidade, que tratamos como grupo não dominante. (SCHÄFER et al, 2015).

Ao aplicar os conceitos de Rosenfeld (2012) à realidade brasileira, em uma análise dos embates discursivos entre a bancada evangélica e grupos progressistas, o jurista Rodrigo dos Santos (2014, p. 4) observou que o *hate speech in substance* tende a ser disfarçado por argumentos falsos de proteção moral e social, sendo capaz de gerar distorções e agressões a minorias por parte dos grupos dominantes. Nessa modalidade, portanto, “o discurso odioso pode ser suavizado ou disfarçado por argumentos morais, políticos e religiosos, pois pretende ao longo de uma campanha construir e incutir uma ideologia preconceituosa ao invés de proporcionar um choque de ideias” (Idem).

Em aprofundamento do conceito de Rosenfeld (2012), Santos (2014) sustenta que no *hate speech in substance* é possível identificar as posições dos sujeitos, enquadrando-os em perseguidos e perseguidores. Assim, o sujeito ativo (perseguidor) pode ser tanto um indivíduo quanto um grupo social, “com afinidades ideológicas compartilhadas, geralmente de cunho político ou religioso, assim como pode ser praticado por uma instituição ou parte dela que compartilhem das mesmas ideologias” (SANTOS, 2014, p. 4). Santos (2014) ainda pontua que essa vertente do discurso de ódio tende a ser composta por alguns componentes temáticos, como a tentativa de banimento do Outro, o acionamento do pânico moral e social e o argumento ideológico de cunho político, social ou religioso.

Com base nas definições de Rosenfeld (2012), portanto, observamos as práticas discursivas da LGBTfobia nas redes sociais a partir de duas perspectivas distintas: o discurso LGBTfóbico explícito e o discurso LGBTfóbico velado. As categorias foram aplicadas ao escopo de análise com o intuito de compor relatos mais precisos e atentos aos procedimentos de violência simbólica conduzidos pelas nuances do discurso.

4 METODOLOGIA E ANÁLISES

4.1 Metodologia

A pesquisa se propõe a desenvolver um panorama do discurso de ódio contra LGBTs a partir da seleção de matérias de grande repercussão, publicadas na página do Facebook do Diário de Pernambuco. Para tal, foi criado um banco de dados com as notícias de temática LGBT veiculadas nesse espaço em um período de seis meses, entre 1º de abril e 30 de setembro de 2016. No trabalho, serão analisadas três postagens de notícias, sendo escolhida uma por bimestre do período de coleta. O critério de seleção das publicações consistiu na maior quantidade de reações do Facebook por parte dos usuários, que durante a pesquisa eram seis: “Curtir” (aprovação), “Amei” (afetividade), “Haha” (humor), “Uau” (surpresa), “Triste” (tristeza) e “Grr” (raiva).

Os comentários das postagens selecionadas serão analisados tanto quantitativa quanto qualitativamente, a partir de uma categorização baseada no gênero de seus autores e no conteúdo das mensagens, que serão classificadas nas seguintes categorias: Discurso LGBTfóbico explícito, Discurso LGBTfóbico velado, Outros discursos de ódio, Discurso ofensivo, Discurso dubio, Discurso empático à população LGBT e Outros, sendo esta última categoria referente a situações como mensagens sem sinalização significativa quanto ao seu teor, ao exemplo da marcação de pessoas externas à publicação. A partir desses dados, estabeleceremos um recorte do ecossistema virtual proporcionado por cada publicação de notícia, no sentido de construir uma cartografia do fenômeno LGBTfóbico nas redes sociais e as reações engendradas por ele.

Para a análise quantitativa, partimos do pressuposto de que uma amostra representativa permite uma reconstrução reduzida, mas real, do universo que se deseja investigar (RECUERO et al., 2011, p. 62). Assim, os resultados obtidos a partir da classificação dos comentários de acordo com o gênero de seus autores e do teor empregado nas mensagens buscam atender a critérios probabilísticos de seleção e recorte próprios à análise quantitativa, que por sua vez “apoia previsões da frequência de ocorrência de certos eventos ou características no universo da pesquisa”, permitindo “a construção de amostras em que a presença daqueles mesmos eventos ou características seja proporcional à encontrada no conjunto geral” (RECUERO et al., 2011, p. 62).

Embora a pesquisa quantitativa seja adequada para a apreensão de variações, padrões e tendências, ela pode ser frágil no que diz respeito à apreensão de detalhes e singularidades.

Tendo isso em vista, Recuero et al. (2011, p. 67) nos orientam a aderir a uma abordagem qualitativa quando os problemas de pesquisa demandam mais aprofundamento do que generalização. As autoras ressaltam que ambas as abordagens são complementares entre si, podendo ser mobilizadas de forma integrada, como é o caso desta pesquisa, ou em etapas sucessivas. Assim, uma pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender de maneira aprofundada e holística os fenômenos estudados. Para tanto, ela opera no sentido de contextualizá-los e reconhecer seu caráter dinâmico.

Nesse contexto, o número de componentes da amostra é menos importante do que sua relevância para o problema de pesquisa, de modo que os elementos da amostra passam a ser selecionados deliberadamente, conforme apresentam as características necessárias para a observação, percepção e análise das motivações centrais da pesquisa. [...] Ao contrário da amostragem quantitativa, que se propõe a utilizar critérios probabilísticos para chegar a um modelo do universo em escala reduzida, as amostragens qualitativas buscam selecionar os elementos mais significativos para o problema de pesquisa. Assim, ao contrário das amostras quantitativas, tipicamente probabilísticas, as amostras qualitativas são, portanto, tipicamente intencionais. (RECUERO et al., 2011, p. 67).

Dessa maneira, para atender aos objetivos da pesquisa, aderimos a estratégias e critérios de amostragem dentro de uma perspectiva de amostra intencional. Escolhemos esse tipo de abordagem por se tratar de uma amostra “cujos elementos são selecionados conforme critérios que derivam do problema de pesquisa, das características do universo observado e das condições e métodos de observação e análise” (RECUERO et al., 2011, p. 78).

Entre os subtipos de amostra intencional descritos pelas autoras, trabalharemos de maneira articulada com dois deles, tendo em vista a apreensão das dinâmicas às quais as regularidades temáticas estão atreladas: a máxima heterogeneidade e o teórico/conceitual. No subtipo de máxima heterogeneidade, “selecionam-se elementos de todas as variações previamente identificadas, de modo que toda a variedade do universo de pesquisa esteja representada na mostra”, permitindo a percepção da variedade do universo de pesquisa e dos padrões que o atravessam. De maneira complementar, no subtipo teórico/conceitual “a seleção é dirigida por construções teóricas relativas ao problema de pesquisa” (RECUERO et al., 2011, p. 79 e 80), dado o embasamento teórico/conceitual das regularidades temáticas da LGBTfobia investigadas neste trabalho.

Os comentários serão lidos à luz de uma análise do discurso de linha foucaultiana (FISCHER, 2001), que tem como premissa o entendimento de que os discursos são articulados a saberes e poderes que, em conjunto, produzem efeitos de verdade. Dentro de uma ordem discursiva hegemônica, através da qual a épistemê vigente é regulada e nos

regula, tal dinâmica produz vivências e sujeitos ditos legítimos, ao passo em que relega à sua margem os indivíduos destituídos das características tidas como legítimas. Nesse sentido, podemos entender os espaços conversacionais das redes sociais como locais dentro dos quais os discursos, saberes e poderes operam, constituindo verdades, mas também possibilitando fissuras, ou micro-resistências, que as questionam em uma disputa discursiva contínua.

Enquanto metodologia científica, a análise do discurso foucaultiana demanda aos pesquisadores uma investigação não do que há por trás dos textos e documentos, nem do que se quis dizer com determinado material, mas sim uma investigação que permita “descrever quais são as condições de existência de um determinado discurso, enunciado ou conjunto de enunciados” (FISCHER, 2001, p. 221). Por essa perspectiva, “suspendendo continuidades, acolhendo cada momento do discurso e tratando-o no jogo de relações em que está imerso, é possível levantar um conjunto de enunciados efetivos, em sua singularidade de acontecimentos raros, dispersos e dispersivos” (Idem). Tendo isso em vista, é pertinente nos indagarmos, como aponta Fischer (Idem), por que essa singularidade acontece ali, naquele lugar, e não em outras condições.

Embora Amossy (2017) e Fiorin tomem posicionamentos metodológicos compatíveis com a análise de discurso de linha francesa, o que difere epistemologicamente da análise de discurso de linha foucaultiana, nos ateremos às suas contribuições como maneira de obter ferramentas para complementar a análise no sentido de elucidar as dinâmicas discursivas que modulam as interações entre os usuários das redes sociais. Com isso, pretendemos lançar um olhar mais aprofundado às dinâmicas através das quais os discursos circulam, ou seja, as interações sociais propriamente ditas (neste caso, observadas nos comentários de notícias nas redes sociais). Assim, visamos a obter uma microvisão das dinâmicas discursivas em questão, ao mesmo tempo em que reforçamos nossa filiação a uma macrovisão dos discursos a partir de uma perspectiva foucaultiana (FISCHER, 2001). Sob a ótica foucaultiana, por exemplo, entendemos as polêmicas discursivas como disputas por poder entre atores sociais divergentes.

Como reforçado anteriormente, o Facebook foi escolhido por ser o site de redes sociais com mais acessos no Brasil³⁰, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015. O levantamento demonstrou que 48% dos brasileiros utilizam a internet, dentro dos quais 92%

³⁰ Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em 07/06/2017.

estão conectados por meios de redes sociais, sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o YouTube (17%). Dessa maneira, supomos que este site de rede social possui melhores condições de apresentar uma amostra de comentários mais abrangente e diversa, dado que sua rede de usuários denota um reflexo mais uniforme da população brasileira, se comparado a sites como o Twitter (RECUERO, 2015, p. 90).

O Diário de Pernambuco foi escolhido para a coleta dos comentários por se tratar do veículo de comunicação local cuja página no Facebook soma o maior número de curtidores (1.337.681 usuários até 09/08/2017), em comparação aos seus dois principais concorrentes, o Jornal do Commercio (761.545 usuários até 09/08/2017) e a Folha de Pernambuco (163.103 usuários até 09/08/2017). É relevante ressaltar que o Diário de Pernambuco é o periódico em circulação mais antigo da América Latina, tendo sido fundado no Recife, em 1825, o que lhe afere uma atmosfera de tradição mais forte do que a dos outros veículos. Este trabalho, no entanto, não se propõe a avaliar as notícias, seus títulos e os demais enunciados publicados no jornal em si ou em suas redes sociais, mas sim a recepção de determinadas notícias a partir de seus potenciais leitores no Facebook.

A escolha de três publicações para análise remete à inviabilidade de se trabalhar de maneira detalhada com um *corpus* mais volumoso, uma vez que cada uma das publicações escolhidas abrange entre 700 e 1.170 comentários. Como destacam Recuero et al. (2011, p. 63), “uma amostra muito grande pode mergulhar o trabalho em um tal grau de redundância para que o inviabilize, ou, no mínimo, desperdice seus recursos”, dado que “o importante não é trabalhar com quantidades ou proporções específicas, mas reconhecer e enfrentar a complexidade que a intenção de generalizar os resultados de pesquisa impõe ao dimensionamento da amostra”.

Os comentários que analisamos neste trabalho são baseados em três notícias: *Participação no Altas Horas de filho de casal homoafetivo provoca reações nas redes sociais* (03/04/2016); *Papa Francisco diz que Igreja deve pedir desculpas aos homossexuais* (27/06/2016); e *Criança trans é adotada por mulher trans em Jaboatão* (27/09/2016). Cada publicação de notícia veiculada na página do Facebook do Diário de Pernambuco contém os seguintes componentes: uma manchete, um subtítulo, uma descrição reduzida da notícia, uma imagem ilustrativa e um hiperlink, que conduz os potenciais leitores ao site do jornal, onde a matéria completa está publicada. O site do Diário de Pernambuco não impõe restrições aos seus visitantes. Dessa maneira, podemos afirmar que todos os comentadores tiveram

condições idênticas de ler a notícia completa, embora não seja possível aferir qualquer estimativa nesse sentido.

Os comentários foram coletados através da ferramenta gratuita OpSocial Extractor³¹, que, através da inserção de um link de uma publicação pública do Facebook, sistematiza todos os comentários primários e as respostas a esses comentários em um arquivo de tabelas do software Microsoft Excel. A ferramenta oferece duas opções para ordenação dos comentários: em ordem cronológica ou por relevância³². Os arquivos ainda informam a categoria do comentário (se é comentário primário ou resposta a um comentário), o link do perfil do comentador e a data e o horário de publicação.

Após a criação dos arquivos com essas características, foram sendo adicionadas anotações e categorizações a partir de uma observação sistemática dos comentários, que foram classificados de acordo com o gênero de seus autores e com o seu conteúdo nas seguintes nomenclaturas: Discurso LGBTfóbico explícito, Discurso LGBTfóbico velado, Outros discursos de ódio, Discurso ofensivo, Discurso dúbio, Discurso empático à população LGBT e Outros. Os critérios de enquadramento dos comentários em cada uma dessas categorias analíticas serão detalhados no início da Análise 1.

³¹ Disponível em: <http://www.extractor.opsocial.com.br/#/>.

³² Neste trabalho, optamos pela ordenação em ordem cronológica para nos atermos à sequência das conversações.

4.2 Análise 1 – Participação no Altas Horas de filho de casal homoafetivo provoca reações nas redes sociais

A notícia que contabilizou mais reações por parte dos usuários no primeiro bimestre de coleta (1º de abril a 31 de maio de 2016) foi *Participação no Altas Horas de filho de casal homoafetivo provoca reações nas redes sociais*, publicada na página do Facebook do Diário de Pernambuco no dia 3 de abril de 2016, às 20h47. A notícia faz referência a um momento do programa televisivo *Altas horas*, da Rede Globo, em que o adolescente André Lodi (Figura 1), filho de duas mulheres lésbicas, respondeu a uma pergunta da plateia sobre a relação com suas mães.

No vídeo, que viralizou nas redes sociais, um adolescente na plateia questiona Lodi: “Mas quando você percebeu que tinha duas mães?”. Lodi então pergunta a ele como era formado o seu núcleo familiar, no que o garoto responde: “Normal, pai e mãe. Desculpa, para mim, o normal é ter uma mãe e um pai, mas não que eu tenha algum preconceito”. Em seguida, Lodi ironiza a justificativa do garoto: “Você está dizendo que a minha família não é normal?”. Por fim, o entrevistado emenda: “E quando você percebeu que tinha um pai e uma mãe?”, propondo, assim, um deslocamento quanto à ideia de normatização de família heterossexual presente na fala do garoto.

Figura 1 – Publicação da notícia no Facebook do Diário de Pernambuco



Fonte: Própria (2016)

A publicação da notícia acumulou 7,5 mil reações, sendo a imensa maioria de aprovação (6,9 mil curtidas e 516 reações de afeto), e a minoria dispersa entre reações de humor (64), raiva (35), surpresa (31) e tristeza (4). Em uma análise preliminar, somos levados a considerar um apoio massivo à atitude de Lodi. Ainda foram contabilizados 471 compartilhamentos, o que significa que essa quantidade de pessoas replicou a notícia em seus perfis pessoais, ampliando consideravelmente o alcance da publicação³³. Na contagem visível no topo da publicação, foram contabilizados 579 comentários, quantidade equivalente aos comentários primários. Na análise que segue, no entanto, consideraremos os 1.170 comentários coletados através da ferramenta OpSocial Extractor, incluindo as respostas motivadas pelos comentários primários.

Para definirmos as categorias Discurso LGBTfóbico explícito e Discurso LGBTfóbico velado, recorreremos à conceituação de Rosenfeld (2012) quanto às diferenciações entre *hate speech in form* e *hate speech in substance*. Para o Discurso LGBTfóbico explícito valemo-nos do que Rosenfeld entende por *hate speech in form*, ou seja, as manifestações explícitas de ódio contra pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes, ao exemplo de ofensas diretas e ameaças de morte. Em geral, consideramos nessa categoria os comentários cujos autores se expressam de maneira violenta, enfática, despreocupada e mesmo orgulhosa de expor seus preconceitos.

Exemplo 1: “darcio costa, sou um ignorante (MACHO) com orgulho... sou contra esse negocio de dois homens ou duas mulheres querendo ter filho,tu quer um filho te corrige vira homem e arruma um mulher! PRONTO FALEI!”.

Exemplo 2: “Cara esse papo ou melhor palhaçada que o cara nasce gay tem que virar folclore, Concerteza o médico ou cientista que inventou essa cagada simplesmente é uma BICHONA que não tinha nada pra fazer e inventou essa aberração”.

Para a categoria Discurso LGBTfóbico velado, por sua vez, destacamos a aderência ao que Rosenfeld (2012) nomeou como *hate speech in substance*. Nesse caso, o preconceito é manifestado de maneira menos enfática, mas sem deixar de mobilizar enunciados específicos do discurso LGBTfóbico. Embora não expresse tais sentimentos de maneira explícita, elementos da formação discursiva da LGBTfobia são evocados, como argumentos bíblicos,

³³ Não é possível mensurar o teor dos compartilhamentos em sua totalidade, dado que cada usuário tem configurações de privacidade distintas e não necessariamente compartilha a publicação em modo público.

científicos ou jurídicos. Em alguns desses comentários, os falantes-do-ódio minimizam ou mesmo negam o fato de serem preconceituosos.

Exemplo 1: “Isso é um caso a parte meu amigo como também tem casais gays que adotam crianças para estrupalas!!! Agora quando um casal se ama independente do sexo, na minha opinião eu sou a favor do relacionamento deles desde que respeitem a sociedade!!!”.

Exemplo 2: “se faço parte de uma família típica um Pai uma Mãe é comprovado pela matemática que é uma maioria logo é Normal. Anormal mas não preconceituoso são dois homens ou duas mulheres mas vão amar? Vão educar? É oq importa”.

A categoria Outros discursos de ódio abrange os comentários que, em diferentes contextos, degradam outras populações estigmatizadas. Em alguns casos, esses comentários são publicados não por indivíduos de gestos LGBTfóbicos, mas por indivíduos que tentam mobilizar um contraponto de empatia em relação à população LGBT. Na Análise 1, foram registrados comentários desse tipo referentes a evangélicos, pessoas associadas a religiões afrodescendentes, negros, esquerdistas (“petistas”, “comunistas” e “mortadelas”) e gordos.

Exemplo 1: “Já vem o diário comunista postar merda”.

Exemplo 2: “Da mesma forma que casais interracialis não são normais. Desde os anos 60 quetem nos fazer engolir isso, mas normal é cada etnia no seu lugar”.

A categoria Discurso ofensivo abarca comentários hostis, mas desvinculados a formações discursivas socialmente estigmatizantes. Em geral, os autores desse tipo de comentário se xingavam ou expressavam desaprovação quanto à atitude do personagem da notícia em questão, mas sem emitir juízo de valor quanto à sua formação familiar.

Exemplo 1: “Muito feia a postura dele .igual um papagaio .perdi meu sono assistindo aquela merda de entrevista”.

Exemplo 2: “Totalmente desnecessário a arrogância dele com a plateia! Se não tava afim de responder as perguntas não colocasse a cara em rede nacional, agora se queria aparecer! Realmente apareceu, mas como um adolescente muito mal educado !!!”.

Para a categoria Discurso dúbio, consideramos comentários ambíguos quanto ao seu teor, geralmente não ofensivos e indefinidos quanto ao lado tomado na discussão.

Exemplo 1: “Parece que ele foi super bem instruído para estar ali!”.

Exemplo 2: “Responder uma pergunta com outra pergunta não me parece muito inteligente...e se n fosse um homem esse garoto entrevistado nem estaria ali se achando um máximo”.

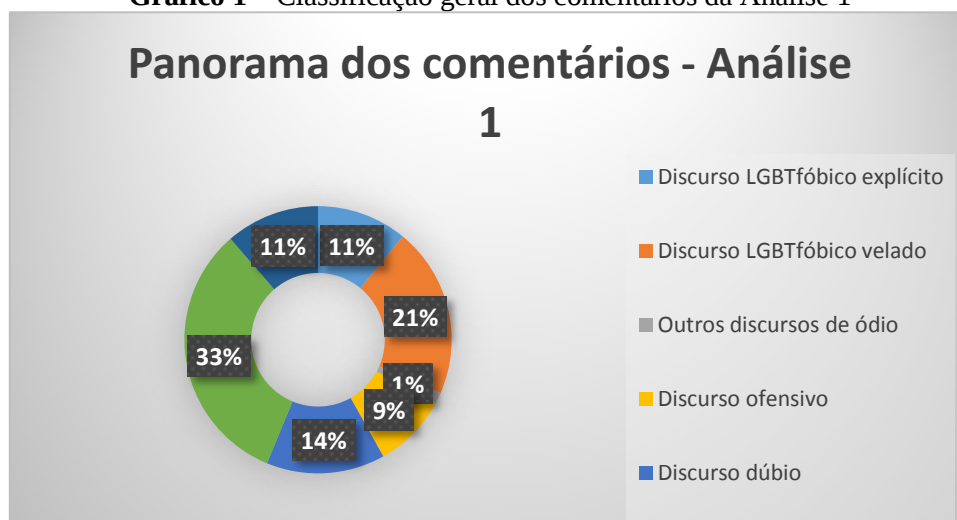
Na categoria Discurso empático à população LGBT, demarcamos comentários que demonstravam apoio às causas LGBTs em geral. Assim, enquanto uma parte desses comentários foi publicada de maneira espontânea, como as mensagens elogiosas à atitude do entrevistado, outra parte foi publicada como reações a comentários de ódio, o que gerou novas respostas e atritos ideológicos.

Exemplo 1: “Achei massa a resposta. Ser feliz é muito mais importante do que ser ‘normal’, afinal de contas o conceito de normal é muito subjetivo uma vez que somos todos diferentes e temos escolhas e formas de pensar variadas.Respeito é fundamental!”.

Exemplo 2: “E tem amor maior o q o de mãe? O cara tem duas”.

Na Análise 1, de um total de 1.170 comentários analisados, obtivemos os seguintes resultados: Discurso LGBTfóbico explícito (128), Discurso LGBTfóbico velado (241), Outros discursos de ódio (16), Discurso ofensivo (105), Discurso dúbio (168), Discurso empático à população LGBT (379) e Outros (133), sendo esta última categoria referente a situações como mensagens sem sinalização significativa quanto ao seu teor, como a marcação de contatos externos à publicação.

Gráfico 1 – Classificação geral dos comentários da Análise 1



Fonte: Própria (2017)

Os comentários que sustentam um discurso empático à população LGBT se sobrepuseram às demais categorias, constituindo 33% do montante geral, praticamente igualando-se à quantidade de comentários LGBTfóbicos, que totalizou 32%, se somarmos as categorias explícitas (21%) e veladas (11%). A atmosfera predominante nos comentários registrados na publicação, no entanto, foi de hostilidade, dado que, além das mensagens de ódio contra LGBTs, houve um número considerável de comentários ofensivos, especificamente 9% das mensagens coletadas.

Os comentários mais agressivos e violentos foram publicados, em sua grande maioria, por homens, como demonstram a quantidade de autores masculinos dentro das categorias Discurso LGBTfóbico explícito (81,2%), Discurso LGBTfóbico velado (71,3%), Outros discursos de ódio (100%) e Discurso ofensivo (64,7%). Curiosamente, a maioria dos comentários empáticos à população LGBT também foi publicada por homens (57,2%). Dadas as exceções em que os autores dos comentários dessa categoria reforçam uma orientação sexual não heterossexual, atuando na produção de micro-resistências às mensagens LGBTfóbicas, não temos dados sistemáticos que tornem relevante a relação entre os comentários e a condição sexual de seus autores.

Podemos evocar tanto Gay (1995) quanto Bourdieu (2016) para uma compreensão acerca dos determinantes culturais, sociais e psicológicos que atuam no sentido de estimular uma rejeição coletiva das manifestações de sexualidade e gênero que destoam da figura do homem viril, másculo, heterossexual e cisgênero. Enquanto Gay (1995, p. 103) considera o culto à masculinidade como um dos álibis para a agressão centrais no século XIX, e que se estende aos nossos dias, Bourdieu (2016, p. 20) compreende a dominação masculina enquanto um sistema estrutural de violência simbólica, que marginaliza e produz aversão ao que é culturalmente entendido como feminino.

Para Borrillo (2010, p. 88), a homofobia³⁴ consiste em elemento constitutivo da identidade masculina. O autor aponta que o processo de socialização masculina ocorre em função da oposição constante à feminilidade, sendo a expressão de uma heterossexualidade viril o caráter mais evidente da masculinidade supostamente ideal. Na visão do autor, “fortalecer a homofobia é, portanto, um mecanismo essencial do caráter masculino, porque ela permite recalcar o medo enrustido do desejo homossexual”, dado que, “para um homem

³⁴ Apesar de usar o termo homofobia ao invés de outro mais adequado, o autor ressalta que se refere não apenas à hostilidade a gays ou lésbicas, mas a “qualquer indivíduo que não se adapte aos papéis, supostamente, determinados pelo sexo biológico” (BORRILLO, 2010, p. 88).

heterossexual, confrontar-se com um homem efeminado desperta a angústia em relação às características femininas de sua própria personalidade” (BORRILLO, 2010, p. 89). Assim, publicar mensagens LGBTfóbicas nas redes sociais seria uma maneira de demarcar uma posição sempre em oposição à vulnerabilidade, à sensibilidade e à passividade culturalmente atribuídas ao gênero feminino.

Nesse contexto, no âmbito de um espaço conversacional nas redes sociais que tem como tema a população LGBT, o público masculino apresenta uma predisposição mais evidente para expressar sentimentos negativos e destrutivos, como modo de reafirmar para si e para a audiência do espaço em questão seu compromisso com uma masculinidade que tem como fundamento a normatização e o “monopólio” das diversas modalidades da violência. Como destaca José Remon Silva (2014, p. 2.803), o heterossexismo é uma das formas de violência que comunicam motivações patriarcais não só de controle sobre a mulher, mas de reafirmação de superioridade do homem.

A masculinidade hegemônica confunde e embarça o poder sexual com o poder social. Desse modo, a heterossexualidade impõe-se como referencial simbólico obrigatório para o homem: o exercício do poder social está condicionado à sua orientação e ostentação sexual. O heterossexismo pode se manifestar de diversas maneiras. Pode se manifestar como um sentimento negativo contra si mesmo em razão de sua própria orientação fora da “ortodoxia sexual”, considerada “inadequada”, que resvala contra as companheiras, quando é o caso, numa exacerbação violenta de virilidade. Não apenas isso, mas, como referencial hegemônico, não pode admitir desvios da ortodoxia heterossexual, implicando em manifestações de violência contra os pares que exteriorizam interesses sexuais ou afetivos por outros do mesmo sexo, estendendo-se a todos aqueles que apresentam os possíveis signos de feminilidade. (SILVA, 2014, p. 2.814)

Dadas as devidas contextualizações e o panorama quantitativo referentes à publicação em questão, partimos para uma análise mais aprofundada dos comentários, de modo a estabelecer a construção de montagens discursivas que nos encaminhem para uma compreensão das regularidades temáticas mobilizadas pelo discurso LGBTfóbico enquanto atos performativos de ódio. Trabalharemos com a análise de comentários em quatro blocos distintos, selecionados a partir de uma amostragem intencional.

Na Análise 1, o bloco 1 será constituído por um recorte de uma única série de comentários, ou seja, um conjunto de mensagens formado por um comentário primário e as respostas a ele. Dessa maneira, privilegiaremos uma amostra heterogênea, dentro de uma conversação delimitada, no sentido de elucidarmos as dinâmicas próprias a uma conversação sequencial. Nos blocos 2, 3 e 4, por sua vez, elencaremos comentários independentes entre si (que não pertencem a uma mesma série de comentários) para uma amostra intencional

homogênea, tendo como foco as recorrências discursivas presentes nos comentários LGBTfóbicos e nas demais categorias de análise.

Dentro dos espaços conversacionais analisados – ou seja, as caixas de comentários das publicações na página do Diário de Pernambuco no Facebook –, reforçamos que todos os registros e interações ali inscritos constituem uma mesma conversação, que inclusive extrapola o espaço delimitado pela publicação ao se integrar a novas redes a partir de sua multimodalidade³⁵. Nas análises, entendemos os indivíduos comentadores, inseridos em discursividade distintas e que por vezes se cruzam, como sujeitos discursivos, movidos, por sua vez, pelos diferentes discursos em circulação no tecido social. Assim, percebemos os processos argumentativos que tomam corpo nesses espaços como fruto de uma autoria coletiva, submetida a esses discursos, para além de interações individuais entre um autor A e um autor B. Justificamos, dessa maneira, a não identificação dos autores nas análises, mesmo que haja mais de um comentário de um mesmo autor, dado que eles compõem uma narrativa coletiva compartilhada inclusive pela audiência invisível.

Quadro 1 – Bloco 1 da Análise 1

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário primário (bloco 1)	Feminino	Discurso empático a LGBTs	No fim das contas, não importa sua opinião, casais gays sempre existiram e sempre existirão e vão ter filhos , se quiserem e sua opinião não vai mudar nada, beijos e aceitem pq dói muito menos	
Resposta 1 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	Realmente sempre teve gays, não no princípio do mundo quando Deus fez Adão e Eva depôs disso veio o castigo por isso Deus acabou a humanidade naquela época e tbm como ele vai acabar com essa nova geração agora VC dizer que dois homens ou duas mulheres vai ter filho só de for coisa do demônio , neste caso já mais Deus vai permitir	Moralidade dos comportamentos
Resposta 2 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Eu não estou dizendo se VC acredita na bíblia é só ler que está escrito OK não tenho nada contra outra coisa Deus ama todos mais ele odeia o pecado, o pecado é a morte	Moralidade dos comportamentos

³⁵ Para Recuero (2012, p. 156), as conversações em rede são caracterizadas como sendo multimodais, por dificilmente ocorrerem apenas de um modo ou em uma única plataforma. A autora destaca que “uma mesma conversação que tem início em um determinado espaço pode acontecer simultaneamente em diversos espaços onde a rede social do ator pode ser encontrada” (Idem), como nas linhas do tempo dos usuários comentadores, que por sua vez tornam-se visíveis para indivíduos externos à publicação que passam a constituir e expandi-la.

Resposta 3 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbic o explícito	Só passando para dizer que a configuração homossexual de família é inapta para ter filhos . Ou, prefiram a frase do Levy Mito Fidelix! Kkkkk	Anormalidade
Resposta 4 (bloco 1)	Feminino	Discurso empático a LGBTs / Dúbio	Família pode ser o que a pessoa quiser , meu caro. Dois pais, duas mães, um pai, uma mãe, uma pessoa com um cachorro, amigos que moram na mesma casa... não me dói absolutamente nada, só faço rir da ignorância e a impotência de poder impedir o inverso da vossa opinião, afinal, se é tão sublime sua verdade absoluta, impeça pessoas do mesmo sexo de se casarem... kkkkkkkkkkkkkkk no mais, uma pessoa que mal sabe gramática, pontuação e erros de português, jamais poderá tratar de assuntos mais complexos , afinal, nem educação de base tem	
Resposta 5 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbic o velado	Tenta pô ter um filho com uma mulher se tu conseguir me avisa alias avisa pra o mundo pq Biologicamente até hoje nunca aconteceu na raça humana...	Anormalidade

Fonte: Própria (2017).

O Comentário primário (bloco 1) é uma das mensagens que obtiveram maior visibilidade dentro da conversação gerada pela publicação em questão, dado que acumulou 161 curtidas e estimulou 49 respostas³⁶. Assim, por conta do sistema de algoritmos do Facebook, que privilegia comentários considerados populares nesses termos e comentários escritos por membros da rede do próprio usuário, ele consta como uma das primeiras reações visíveis da publicação. Por sua posição privilegiada, os comentários primários ditos populares tendem a ser os mais lidos pelos usuários e são responsáveis por estabelecer a atmosfera geral da publicação, que será endossada ou questionada pelos usuários que se dispõem a comentar.

Ao defender o casamento homoafetivo e a possibilidade desses casais de constituir uma família, a autora do Comentário primário (bloco 1) demarca um posicionamento empático aos LGBTs, engendrando uma reação em cadeia de comentários tanto LGBTfóbicos quanto empáticos a essa população. Seu próprio ato enunciativo convoca os comentadores dissidentes de sua opinião à polêmica, a partir de uma provocação irônica, ao dizer “beijos e aceitem pq dói muito menos”. Dessa maneira, a autora demarca uma polêmica discursiva

³⁶ De acordo com Recuero (2012, p. 137), a conversação em rede pode gerar visibilidade, reputação e popularidade. Assim, “quanto mais citado é alguém, quanto mais referências a sua participação na conversação, maior visibilidade. Quanto mais indivíduos têm acesso ao que diz e concordam com esse ator, mais elementos de reputação este soma, além de aumentar sua popularidade e visibilidade”.

entre o Mesmo heterossexista e o Outro *queer*, em que os autores de comentários mobilizam diferentes formações ideológicas para sustentar suas visões de mundo e verdades, em uma tentativa de suprimir e silenciar as dissidências.

Em referência ao Comentário primário (bloco 1), o autor da Resposta 1 (bloco 1) se insere na polêmica discursiva ao sustentar um discurso religioso atrelado a um questionamento moral que desumaniza a população LGBT ao entende-la como a razão pela qual a humanidade estaria fadada a ser extinta por intervenção divina. O autor da Resposta 1 (bloco 1) ainda evoca as personagens bíblicas Adão e Eva como idealização do casal heterossexual, cisgênero e monogâmico instituído pelas normas sociais, morais e religiosas do Mesmo heterossexista. Ao argumentar e condenar seus interlocutores em função de um conjunto prescritivo de regras e valores, no caso o código de moral cristão, o autor mobiliza como regularidade temática a moralidade dos comportamentos (FOUCAULT, 1984, p. 26).

A mesma regularidade temática é evocada na Resposta 2 (bloco 1), embora esta expresse um discurso LGBTfóbico velado, diferente do discurso LGBTfóbico explícito da Resposta 1 (bloco 1). Essa modalidade de comentários não manifesta ameaças diretas ou intuitos destrutivos em relação à população LGBT, tendendo a soar mais comedida e afeita a fios argumentativos que tentam velar as opressões às sexualidades e gêneros dissidentes. Nesses casos, são recorrentes afirmações como “não tenho preconceito” e “nada contra”, assim como discursos de ódio disfarçados de pregações religiosas que visam o bem daqueles que as leem. Ambos os argumentos constam na Resposta 2 (bloco 1), na qual a Bíblia cristã é tida como baliza moral.

Enquanto a moralidade dos comportamentos tende a surgir vinculada ao discurso religioso, a regularidade temática da anormalidade, assim como a biopolítica, costuma aparecer atrelada ao discurso científico. Na Resposta 3 (bloco 1), o autor recupera um enunciado do discurso LGBTfóbico tornado popular em 2014 pelo então candidato à presidência da República Levy Fidelix (PRTB-SP). À época, indagado pela candidata Luciana Genro (PSOL-RS) sobre suas políticas de defesa para a população LGBT, Fidelix afirmou em rede nacional que “sistema excretor não reproduz”, mobilizando um argumento que se pretende científico ao classificar as práticas sexuais entre homens como anormais e contra a designação “natural” dos corpos.

A regularidade temática da Resposta 3 (bloco 1) é efetivada na audiência a partir do que Fiorin (2015, p. 46) entende como historicidade do discurso. Para o autor, o sentido não é

definido apenas pelas relações linguísticas internas ao texto, mas também é construído pela relação do texto com a sua exterioridade, ou seja, outros textos e discursos. Quando o autor da Resposta 3 (bloco 1) evoca o enunciado utilizado pelo candidato LGBTfóbico dois anos antes, produz efeitos de sentido que se tornam inteligíveis na medida em que os leitores compartilham, ou estão a par, das condições históricas de possibilidade que produziram determinado enunciado. Nas palavras de Fiorin (2015, p. 66), “a historicidade é esse movimento dialético de constituição do sentido, é ele que dá espessura histórica ao sentido”.

Tendo como exemplo a Resposta 4 (bloco 1), os comentários LGBTfóbicos suscitam micro-resistências através de reações empáticas à população LGBT, se considerarmos a visão foucaultiana sobre os micropoderes, difusos no tecido social. Ao analisar o dispositivo da sexualidade, Foucault sustenta que não há poder sem resistência, e que esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Presentes em toda a rede de poder, as resistências são tão difusas e capilarizadas quanto o próprio poder, sendo descritas pelo francês como “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” (FOUCAULT, 2005, p. 91).

Assim, as resistências surgem como pontos centrais nas disputas de poder observadas nos espaços conversacionais analisados neste trabalho, nos quais a mentalidade hegemônica se obstina a marginalizar, silenciar e eliminar as sexualidades e gêneros dissidentes. Para o autor, tratam-se de:

[...] pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução. (FOUCAULT, 2005, p. 92)

A dinâmica dos comentários de ódio e das micro-resistências por eles suscitadas podem ser lidas à luz da noção de historicidade do discurso trazida por Fiorin (2015, p. 64). Para o autor, é através do dialogismo que um discurso se constitui em oposição a outro. Assim, um discurso é heterogêneo porque mostra a si mesmo e seu contrário. Ele argumenta: “o sentido organiza-se num movimento dialético e é esse processo que é preciso apreender no estudo da historicidade”, uma vez que “a historicidade não são fatos externos ao sentido, é o sentido mesmo, na sua constituição dialética, que é histórico” (FIORIN, 2015, p. 64). Dessa

maneira, constitui-se um discurso segundo (comentários empáticos à população LGBT) em oposição a um discurso primeiro (comentários LGBTfóbicos), que, por sua vez, não permanece sem modificações dentro de um movimento histórico de constituição do sentido. Na visão do autor, o discurso primeiro vai se alterar em função do segundo e assim sucessivamente, ao longo da História.

A mesma Resposta 4 (bloco 1), no entanto, se apresenta como dúbia e aponta para uma complexidade que ultrapassa o caráter exclusivo de micro-resistência. Dentro da polêmica instaurada pelo Comentário primário (bloco 1), visando a sustentar seu ponto de vista, a autora da Resposta 4 (bloco 1) toma como regularidade temática de argumentação a violência verbal através de um ataque do polemista contra a própria pessoa do Oponente (AMOSSY, 2017, p. 170), ao tentar desqualificar o autor do comentário LGBTfóbico por seus erros gramaticais (“uma pessoa que mal sabe gramática, pontuação e erros de português, jamais poderá tratar de assuntos mais complexos”).

Essa estratégia argumentativa é descrita por Amossy como uma situação de *ad hominem*, ou seja, quando se ataca a pessoa do adversário em vez de se atacar sua tese. Sua lógica, portanto, “é a de que um argumento proposto por uma pessoa deficiente em moralidade ou em inteligência deve ser considerado igualmente deficiente” (AMOSSY, 2017, p. 170). É interessante observar as possibilidades de apontar tanto deficiências morais quanto intelectuais, dado que essa mesma estratégia é utilizada com recorrência, especialmente a partir de uma perspectiva moral, por parte do Mesmo heterossexista contra o Outro *queer* nas redes sociais.

Visualizamos uma dinâmica dialógica na Resposta 5 (bloco 1), na qual a regularidade temática da anormalidade, através da relação com o discurso científico, é retomada através de um discurso LGBTfóbico velado. Nela, o autor, referindo-se à autora da Resposta 4 (bloco 1), desafia-a a ter um filho com uma mulher como maneira de ressaltar a impossibilidade biológica de pessoas homossexuais constituírem uma família. Nesse contexto, ao evocar a instância legitimadora do discurso biológico/científico e o ineditismo dessa ocorrência na “raça humana”, o autor atua em duas frentes: tanto se incorpora ao movimento histórico de constituição do sentido descrito por Fiorin – ao resgatar o discurso científico, fortalecido no século XIX, que toma por naturais apenas os indivíduos heterossexuais, cisgêneros e aptos à reprodução – quanto se insere na dinâmica dialógica do discurso ao reagir ao comentário empático.

Dentro da disputa discursiva abarcada pela polêmica, o autor da Resposta 5 (bloco 1) se apropria de uma questão retórica no sentido de desqualificar o argumento da autora da Resposta 4 (bloco 1). Ele sugere: “Tenta pô ter um filho com uma mulher se tu conseguir me avisa alias avisa pra o mundo pq Biologicamente até hoje nunca aconteceu na raça humana”. Para Amossy (2017, p. 170), tal procedimento se enquadra em uma categoria da violência verbal que tem como proposta exercer uma coerção para impedir o outro exprimir livremente seu ponto de vista, na medida em que “o polemista apresenta a seu auditório questões que contêm sua resposta e quase não lhe abre espaço para apresentar as suas próprias respostas” (Idem). Nesse sentido, salta como uma “figura de veemência” que “serve para culpar o enunciatário, colocando-lhe questões cabeludas”, destinadas a “salientar aquilo que aos olhos do enunciador constitui defeitos seus” (Idem).

Os blocos de comentários a serem analisados em seguida não são sequenciais, portanto, não constituem um comentário primário e as respostas a este, como no bloco 1. Nos blocos 2, 3 e 4, optamos por um recorte que privilegia uma amostra intencional homogênea, no sentido de elucidarmos de maneira mais evidente as regularidades temáticas da LGBTfobia no espaço conversacional em questão, bem como aspectos de outras categorias de análise.

Quadro 2 - Bloco 2 da Análise 1

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 1	Masculino	Outros discursos de ódio	Não Tenho Nada Contra.Preconceito E Pior Que Macumba ,Ambisão,Olho Grande .	Aversão a religiões afro-brasileiras
Comentário 2	Masculino	Outros discursos de ódio	Daqui a pouco chega os evanjegues citando a bíblia e bostejando versículos... Esse grupinho só espalha o preconceito e a separação entre as pessoas.	Aversão a evangélicos
Comentário 3	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	E outra não adianta vim com esse papinho de dizer que nasceu gay não,porque ninguém nasce gay.A Psicologia afirma que:Na genética não existe ordem cromossomica homossexual ,existe ordem cromossomica macho e fêmea.Então,senhores,ninguém nasce gay. Ser gay é um comportamento.	Anormalidade
Comentário 4	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Podemos concordar que desde os primórdios da humanidade a maioria dos casais é formada por homem e mulher e isso seria considerado NORMAL! ? Então é isso que o cara da plateia quis dizer, mas como o Álvaro disse muito bem, esse povo aí perdeu o senso crítico, o	Anormalidade

			bom senso. E muitos vão nessa onda por ser cômodo ou conveniente. Essa coisa de politicamente correto tem que acabar , pois pode gerar consequências graves no futuro (perder liberdade é uma delas)	
Comentário 5	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Dona Amanda Crêspo saiba que Deus é amor e também é justiça, não sei se vc cre em Adão e eva ou a teoria do macaco mas saiba que existe um Deus que por amar a muitos mandou seu filho para conhecermos a verdade, nos salvar do castigo eterno e nos libertar do pecado e das cuncupsencia desse mundo que Deus continue te abençoando!	Moralidade dos comportamentos
Comentário 6	Feminino	Discurso empático a LGBTs	Eu não achei a resposta do entrevistado rude não. Ele é somente um garoto, acho que muitos ainda não se deram conta disso. O que eu acho é que está faltando interpretação sobre o que o garoto falou, falta reflexão, reflexão leva tempo , nem sempre as pessoas estão dispostas a isso. Pois dizer o que vem à cabeça é mais fácil.	Metadiscursividade

Fonte: Própria (2017).

Tanto o Comentário 1 quanto o Comentário 2 foram publicados com o objetivo de estabelecer um contraponto à série de mensagens de ódio contra as minorias sexuais vistas na publicação em questão. No entanto, lançaram mão de formações discursivas estigmatizantes que deslocam os seus próprios papéis de Mesmo e Outro: ao proceder dessa maneira, assumem papéis inversos em uma nova apropriação dos micropoderes, atuando como dominantes sobre outras populações subalternas. A violência verbal e os discursos estigmatizantes, portanto, assim como os comentários LGBTfóbicos, podem se fazer presentes em comentários com o propósito de empatia.

Dessa maneira, embora sua recorrência tenha sido bastante limitada na Análise 1, sustentamos que algumas regularidades temáticas do discurso empático a LGBTs podem ser contraditórias e tão violentas e estigmatizantes quanto o próprio discurso LGBTfóbico. O autor do Comentário 1 afirma não ter nada contra o fato do adolescente ter mães homoafetivas, mas afirma que o preconceito é pior que “macumba, ambição e olho grande”, em referência a práticas de religiões afro-brasileiras. O mesmo processo ocorre no Comentário 2, no qual o autor se refere às pessoas evangélicas como “evanjegues”, destituídas, portanto, de inteligência cognitiva e necessariamente devotadas a praticar ações negativas através de suas vivências religiosas.

Regularidade temática mais recorrente da Análise 1, a anormalidade surge como argumento central nos comentários 3 e 4. No Comentário 3, o autor recorre ao discurso científico/psicológico (“ninguém nasce gay”, “a psicologia afirma que: na genética não existe ordem cromossômica homossexual, existe ordem cromossômica macho e fêmea”, “ser gay é um comportamento”) como maneira de demarcar a suposta contranaturalidade dos indivíduos homossexuais. Pensando na memória discursiva que armazena os enunciados que constituem determinada formação discursiva, podemos evocar o processo de psiquiatrização da homossexualidade, como coloca Foucault:

[...] o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade” [...]. (FOUCAULT, 2005, p. 96)

Utilizada como regularidade temática do Comentário 4, a anormalidade é confrontada com os “primórdios da humanidade”, período em que os casais seriam majoritariamente formados por um homem e uma mulher, portanto, uma constituição supostamente normal de família. Enquanto o Comentário 3 era explícito quanto ao seu propósito discursivo, o Comentário 4 expressa o discurso LGBTfóbico de maneira velada, mobilizando um enunciado recorrente no que se refere a uma justificativa social do ódio: o apelo a uma suposta liberdade de expressão que não se deixa ser clivada pelo que é considerado politicamente correto. “Essa coisa de politicamente correto tem que acabar, pois pode gerar consequências graves no futuro”, argumenta o autor do Comentário 4, apontando a perda da liberdade como possível decorrência de um discurso não preconceituoso.

Também velado quanto ao seu propósito discurso, o Comentário 5 evoca a moralidade dos comportamentos como regularidade temática. O autor faz menção a um comentário empático à população LGBT prévio e se apropria de uma estratégia enunciativa supostamente benevolente, em tom de pregação religiosa, com o objetivo de marginalizar as manifestações de gênero e sexualidade que destoam do que é exigido pela “verdade” heterossexista (“saiba que existe um Deus que por amar a muitos mandou seu filho para conhecermos a verdade”). Na linha argumentativa do autor, a aceitação dessa suposta verdade, produto das relações de poderes atreladas aos discursos hegemônicos, pode “nos salvar do castigo eterno e nos libertar do pecado e das cuncupsencia (concupiscências) desse mundo”. E finaliza com um gesto que se pretende generoso: “Deus continue te abençoando”.

Empático à população LGBT, o Comentário 6 mobiliza como regularidade temática a metadiscursividade, ao tecer uma observação sobre a dinâmica do próprio espaço conversacional no qual se insere. Ao defender a postura do adolescente, a autora aponta para a significativa quantidade de comentários de ódio aparentemente impulsivos e repetitivos na publicação, relacionando-os à instância de irreflexividade sustentada por Arendt (1999) em sua conceituação acerca da banalidade do mal (“Falta reflexão, reflexão leva tempo, nem sempre as pessoas estão dispostas a isso. Pois dizer o que vem à cabeça é mais fácil”). Nesse sentido, o Comentário 6 nos leva a relacionar os autores de comentários de ódio à incapacidade de refletir que atravessa o indivíduo mediatizado, figura de subjetividade no contexto neoliberal discutida por Penachioni et al. (2016). Trazer à tona a própria dinâmica do discurso de ódio na lógica de disputa discursiva das redes sociais, portanto, implica na elaboração de micro-resistências.

Quadro 3 - Bloco 3 da Análise 1

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 7	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	É regra biológica: só se tem uma mãe. Se esse moleque leva esse negócio de "ter duas mães" a sério, a patologia é dele. Isso não é normal nem anormal. Simplesmente, não existe na natureza a conta de um indivíduo ter dois genitores de um mesmo sexo.	Anormalidade
Comentário 8	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	Quando eu percebi que tinha um pai e uma mãe !? Olha , quando minha consciência se formou , e os cientistas dizem que é aos 7 anos de idade. E mais, quando eu ESTUDEI, que para haver formação de um zigoto, é necessário ter um espermatozoide e um ovócito secundário. Ou seja demônio, dois ovócitos secundários não são capazes de gerar um filho. Marca aqui ou deixa um link em que 2 mulheres colaram o velcro e tiveram uma cria , Eeeei não vale dizer que tem paternogênese ou reprodução independente feminina na espécie humana. Bjs , Amabis mandou lembranças ! ?? / Blenda Karoline	Anormalidade
Comentário 9	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	O pedófilo gostou disso. Pra ele o que importa é ser feliz, já que ser "normal" é subjetivo	Anormalidade
Comentário 10	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Camila Pontes Só sabe o quão natural é ter um pai e uma mãe (configuração normal e natural), quem os teve ! Os outros infelizmente jamais vão saber o	Anormalidade / Moralidade dos comportamentos

			que verdadeiramente é o conceito NATURAL de família . É inútil discutir com quem tenta provar o contrário, infelizmente vão bater cabeça de um lado para o outro e JAMAIS conseguirão DESCONSTRUIR o conceito GENUÍNO de FAMÍLIA . Não há argumentos, há apenas uma extrema necessidade de ser aceito a qualquer custo, há uma extrema necessidade de desconstruir o conceito de família natural, para que o conceito subversivo possa ser aceito.	
Comentário 11	Feminino	Discurso LGBTfóbico velado	Pode ser natural p ele dentro de casa, mais na escola e nas reuniões de pais e mestres com certeza ele vai ser 1% isso não é normal ele deve sim ter refletido em algum momento que era incomum sua família! Uma família convencional não chega a reflexão que ela é comum pq é a natureza da família tradicional ser homem e mulher, tá na Bíblia!	Anormalidade / Moralidade dos comportamentos
Comentário 12	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	É uma vergonha! Se o Brasil está nesta situação de decadência econômica, política e moral é por causa dessas coisas. Estão querendo nos fazer acreditar que o errado é o certo e que o certo é o errado.	Moralidade dos comportamentos

Fonte: Própria (2017)

Como visto acima, a regularidade temática da anormalidade é recorrente no bloco 3, aparecendo nos comentários 7, 8, 9, 10 e 11, surgindo nestes dois últimos junto à moralidade dos comportamentos. Ao exemplo de outras recorrências trazidas na Análise 1, os comentários 7 e 8 desenvolvem argumentos baseados no discurso biológico/científico para desqualificar as sexualidades e gêneros dissidentes, sendo anormais, portanto, os indivíduos desviantes da norma heterossexual e cisgênera compulsória. No Comentário 7, classificado como Discurso LGBTfóbico velado, o autor afirma que o adolescente possui uma patologia por levar a sério “esse negócio de ter duas mães”, uma vez que “não existe na natureza a conta de um indivíduo ter dois genitores de um mesmo sexo”.

O argumento se repete no Comentário 8, dessa vez através de um Discurso LGBTfóbico explícito. Ironizando a resposta do adolescente, o autor legitima o saber biológico como produtor de uma verdade inquestionável: “quando eu ESTUDEI, que para haver formação de um zigoto, é necessário ter um espermatozoide e um ovócito secundário”.

O autor ainda desafia a pessoa a quem ele se dirige na mensagem a provar que duas mulheres “colaram o velcro e tiveram uma cria”, e que “não vale dizer que tem partenogênese ou reprodução independente feminina na espécie humana”. Finaliza com uma ironia: “Amabis mandou lembranças”, em referência a um famoso escritor de livros escolares de biologia, mais uma vez evocando a instância legitimadora do saber científico.

Foucault (2014b, p. 60) sustenta que a figura do anormal começa a ser esboçada em meados do século XVII, quando a necessidade de um discurso científico sobre a sexualidade fica mais evidente a partir de casos de indivíduos hermafroditas. No entanto, essa noção adquire contornos mais sólidos no século XIX, período em que o discurso evolucionista tornou-se não apenas uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político ou uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, “mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc.” (FOUCAULT, 2008b, p. 307). Um discurso que é continuamente instrumentalizado com propósitos higienistas desde então, como maneira de o Mesmo heterossexista eliminar, ou ao menos controlar e normatizar, o Outro *queer* e as demais populações marginalizadas.

O autor do Comentário 9 se apropria de um enunciado recorrente do discurso LGBTfóbico, que consiste na associação do homossexual masculino a práticas pedófilas. O argumento costuma aparecer, por exemplo, quando pessoas LGBTfóbicas se posicionam contra a adoção de crianças por casais homoafetivos, sobretudo quando se tratam de pais masculinos. Para Foucault (2005, p. 41), a pederastia foi associada à homossexualidade por compartilhar da condição de sexualidade periférica, pertencente à “família dos perversos que se avizinha e se aparenta com os loucos”, que traz em si o estigma de “loucura moral”, “neurose genital”, “aberração do sentido genésico”, “degenerescência” ou “equilíbrio psíquico”. O pedófilo ainda se relaciona às figuras dos anormais trazidas por Foucault (2014b), especialmente o monstro moral e o onanista.

Nos comentários 10 e 11, são combinadas duas regularidades temáticas distintas: a anormalidade e a moralidade dos comportamentos. Nos dois casos, a entendimento do indivíduo homossexual como anormal, a partir de uma perspectiva biológica/científica, se entrelaça a um ideal de moralidade advinda de instituições normatizadoras, como as igrejas e a família. Embora não ataquem explicitamente a população LGBT, ambos os comentários

traçam fios argumentativos que a marginaliza, evocando termos como “configuração normal e natural”, “conceito genuíno de família”, “família convencional” e “natureza da família tradicional”, ou seja: a condição de normalidade e de um comportamento moral exemplar são contempladas apenas por um casamento heterossexual monogâmico.

O autor do Comentário 12, por sua vez, lança mão da moralidade dos comportamentos como regularidade temática ao apontar para a “decadência econômica, política e moral” diagnosticada a partir da existência de famílias homoafetivas. O autor questiona a quebra do código moral do qual é seguidor ao afirmar que “estão querendo nos fazer acreditar que o errado é o certo e que o certo é o errado”, investindo, assim, na sustentação de uma verdade heterossexista.

Quadro 4 - Bloco 4 da Análise 1

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 13	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Não compreendo o motivo dessa galera super "esclarecida e prafrentex" que prega esse tipo de coisa, precisar mudar a constituição pra se sentirem aceitos ou algo do tipo... Se sentem que os caixas do supermercado onde vcs fazem compras, são sua família, tudo bem, direito de vocês... Mas querer que a sociedade e a constituição assinem em baixo? Isso só deixa claro, que tudo isso é apenas o início de uma revolução cultural que querem implantar não só no Brasil, mas em todo Ocidente. A sorte é que esse delírio, não passa de um delírio e que pra uma sociedade prosperar é necessário que se preserve os alicerces . E esses alicerces não vão e nem podem sucumbir as vontades de um pequeno grupo político / ideológico .	Biopolítica
Comentário 14	Feminino	Discurso LGBTfóbico velado	Por isso que ele teve que usar a grosseria, ele não tem respostas p/ as perguntas que lhe são feitas, acho que Gays igual ao Clodovil nunca mais irão surgir , aquele sim tinha inteligência suficiente p/ responder qualquer pergunta com educação!!!	Biopolítica
Comentário 15	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	Não fiquei surpreso com a atitude do garoto, toda bicha é brava quando se sente acuada.	Biopolítica
Comentário 16	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	É um queima Rosca!	Misoginia
Comentário	Masculino	Discurso	Bando de hipócritas, falam que não tem	Misoginia /

17		LGBTfóbico explícito	preconceito, mais ninguém quer um filho ou filha homossexual. Na Bíblia fala que ficaram de fora os afeminados.	Moralidade dos comportamentos
Comentário 18	Feminino	Discurso LGBTfóbico velado	Ai depois vem outros com o papo de preconceito estou cansada já. Tenho amigos homossexuais que respeito e admiro mais tem outros tipinhos que tenho nojo igual a certos Heterossexual. Ser Homossexual não é ser Deus me polpe.	Aversão

Fonte: Própria (2017)

No bloco 4, a biopolítica enquanto regularidade temática é evocada nos comentários 13, 14 e 15, com abordagens distintas, embora indissociáveis. Enquanto o Comentário 13 aproxima a biopolítica de seu caráter econômico propriamente dito, voltado para a matriz heterossexual enquanto garantia de produtividade e manutenção dos meios de produção no contexto neoliberal, os comentários 14 e 15 se concentram nos processos de disciplinarização dos corpos, que, por sua vez, atuam no sentido de perpetuar a engrenagem neoliberal. Como sustenta Foucault (2005, p. 132), o biopoder, enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, garante sua própria permanência à custa da inserção controlada dos indivíduos no aparelho de produção, a partir da utilizabilidade e docibilidade de seus corpos.

O autor do Comentário 13 defende que, para uma sociedade prosperar, “é necessário que se preserve os alicerces”, ou seja, que se mantenha o que podemos definir como “duas instituições seculares e estratégicas para o funcionamento capitalista: o falocentrismo e a heterossexualidade” (BUTLER, 2016, p. 227). Em consonância com Foucault (2005, p. 48), para quem as chamadas “perversões sexuais” são marginalizadas em grande parte por não reproduzirem a força de trabalho e a forma da família ditas produtivas (2005, p. 48), Butler (2016, p. 240) sustenta que a regulação da sexualidade foi sistematicamente vinculada ao modo de produção adequado ao funcionamento da economia política, na medida em que o gênero normativo serve à reprodução da família normativa. Assim, as operações de LGBTfobia são centrais ao funcionamento da economia política, uma vez que elas constituem uma ameaça fundamental à viabilidade desta. Sustentamos, portanto, que o econômico, vinculado ao reprodutivo, está necessariamente subordinado à reprodução da heterossexualidade compulsória.

Os comentários 14 e 15 se apropriam da biopolítica enquanto regularidade temática a partir da imposição de corpos dóceis e disciplinados, submetidos a processos de normalização. Em referência à resposta do adolescente entrevistado, a autora do Comentário 14 afirma que o garoto se posicionou de maneira grosseira e ousada. “Gays igual ao Clodovil nunca mais irão surgir, aquele sim tinha inteligência suficiente p/ (para) responder qualquer pergunta com educação!!!”, argumentou, mencionando o estilista e ex-deputado federal Clodovil Hernandez, personalidade que costumava se posicionar publicamente de maneira conservadora. Apesar de ser declaradamente gay, Clodovil assumia um discurso contra LGBTs e outras populações estigmatizadas, tendo sido processado judicialmente por declarações racistas e misóginas³⁷.

Dessa maneira, quando a autora do Comentário 14 faz referência ao estilista, através da historicidade do discurso reconstruímos a imagem de uma figura homossexual que se comportava de acordo com as diretrizes heterossexuais conservadoras – um caso de exceção que continua sendo instrumentalizado no discurso LGBTfóbico. Clodovil, portanto, atendia prontamente aos requisitos normativos ao agir como um indivíduo dócil, disciplinado e estratégico para a propagação de discursos higienistas dentro da lógica biopolítica, ainda que fosse homossexual e afeminado. Não foi o caso do adolescente com mães homoafetivas, que sustentou uma resposta considerada pela autora do Comentário 14 como uma afronta ao regime heterossexista.

Esse posicionamento fica evidente também no Comentário 15, no qual o autor afirma que não ficou surpreso com a atitude do garoto porque “toda bicha é brava quando se sente acuada”. Ao fazer referência ao estereótipo da “bicha brava”, o autor expressa incômodo em relação a um indivíduo homossexual que não se inscreve no mundo de maneira resignada, dócil e disciplinada, ou seja, alheio à cartilha heteronormativa que garante a ele passabilidade heterossexual. A “bicha” que o autor do comentário evoca é a “bicha brava”, mas também a “bicha louca”, a “bicha nervosa”, e outras variações estigmatizantes do termo pertencentes à formação discursiva que ampara o discurso LGBTfóbico. São corpos que incomodam porque questionam a heteronorma, mas também, como enumera Peres (2011, p. 72), as identidades fixas, os papéis sociais e sexuais bem definidos, os determinantes binários dos sexos e gêneros dos discursos ascéticos.

³⁷ Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/7727-1>>. Acesso em 25/08/2017.

A misoginia surge como regularidade temática nos comentários 16 e 17. No Comentário 16, o autor se refere ao adolescente como um “queima-rosca”, uma maneira degradante de se referir à penetração anal entre homens. A ofensa, no entanto, recai não sobre o indivíduo que penetra (ativo), mas sobre o indivíduo que é penetrado (passivo), dada a reprodução da relação de dominação sexual dos homens sobre as mulheres a partir dos papéis desempenhados pelos indivíduos durante o sexo.

Como sustenta Bourdieu, a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação na medida em que é construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino (ativo) e o feminino (passivo), fundamento que dirige o desejo masculino como dominação erotizada e o desejo feminino como subordinação erotizada (BOURDIEU, 2016, p. 38). O indivíduo “queima-rosca”, portanto, é feminilizado no sentido de incorporar para si uma prática tida como degradante, pois está associada, no imaginário misógino, à submissão feminina.

Já o autor do Comentário 17 se vale de um argumento religioso para condenar os indivíduos homossexuais afeminados (“Na Bíblia fala que ficaram de fora os afeminados”). Bourdieu entende o ódio a indivíduos afeminados a partir da estruturação de uma matriz misógina que desvaloriza aquilo que é culturalmente tido como feminino, como traços psicológicos, marcas corporais, práticas sexuais e outras demarcações sociais. Características como virilidade, honra, coragem física e moral são constituintes da masculinidade enquanto “título de nobreza sexual”, como denomina o autor. Nesse sentido, desvios a esse perfil sinalizam uma falha do homem em relação aos seus pares, uma vez que ele se veria “remetido à categoria, tipicamente feminina, dos ‘fracos’, dos ‘delicados’, dos ‘mulherzinhas’, dos ‘veados’” (BOURDIEU, 2016, p. 78).

O Comentário 18, por sua vez, sinaliza o uso da aversão enquanto regularidade temática (“tipinhos que tenho nojo”). Para Bourdieu, a aversão surge como uma disposição primordial e primitiva do corpo, um horror visceral que é despertado a partir da ausência dos traços distintivos que demarcam a construção social do gosto supostamente legítimo. Nesse sentido, a heterossexualidade cisgênera constitui o traço distintivo que instaura o sistema de dominação simbólica sobre os indivíduos que divergem da heteronorma. Para o autor, afinal, “o senso da distinção [...] leva a separar e reunir o que deve ser separado e reunido, a excluir todas as alianças desiguais e todas as uniões *contra natureza*” (BOURDIEU, 2007, p. 440).

4.3 Análise 2 – Papa Francisco diz que Igreja deve pedir desculpas aos homossexuais

A notícia que contabilizou mais reações por parte dos usuários no segundo bimestre de coleta (1º de junho a 31 de julho de 2016) foi *Papa Francisco diz que Igreja deve pedir desculpas aos homossexuais*, publicada na página do Facebook do Diário de Pernambuco no dia 27 de junho de 2016, às 11h. A matéria enfocava a resposta dada pelo papa Francisco a um repórter, quando questionado sobre se concordava com o posicionamento de um cardeal que havia dito que a Igreja católica deveria pedir desculpas à “comunidade gay” por tê-la marginalizado. O papa respondeu que os cristãos devem pedir perdão não só aos gays, mas também aos pobres, às mulheres e às crianças exploradas no trabalho, dado que a Igreja “abençoou” várias armas. Ainda se perguntou: “se uma pessoa tem boa vontade e busca a Deus, quem somos nós para julgá-la?”.

Figura 1 – Publicação da notícia 2 no Facebook do Diário de Pernambuco

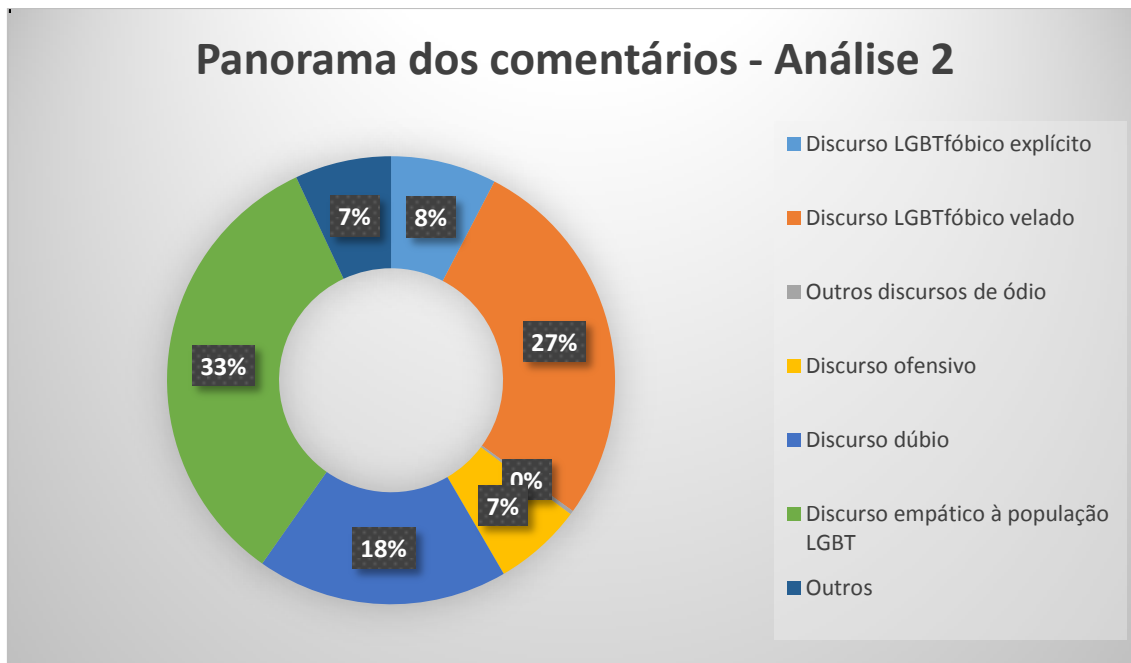


Fonte: Própria (2016)

Semelhante ao caso da primeira notícia analisada, a publicação obteve uma imensa maioria de reações positivas por parte dos usuários em um primeiro momento. Ao todo, foram mais de 11 mil reações, sendo 10 mil curtidas e 1,1 mil reações de afeto. Ainda foram registradas reações de humor (72), surpresa (32), raiva (20) e tristeza (6), sendo os sentimentos dúbios ou negativos, portanto, uma parte ínfima do montante geral de reações. Foram contabilizados também 2.680 compartilhamentos, quantidade significativamente superior aos 471 compartilhamentos da primeira notícia, e 416 comentários primários. Na análise que segue, consideraremos os 733 comentários coletados pela ferramenta OpSocial Extractor, incluindo as respostas motivadas pelos comentários primários, o que explica uma maior quantidade de comentários do que a registrada no topo da publicação original.

Na Análise 2, de um total de 733 comentários analisados, obtivemos os seguintes resultados: Discurso LGBTfóbico explícito (56), Discurso LGBTfóbico velado (200), Outros discursos de ódio (2), Discurso ofensivo (47), Discurso dúbio (133), Discurso empático à população LGBT (244) e Outros (51).

Gráfico 2 – Classificação geral dos comentários da Análise 2



Fonte: Própria (2017).

Assim como na Análise 1, os comentários negativos (Discurso LGBTfóbico explícito [8%] e Discurso LGBTfóbico velado [27%]) praticamente se igualaram, em quantidade, aos comentários positivos (Discurso empático à população LGBT), sendo responsáveis por 35% e 33% do total de comentários, respectivamente. Mais uma vez, observamos que a disputa discursiva entre o Mesmo heterossexista e o Outro *queer* sinaliza a existência de uma competitividade latente acerca de ideias e opiniões relacionadas à população LGBT, bem como a produção, e consequente contestação, de verdades. Ressaltamos também que, assim como ocorreu na Análise 1, a atmosfera que prevalece na Análise 1 é negativa, devido aos comentários categorizados como ofensivos (7%), mesmo sem necessariamente apresentarem conteúdo LGBTfóbico.

Assim como na Análise 1, a Análise 2 reforçou a observação de que a maioria dos comentários de ódio, sejam explícitos ou velados, partem de autores homens. A presença de autores homens nos comentários da Análise 2 obedece às seguintes estatísticas: Discurso LGBTfóbico explícito (82,1%), Discurso LGBTfóbico velado (66,5%), Outros discursos de ódio (100%) e Discurso ofensivo (74,4%). Todos esses valores se mostraram significativamente próximos aos da Análise 1. A única divergência entre as análises 1 e 2 no tangente ao gênero da maioria dos autores foi na categoria Discurso empático à população LGBT. Na Análise 2, essa categoria registrou 51,2% de comentários publicados por mulheres, em contraponto à Análise 1, que teve uma maioria de comentadores homens empáticos a LGBTs (57,2%).

Assim como na Análise 1, na Análise 2 trabalharemos com quatro blocos de comentários distintos, selecionados a partir de uma amostragem intencional. O bloco 1 será constituído por um recorte de uma única série de comentários, ou seja, um conjunto de mensagens formado por um comentário primário e as respostas a ele. Dessa maneira, privilegiaremos uma amostra heterogênea, dentro de uma conversação delimitada, no sentido de elucidarmos as dinâmicas próprias a uma conversação sequencial, tendo em vista as peculiaridades da polêmica discursiva.

Nos blocos 2, 3 e 4, elencaremos comentários independentes entre si (que não pertencem a uma mesma série de comentários) para uma amostra intencional homogênea, tendo como foco as recorrências discursivas presentes nos comentários LGBTfóbicos e nas demais categorias de análise. Diferente da Análise 1, o bloco 2 terá como foco não a diversidade de regularidades temáticas e enunciados, mas as similaridades entre os

enunciados, como maneira de elucidarmos como se dá a produção de atos performativos de ódio nos espaços conversacionais em questão. Após concluirmos a Análise 1, percebemos a necessidade desse enfoque devido à repetição recorrente de determinados enunciados dentro de uma dinâmica de performatividade. Assim, optamos por demonstrar essa situação a partir da escolha de um enunciado assíduo na Análise 2, entendendo, no entanto, que esse processo se repete nos demais enunciados e regularidades temáticas ao longo da conversação em rede. Por fim, nos blocos 3 e 4, os comentários foram selecionados a partir da variedade de regularidades temáticas da LGBTfobia observadas.

Quadro 5 – Bloco 1 da Análise 2

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário primário (bloco 1)	Feminino	Discurso empático a LGBTs	Chupa homofobicos , que usam a biblia para justificar o preconceito.	
Resposta 1 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbico o velado	Não se deite com um homem como quem se deita com uma mulher; é repugnante . Levítico 18:22	Moralidade dos comportamentos
Resposta 2 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbico o velado	Vocês não sabem que os perversos não herdarão o Reino de Deus ? Não se deixem enganar: nem imorais , nem idólatras , nem adúlteros , nem homossexuais passivos ou ativos , nem ladrões, nem avarentos, nem alcoólatras, nem caluniadores, nem trapaceiros herdarão o Reino de Deus. 1 Coríntios 6:9-10	Moralidade dos comportamentos
Resposta 3 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbico o velado	Até agora não fiz julgamento algum, mas mostrei a verdade ela é uma arma forte e muitos se indignam e ficam irados com ela, foi por causa da verdade que mataram Jesus , Jesus perdoou a prostituta mas logo disse que ela não fizesse mas aquilo, o que os homossexuais querem é continuar no pecado e serem dignos do céu	Moralidade dos comportamentos
Resposta 4 (bloco 1)	Feminino	Discurso empático a LGBTs	Levítico 25:44 afirma que eu posso possuir escravos , Levítico 19:19 proíbe o uso de roupas feitas de dois tipos diferentes de tecido (por exemplo: algodão e poliéster). Levíticos 21:20 afirma que eu não posso me aproximar do altar de Deus se eu tiver algum defeito na visão . (Você usa óculos?) Levíticos 19:27 proíbe os homens de aparar a barba , inclusive o cabelo das	

			têmporas Levítico 19:19 proíbe o plantio de dois tipos diferentes de vegetais no mesmo campo ...	
Resposta 5 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	essa velha história de ser papagaio de pirata já não cola mais	Moralidade dos comportamentos

Fonte: Própria (2017)

O Comentário primário da Análise 2 é uma das mensagens que obtiveram maior destaque dentro da conversação estimulada pela publicação em questão, com 381 curtidas e 70 respostas. Por sua posição privilegiada, portanto, esses tendem a ser os mais lidos pelos usuários e são responsáveis por estabelecer a atmosfera geral da publicação. Nesse sentido, atuam como gatilhos para a constituição de polêmicas discursivas. No caso do Comentário primário da Análise 2 (“Chupa homofobicos, que usam a bíblia para justificar o preconceito”), esse gatilho se deu a partir de uma mensagem empática a LGBTs, e especialmente provocativa aos que se opõem ao posicionamento aparentemente progressista do Papa Francisco.

A própria expressão utilizada pela autora do Comentário primário (bloco 1) evoca uma subversão de sentido de uma expressão cuja origem está atrelada a um vocativo pejorativo utilizado por torcidas de jogos de futebol, com teor misógino e LGBTfóbico. O “chupa” é utilizado para demonstrar a superioridade de uma ação de um indivíduo (um jogador, um time, etc.) sobre o outro, dado que o indivíduo inferiorizado deve ser submisso e obedecer à ordem de “chupar” o símbolo de soberania do “vencedor”, ou seja, um pênis ereto. Essa expressão por si só carrega o que Butler (2016, p. 227) entende como as duas instituições estratégicas para a construção dos sujeitos impactados por diversos discursos opressores em circulação: o falocentrismo e a heterossexualidade.

Nesse sentido, dentro da lógica foucaultiana dos micropoderes, a provocação trazida pelo comentário produz uma micro-resistência frente à hegemonia da heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias, que por sua vez gera ao longo das interações uma disputa por poderes, saberes e verdades. A subversão de sentido empreendida pela autora do comentário em questão reforça o posicionamento de Butler (SALIH, 2017, p. 140) de que, embora a linguagem seja performativa, ou seja, materializada através da contínua repetição de enunciados por meio de atos de fala, ela nem sempre é “bem-sucedida”. É nesse possível “fracasso” da linguagem que a filósofa vislumbra a possibilidade radical de ressignificação do

signo, ao exemplo do próprio termo *queer*³⁸ e aqui representado pelo “chupa homofobicos” (sic).

A reavaliação de termos como “queer” sugere que o discurso pode ser “devolvido” ao seu falante de uma maneira diferente, que ele pode ser citado contra seus objetivos iniciais, e performar uma reversão de efeitos. De uma maneira mais abrangente, então, isso sugere que o poder mutável de tais termos marca um tipo de performatividade discursiva que não é uma série discreta de atos de fala, mas uma cadeia ritual de ressignificações cujos início e fim permanecem não fixos e infixáveis. (BUTLER, 1997, p. 14)

Na medida em que a autora do Comentário primário (bloco 1) “interpela” os potenciais falantes-do-ódio com o vocativo “chupa homofobicos” (sic), ela lança mão do processo de interpelação conceitualizado pelo filósofo Louis Althusser³⁹, do qual Butler (1997) se apropria para explicar a performatividade dos atos de fala. Na releitura de Butler, “a interpelação é um enunciado performativo, isto é, um enunciado que constitui o sujeito no ato de nomeá-lo” (SALIH, 2017, p. 148).

Por essa perspectiva, precisaríamos dos nomes pelos quais somos chamados para sermos constituídos enquanto sujeitos, dado que “a interpelação é um enunciado citacional que, para ser efetivo, se apoia no contexto e na convenção, o que significa que não é diferente dos outros enunciados igualmente contingentes” (SALIH, 2017, p. 149) e, portanto, submetidos à lógica da performatividade. De antemão, o comentário em questão constitui os sujeitos que participarão da polêmica discursiva em potencial, desenvolvida através das interações entre os indivíduos falantes-do-ódio e os indivíduos empáticos à população LGBT.

De maneira semelhante, a constituição da polêmica possibilita uma ruptura discursiva dentro de uma instância de poder hegemônica – neste caso, os falantes-do-ódio vinculados ao discurso LGBTfóbico. Se a polêmica não permite uma contestação de grande amplitude (como é o caso da retórica coercitiva, que se traduz em atos simbólicos ao exemplo de manifestações e greves), “ela permite dar voz aos subalternos e conseguir para eles um enquadre contextual em que eles podem exprimir-se e afrontar o consenso dos dominantes” (AMOSSY, 2017, p. 206). Afinal, a polêmica é, essencialmente, um modo de coexistência no dissenso (Idem).

³⁸ Louro (2004, p. 38) explica que o termo inicialmente continha uma carga pejorativa, podendo ser traduzido como “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”. Com o crescimento de movimentos políticos de LGBTs e a própria disseminação acadêmica do termo no final dos anos 1980, a palavra passou a designar, entre outras possibilidades de sentido, pessoas de gêneros e sexualidades dissidentes da heteronorma.

³⁹ Butler (1997) tenta conciliar o conceito de interpelação do marxista a uma perspectiva foucaultiana de poder. Para Althusser, o poder emana de um agente soberano, como as instâncias de poder do estado, enquanto Foucault sustenta uma visão divergente, na qual o tecido social é constituído por micropoderes nele, não oriundos, portanto, de um único sujeito.

Se observamos na Análise 1 uma predominância da anormalidade enquanto regularidade temática, como maneira de questionar o núcleo familiar homoafetivo do adolescente entrevistado, na Análise 2 observamos como regularidade temática predominante a moralidade dos comportamentos, em relação direta com o posicionamento polêmico do Papa Francisco ao supostamente se mostrar a favor de fiéis não heterossexuais. Percebemos que cada notícia veiculada nas publicações do Facebook mobiliza uma determinada predominância de regularidades temáticas.

As regularidades temáticas da LGBTfobia tendem a aparecer em sua totalidade nos comentários das notícias aqui analisadas, mas, a depender da especificidade do tema exposto, algumas são significativamente mais recorrentes do que outras. Assim, mesmo que haja predominância da moralidade dos comportamentos na Análise 2, também há registros de quase todas as outras regularidades temáticas observadas neste trabalho, uma vez que se tratam de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Como sustenta Foucault (2004), um enunciado não existe isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso ou de outros discursos.

Dando corpo à polêmica discursiva gerada pelo Comentário primário, o autor da Resposta 1 tenta responder de maneira literal à provocação da autora ao citar a Bíblia para justificar seu posicionamento LGBTfóbico: “Não se deite com um homem como quem se deita com uma mulher; é repugnante. Levítico 18:22”. Como faz referência ao livro que guia o código moral cristão, no sentido de enquadrar como ilegítimo e imoral qualquer comportamento que destoe do padrão por ele imposto, entendemos esse comentário como sendo constituído pela regularidade temática da moralidade dos comportamentos. Inicialmente, não se trata de uma ameaça LGBTfóbica propriamente dita, mas no contexto em questão, ao mobilizar elementos do discurso LGBTfóbico, enquadra-se como tal de maneira velada.

O mesmo procedimento argumentativo é utilizado pelo autor da Resposta 2 (bloco 1), com a reprodução de um trecho de Bíblia que reforça os parâmetros morais do cristianismo de maneira ainda mais enfática, ao detalhar quem são os “perversos” que não herdarão o “Reino de Deus”. Nele, cita especificamente os homossexuais passivos e ativos, correspondentes aos “efeminados” e “sodomitas”, respectivamente, como aponta outra tradução brasileira do

Antigo Testamento⁴⁰. Até aqui, portanto, a provocação da autora do Comentário primário vem sendo respondida com trechos literais da Bíblia. Assim, supomos que os falantes-do-ódio, que se reconhecem enquanto sujeitos a partir da interpelação “chupa homofobicos” (sic), recorrem à suposta legitimidade desses escritos para negar o título de preconceituosos e homofóbicos, dado que eles “apenas” seguem um código moral que condena tais práticas, como se respondessem por (e representassem) um discurso soberano e irrevogável.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, Miguel Gomes Filho (2016, p. 118) sustenta que as percepções dos falantes-do-ódio que são interpelados e se reconhecem enquanto sujeitos – e a isso reagem – constituem uma das possibilidades das tecnologias de si que encontramos nos modos de subjetivação na cultural ocidental. No caso em questão, a própria ascese cristã é uma dessas possibilidades. As diversas tecnologias de si produzem *ethe*, que, sendo a personificação discursiva desses indivíduos, constituem uma maneira de ser e de viver, ou seja, modos de vida. Assim, “estas regras austeras foram por nós retomadas e efetivamente aparecerão, ou reaparecerão, quer na moral cristã, quer na moral moderna não-cristã” (Idem).

A perspectiva dos autores das Respostas 1 e 2, em contraposição à autora do Comentário primário, é endossada com uma argumentação acerca da “verdade” do discurso cristão na Resposta 3. “Até agora não fiz julgamento algum, mas mostrei a verdade ela é uma arma forte e muitos se indignam e ficam irados com ela”, justificou o autor da Resposta 3, sustentando que “o que os homossexuais querem é continuar no pecado e serem dignos do céu”. Ao defender a “verdade” soberana, pela qual “mataram Jesus”, o autor da Resposta 3 nos faz associar tanto o seu comentário quanto os dois que o antecederam como produtos de um regime de verdade. Nesse sentido, como defende Foucault (2002, p. 231), “vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ‘ao compassado da verdade’ [...], que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, [...] que detém por esses motivos poderes específicos”.

Em sua proposta metodológica arqueológica, Foucault propõe justamente o exercício de deslocamento do que é tido como verdadeiro para os efeitos de poder, uma vez que a verdade é norma de si própria (FILHO, 2016, p. 105). Para o autor, é justamente “o próprio verdadeiro quem determina seu regime, é o próprio verdadeiro quem determina a lei”, constituindo, portanto, uma história “consagrada à força do verdadeiro e à ligação pela qual os

⁴⁰ Disponível em: <https://www.biblestudytools.com/aa/1-corintios/passage/?q=1-corintios+6:9-10>. Acesso em: 23/09/2017.

homens se encerram, pouco a pouco, eles mesmos na e para manifestação do verdadeiro” (Idem). Nesse sentido, Filho argumenta que todo regime de verdade possui um tipo de relação que liga a manifestação da verdade com seus procedimentos e os sujeitos que são seus operados, testemunhas e, eventualmente, objetos.

A defesa de verdades, portanto, é observada como um elemento recorrente nas polêmicas discursivas aqui analisadas. Para Amossy (2017, p. 185), os indivíduos que comentam em fóruns virtuais se reúnem em um julgamento cuja violência verbal não se trata apenas de um escape, já que “ela os conduz em um mesmo ímpeto para exprimir um ódio comum e uma rejeição coletiva, capaz de silenciar sobre comportamentos que eles (os falantes-do-ódio) julgam intoleráveis”, ou “inverdades” danosas à própria manutenção e hegemonia de uma “verdade” soberana. Nesse sentido, os comentários repletos de “verdades” operam no sentido de desacreditar o Oponente pró-LGBT, representado no bloco 1 pela autora do Comentário primário.

A polêmica ganha prosseguimento com a Resposta 4, cuja autora, em um comentário empático a LGBTs, se apropria do mesmo procedimento argumentativo das Respostas 1 e 2 (citar a Bíblia em sua literalidade) como maneira de contestar a “verdade” defendida pelos comentários anteriores. A comentadora enfileira uma série de passagens do Antigo Testamento, que sugere considerar absurdas, no sentido de expor a fragilidade da mesma fonte de “verdade” que condena as vivências não heterossexuais. Assim, propõe um deslocamento de perspectiva ao apontar que a mesma Bíblia justificadamente homofóbica também permitia a posse de escravos, proibia o uso de roupas feitas de certos tecidos e não permitia que homens fizessem a barba, entre outros exemplos esdrúxulos.

Com isso, ela empreende o que Butler (1997) entende como uma subversão de sentido na linguagem, abrindo espaço para a agência, e consequente interferência, na performatividade engendrada pelos comentários compostos por trechos bíblicos. O autor da Resposta 5, por sua vez, tenta fragilizar o contra-argumento presente na Resposta 4, ao afirmar que “ser papagaio de pirata já não cola mais”. De maneira ofensiva, sugere que a autora da Resposta 4 reproduz um enunciado esgotado e não convincente, “manifestando um desacordo acentuado em relação ao discurso ou ao comportamento do outro” e se colocando “como aquele que tem o direito de desqualificar o outro, colocando-o em uma posição inferior” (AMOSSY, 2017, 171 e 172). Para Amossy, esse procedimento geralmente é feito pelo Oponente diante de uma audiência, como no espaço conversacional em questão, já que,

“caso o insultado não seja convencido de que é um pobre tolo, alguns membros do público poderiam sê-lo, multiplicando a possibilidade de propagação do insulto, chegando à sua naturalização no espaço público” (Idem).

Quadro 6 – Bloco 2 da Análise 2

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 1	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Em nenhum momento ele disse que era certo ou pula de alegria ao falar de homossexuais, ele só disse que ninguém pode julgar ninguém , todos somos pecadores e ficar apontando o q o outro faz ou deixa de fazer não te torna uma pessoa melhor.	Moralidade dos comportamentos
Comentário 2	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Mas todos somos pecadores! Isso é fato! Mas uma coisa é você é viver na prática e a outra é não viver , entende? Raynara Oliveira	Moralidade dos comportamentos
Comentário 3	Feminino	Discurso LGBTfóbico velado	" Deus ama o pecador mas abomina o pecado ". Já ouviram falar nisso? Então, significa que o fato dele ser homossexual pouco importa, o que importa é que ele é filho de Deus da mesma forma e não cabe a nós julgá-lo, apenas respeitá-lo . Fim.	Moralidade dos comportamentos
Comentário 4	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Segundo a bíblia que esse padre diz crer, homossexualismo é um pecado contra as leis divinas . Ele disse que deveriam pedi perdão, mas em momento algum disse que a igreja apoiaria o homossexualismo...	Moralidade dos comportamentos
Comentário 5	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	Sim cara! Em momento nenhum o papa disse que não é pecado! Ele disse que não nos cabe a julgar! Todos nós somos pecadores! Como pode um pecador julgar outro?! A misericórdia e o amor de DEUS são infinitos! Somente ele conhece o coração de cada um! Por isto, cabe exclusivo a ELE julgar!!!	Moralidade dos comportamentos
Comentário 6	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	Amo o homossexual odeio o homossexualismo.	Moralidade dos comportamentos

Fonte: Própria (2017)

Para o bloco 2 da Análise 2, optamos por focar não na diversidade de regularidades temáticas e enunciados, mas na reprodução de um enunciado específico ao longo da publicação, como maneira de elucidarmos a produção de atos performativos de ódio dentro do espaço conversacional em questão. Partimos do pressuposto de que as regularidades temáticas da LGBTfobia e os enunciados que as constituem são reiterados e reproduzidos através desses

atos, procedimento que permite a consolidação, perpetuação e ressignificação de enunciados estigmatizantes atrelados a esta formação discursiva específica. Assim sendo, os espaços conversacionais das redes sociais atuam como laboratórios discursivos nos quais enunciados estigmatizantes são consolidados, a partir da repetição promovida pelos atos performativos, mas também questionados, através de micro-resistências expressadas na dinâmica das polêmicas discursivas.

Observamos uma recorrência de comentários que obedecem a uma lógica de performatividade visível ao longo da própria publicação, reproduzidos em diferentes pontos da conversação, seja como respostas a um mesmo comentário ou como comentários primários. Tentamos demonstrar essa situação a partir da escolha de um enunciado assíduo na publicação *Papa Francisco diz que Igreja deve pedir desculpas aos homossexuais*, entendendo, no entanto, que esse processo se estende a outros enunciados e regularidades temáticas ao longo da conversação em rede.

A ideia-matriz do enunciado escolhido⁴¹ diz respeito a uma leitura conservadora da fala supostamente progressista do Papa Francisco, que afirmou não poder julgar os homossexuais, a quem a Igreja Católica deveria pedir perdão. Com esse pronunciamento, de acordo com um grupo de comentadores da página do Diário de Pernambuco, o Papa quis dizer que não condena os indivíduos homossexuais, mas a prática homossexual em si. Assim, seria compreensível que os homossexuais pudessem ser perdoados, assim como outros pecadores, mas não o “pecado”. Por essa perspectiva, os “praticantes do pecado” são passíveis de perdão, caso abandonem determinada prática, mas o pecado – nesse caso, as sexualidades e gêneros dissidentes – não pode ser tolerado sob nenhuma circunstância.

Os comentários 1, 2, 3 e 4 são respostas ao Comentário primário do bloco 1 (“Chupa homofobicos, que usam a biblia para justificar o preconceito.”). Os comentários 5 e 6, por sua vez, ocupam posições díspares ao longo da publicação. Assim, para termos uma ideia precisa da localização dos comentários no decorrer da conversação, lançamos mão da ferramenta OpSocial Extractor, que dispôs as mensagens por ordem de publicação em um arquivo de tabelas do Microsoft Excel. Dessa maneira, podemos visualizar a recorrência do enunciado em questão, como modo de mapear sua reprodução durante o desenvolvimento da conversação. Embora não seja possível aferir quais comentários foram influenciados pela leitura de um comentário com o mesmo enunciado, acreditamos que uma recorrência

⁴¹ O enunciado selecionado teve como critério de escolha a maior predominância perante outros enunciados reproduzidos ao longo da publicação.

extraordinária de um mesmo enunciado dentro de um espaço conversacional delimitado aponta para a produção de atos performativos de ódio.

Dentro de um escopo de 733 comentários enumerados, os comentários 1, 2, 3, 4 correspondem, respectivamente, às posições 6, 17, 37 e 55. Esses comentários estão numericamente aproximados devido à característica em comum de serem respostas ao comentário primário do bloco 1. Publicados como respostas a outros comentários primários, os comentários 5 e 6 correspondem, respectivamente, às posições 114 e 387. Em comum, os comentários selecionados para a análise utilizam-se da regularidade temática da moralidade dos comportamentos, dado que a existência de pecados, assim como seu perdão ou sua condenação, está vinculada ao código moral cristão.

Em resposta ao Comentário primário do bloco 1 (“Chupa homofobicos, que usam a biblia para justificar o preconceito.”), o Comentário 1 introduz o enunciado em questão na conversação ao afirmar que “em nenhum momento ele (o Papa Francisco) disse que era certo ou pula de alegria ao falar de homossexuais, ele só disse que ninguém pode julgar ninguém”. E continua, em um aparente tom cordial e, em certa medida, empático a LGBTs: “todos somos pecadores e ficar apontando oq o outro faz ou deixa de fazer não te torna uma pessoa melhor”. Embora também possa ser lido como dubio, consideramos o Comentário 1 como sendo um ato de fala de um discurso LGBTfóbico velado, dado que mobiliza um enunciado estigmatizante, ainda que o faça de maneira ambígua e polida.

Se o Comentário 1, na posição 6, introduz a ideia de que “todos somos pecadores”, o Comentário 2, na posição 17, pouco adiante, se refere à “prática”, ou seja, o “pecado” em si. Assim, aparece pela primeira vez na conversação um esboço da delimitação entre “pecador” e “pecado” que sustenta o enunciado. O Comentário 2 soa mais enfático e urgente, como sugerem os sinais de exclamação utilizados por seu autor: “Mas todos somos pecadores! Isso é fato!”. “Mas uma coisa é você viver na prática e a outra é não viver, entende?”, tenta explicar o usuário, sugerindo que o pecado existe por si só, mas cabe ao indivíduo escolher vivê-lo ou não.

Relativamente próximo ao Comentário 2, o Comentário 3, na posição 37, enfim introduz o enunciado propriamente dito: “Deus ama o pecador mas abomina o pecado”. O enunciado é escrito entre aspas, o que confirma sua existência prévia em outros contextos, como pregações religiosas. O autor do Comentário 3 ainda indaga à audiência: “Já ouviram falar nisso?”, explicando a frase, de maneira didática, em seguida: “Então, significa que o fato

dele ser homossexual pouco importa, o que importa é que ele é filho de Deus da mesma forma e não cabe a nós julgá-lo, apenas respeitá-lo. Fim.”.

O enunciado continua a ser desenvolvido no Comentário 4, na posição 55, cujo autor reitera que o “homossexualismo” (utilizando, portanto, o sufixo que remete ao status de doença ao qual a homossexualidade foi submetida até 1990) é um pecado contra as leis divinas. “[...] em momento algum (o Papa Francisco) disse que a igreja apoiaria o homossexualismo...”, finaliza, reiterando a interpretação da fala do líder religioso de que a prática homossexual não deve ser tolerada, embora seus praticantes possam ser perdoados.

Essa argumentação é retomada no Comentário 5, na posição 114 (portanto, já como resposta a outro comentário primário), de maneira menos paciente e mais enfática do que nos comentários anteriores: “Sim cara! Em momento nenhum o papa disse que não é pecado! Ele disse que não nos cabe julgar! [...] A misericórdia e o amor de DEUS são infinitos! [...] Por isto, cabe exclusivo a ELE julgar!!!”. Para Amossy (2017, p. 171), a violência está frequentemente relacionada ao *pathos*⁴², e, assim, “o polemista exprime sentimentos violentos que se inscrevem por marcas lexicais, sintáticas e prosódicas”, como demonstra o comentário 5, com as palavras em maiúsculo (“ELE” e “DEUS”) e o uso repetido de sinais de exclamação. Nesse sentido, a agressividade se origina do fato de que “o locutor parece agitado por sentimentos fortes suscitados pelo Oponente e dirigidos contra ele” (Idem).

Expressivamente distante dos demais comentários selecionados, o Comentário 6, ocupante da posição 387, sintetiza ainda mais o enunciado nominalmente citado no Comentário 3 (“Deus ama o pecado mas abomina o pecador”): “Amo o homossexual odeio o homossexualismo”, “traduz” o usuário, de maneira sintética e direta. Sustentamos, portanto, que tal maneira de materializar o enunciado, em uma posição avançada da conversação, ocorreu como maneira de simplificar uma ideia que vinha sendo desenvolvida de diferentes modos desde o Comentário 1, ocupante da posição 6.

A ideia de que tais enunciados são reproduzidos através de atos performativos de ódio é reiterada por outras diversas aparições do mesmo enunciado ao longo da conversação, como reforçam os comentários nas seguintes posições: 6, 17, 35, 43, 55, 101, 107, 114, 115, 120, 137, 158, 161, 171, 221, 225, 260, 307, 315, 344, 357, 370, 387, 469, 554, 560, 562 e 611.

⁴² Para Amossy (2017, p. 137), a polêmica se situa com frequência sob o signo da paixão, ou seja, como *pathos*, em seu sentido retórico, como tentativa de suscitar afetos no auditório. Ao lado do *ethos* e do *logos*, o *pathos* é um dos três meios de persuasão, ou provas retóricas, desenvolvidos por Aristóteles. Um debate mais aprofundado sobre o assunto pode ser lido em Galinari (2014).

Assim, o enunciado em questão é continuamente retomado e desenvolvido ao longo da conversação, o que nos leva a enxergar os espaços conversacionais das redes sociais de sites de notícia como laboratórios discursivos capazes de ressignificar, reiterar e sedimentar elementos das diversas formações discursivas existentes.

Quadro 7 – Bloco 3 da Análise 2

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 7	Masculino	Discurso LGBTfóbico o velado	Se todos forem homossexuais, quem vai multiplicar , chegará um tempo que a raça humana desaparecerá	Biopolítica
Comentário 8	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Deus criou homem é mulher pra multiplicar e encher a terra , dois homens e duas mulheres não multiplicam, prova pra mim!!!!	Biopolítica
Comentário 9	Masculino	Discurso LGBTfóbico o velado	Aos homossexuais de bem . Aos loucos do tipo Willys não!	Biopolítica
Comentário 10	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Esse papa é viadinho , e é mole também!! Iaram escarnecer do cristianismo sempre...Enquanto ele levar madeirada e depois pedir desculpa.	Misoginia
Comentário 11	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Engraçado que a Deus os homossexuais não precisam pedir desculpas por estarem desobedecendo a ordem de Deus, porque está claro lá em Apocalipse que os afeminados não entraram nos reinos dos céus .. pela bíblia ser machista também vale para as mulheres.	Misoginia / Moralidade dos comportamentos
Comentário 12	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Agora é a vez dos ativistas gays que vilipendiaram e sodomizaram objetos religiosos introduzindo no ân...	Misoginia / Moralidade dos comportamentos / Despolitização

Fonte: Própria (2017)

Os comentários 7, 8 e 9 se utilizam de diferentes facetas presentes na regularidade temática da biopolítica. Tanto o Comentário 7 quanto o Comentário 8 fazem referência à biopolítica enquanto um dispositivo de regulação da população. “Se todos forem homossexuais, quem vai multiplicar, chegará um tempo que a raça humana desaparecerá”, argumentou o autor do Comentário 7, com teor semelhante ao do Comentário 8, que afirma: “Deus criou homem é (sic) mulher pra multiplicar e encher, dois homens e duas mulheres não multiplicam, prova pra mim!!!!”.

Ambos sustentam a argumentação de que a existência de indivíduos homossexuais ameaça a viabilidade de permanência da espécie humana, dado que a reprodução humana

reduziria continuamente na medida em que essa população supostamente incapaz de reproduzir aumentasse. Como sustenta Foucault, ao exercer um poder de gestão sobre a vida, a biopolítica executa uma série de procedimentos com o propósito de manter a ordem, a saúde e o bom funcionamento do corpo social, o que implica na exclusão dos indivíduos considerados poluidores e/ou não economicamente produtivos para o corpo coletivo. Ainda podemos evocar Butler (2016), para quem a manutenção do núcleo familiar heterossexual, tido como uma instância economicamente produtiva, serve à manutenção do capitalismo e do neoliberalismo dentro do qual a biopolítica encontra condições efetivas de existência.

Já o Comentário 9 evoca o aspecto de disciplinarização da biopolítica, no qual o foco é o de produzir corpos dóceis e disciplinados que tenham condições de manter as estruturas de poder hegemônicas. Como também apareceu na Análise 1, o deputado federal Jean Wyllys é citado como um homossexual “louco”, em contraste com os homossexuais “de bem”, por ser uma personalidade conhecida pela luta acirrada, no contexto do Congresso Nacional de maioria conservadora, em prol da população LGBTs. Dessa maneira, um homossexual “de bem” é aquele que se omite publicamente de seu corpo-político, ou seja, que não se impõe enquanto um indivíduo homossexual e atende às expectativas de ordem hegemônica de não questionar o *statu quo*.

Os comentários 10, 11 e 12, por sua vez, apresentam uma argumentação relacionada à misoginia enquanto regularidade temática. No Comentário 10, o autor afirma enfaticamente que o Papa Francisco é “viadinho” e “mole” por seu pronunciamento. O autor evoca características que considera degradantes do comportamento masculino por sua relação com o campo simbólico feminino. Para Bourdieu, a ausência de virilidade que demarca as masculinidades hegemônicas é apontada como uma falha do homem em relação aos seus pares, que se veria “remetido à categoria, tipicamente feminina, dos ‘fracos’, dos ‘delicados’, dos ‘mulherzinhas’, dos ‘veados’” (BOURDIEU, 2016, p. 78).

No Comentário 10, o ódio aos elementos considerados como pertencentes ao universo simbólico feminino é percebido também no uso da palavra “mole”, associado ao feminino, em contraponto ao considerado masculino “duro”. Nesse sentido, remetemos à delimitação-base dos campos simbólicos para Bourdieu (2007; 2016), que paira sobre a polarização entre masculino e feminino. Enquanto o universo simbólico masculino é constituído por elementos tidos como superiores, o universo simbólico feminino é caracterizado pela fragilidade, fraqueza e sinuosidade. Assim, mesmo as aparentemente pequenas distinções entre duro/mole,

alto/baixo e seco/úmido atendem a essa perspectiva de dominação. Para Bourdieu (2016, p. 21), “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça”, como é visto na divisão sexual do trabalho e na estrutura dos espaços e do próprio tempo.

Com um teor misógino semelhante, o Comentário 11 também se apropria da moralidade dos comportamentos enquanto regularidade temática. De acordo com o comentarista, é “engraçado que a Deus os homossexuais (sic) não precisam pedir desculpas por estarem desobedecendo a ordem de Deus, porque está claro lá em Apocalipse que os afeminados não entraram (sic) nos reinos dos céus”. Assim, os homossexuais que vivenciam expressões de gênero atreladas ao universo simbólico feminino, de acordo com o código moral cristão, não serão dignos da “salvação” prometida pela prática religiosa em questão.

O Comentário 12 lança mão de três regularidades temáticas simultâneas: a misoginia, a moralidade dos comportamentos e a despolitização. “Agora é a vez dos ativistas gays que vilipendiaram e sodomizaram objetos religiosos introduzindo no ân...”, escreveu o usuário. A misoginia se expressa pela caracterização degradante dada pelo autor à penetração dentro da prática do sexo anal. De acordo com Bourdieu (2016), a dominação masculina se manifesta inclusive através das posições sexuais, dado que o indivíduo ativo, ao penetrar no indivíduo passivo, ostenta uma superioridade associada ao papel simbolicamente masculino (o de “penetrador”) que representa durante o ato sexual. Visualizamos ainda certa aproximação com a moralidade dos comportamentos, embora em menor grau, pela citação da ação subversiva de introduzir “objetos religiosos” no ânus, como maneira de os “ativistas gays” contestar dogmas e práticas opressoras.

Quadro 8 – Bloco 4 da Análise 2

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 13	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	O papa é da turma do mimimi tb...	Despolitização
Comentário 14	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Ele que livra a cara dos padres pedófilos e gays seria mas coerente liberar o casamento para os padres acebispos bispos e cardeais	Anormalidade / Despolitização
Comentário 15	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	Vc não concordar com alguma coisa é homofobia????? Existe heterofobia tbem??? Vc pra amar alguém não precisa ser de acordo com todas as práticas dela Isso é sinai q vc tem opinião .	Despolitização / Liberdade de expressão

			Pedir perdão de que??? Vc sabia q a igreja católica foi a que mais assassinou cristãos? ??? Quem deve pedir perdão é ele. Hipócritas	
Comentário 16	Masculino	Discurso de ódio velado	Julgar é pecado! e esse padre falar uma asneira dessa, é pior ainda Vc ter opiniao não é julgar e nem é violência	Liberdade de expressão
Comentário 17	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	E outra, discordar de uma postura homossexual não faz a pessoa ser homofóbica ou preconceituosa. Discordar é um direito que temos garantido por lei. Leia artigo 5º da Constituição, e saia da ignorância. Minha obrigação, é respeitar a todos, independente da opção sexual. Mas não sou obrigado a achar tal postura bonita ou até mesmo concordar com ela....	Liberdade de expressão
Comentário 18	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Criando nojo desse papa isso sim	Aversão

Fonte: Própria (2017)

O Comentário 12 do bloco 3 foi o primeiro registro identificado com a regularidade temática da despolitização, que aparece mais três vezes no bloco 4, como visto nos comentários 13, 14 e 15. No Comentário 12, o autor se refere aos “ativistas gays” que desrespeitariam determinados códigos morais religiosos por encenar provocações com objetos sagrados. Ao dizer isso, evoca uma ideia oriunda de um já-dito sobre a população LGBT: a de que ela provoca e desrespeita gratuitamente as diversas manifestações religiosas. Esse já-dito, por sua vez, acumula uma série de enunciados degradantes que pautam o senso comum acerca da população LGBT. Assim, são instrumentalizados como modo de fragilizar o discurso da militância LGBT e sua busca por direitos sociais e políticos igualitários para essa população. É nesse sentido que assinalamos a despolitização enquanto regularidade temática da LGBTfobia.

Ao lado de diversos enunciados semelhantes, entendemos que essa ideia compõe um contradiscurso, em relação ao discurso da militância LGBT, que se propõe a interromper o avanço da conquista de direitos por parte dessa população. Nesse sentido, recorreremos a Amossy (2017, p. 170), para quem a desconsideração e ridicularização de um ponto de vista constitui uma das estratégias da violência verbal dentro da dinâmica das polêmicas discursivas. Para a autora, o ponto de vista do Oponente se torna objeto de um ataque destinado a desconsiderar o outro e a colocá-lo fora do jogo.

Linguisticamente, o contradiscurso só apresenta o discurso contrário sob formas fortemente depreciativas, mobilizando todo o arsenal do discurso relatado. A fala do outro é retomada e reformulada de maneira a privá-la de sua própria coerência, ou descontextualizada e deslocada de seu sentido original; ela se torna objeto de um *reductio ad absurdum* ou de um tratamento fortemente irônico ou parodístico que a invalida, tornando-a ridícula. (AMOSSY, 2017, p. 170)

No Comentário 13, o autor descreve o Papa como sendo da “turma do mimimi”, termo utilizado justamente para desvalidar a pertinência e legitimidade das demandas dos grupos minoritários. De acordo com essa ideia, a exigência de respeito e direitos igualitários perante as instâncias hegemônicas é algo a ser ridicularizado e não digno de ser ouvido, pois se trata de “balela” e frases repetidas. No Comentário 14, por sua vez, o autor relaciona a homossexualidade à pedofilia, citando os “padres pedófilos (sic) e gays” para os quais o Papa faria vista grossa. Ao fazer essa articulação, o comentarista reforça o senso comum de que gays, representantes das perversões sexuais de que fala Foucault (2005), são pedófilos, em uma argumentação que visa a criminalizar essa população e eliminar sua legitimidade política

Nessa acepção, citamos também a apropriação da anormalidade enquanto regularidade temática no Comentário 14, dado que o enunciado “gays são pedófilos” se articula às três figuras que davam corpo à ideia de anomalia no século XIX (FOUCAULT, 2014b): o monstro, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora. Assim, o pedófilo é visto como um monstro que ativa, explora e degrada a sexualidade das crianças, que virou alvo de cuidados especiais a partir do século XIX. Para o filósofo, “o sexo das crianças tornou-se ao mesmo tempo um alvo e um instrumento de poder”, dado que foi instituída “uma ‘sexualidade das crianças’ específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada” (FOUCAULT, 2002, p. 232). Em um contexto em que as sexualidades dissidentes eram consideradas perversões sexuais e biologicamente anormais, o enunciado “gay pedófilo” foi urdido e permanece no já-dito LGBTfóbico.

O Comentário 15 apresenta duas regularidades temáticas simultâneas: a despolitização e a liberdade de expressão, que introduziremos aqui. “Vc não concordar com alguma coisa é homofobia????? Existe heterofobia tbem????”, questiona o comentarista, em uma tentativa de despolitização da população LGBT. Na lógica que desenvolve, os comentários degradantes acerca da população LGBT devem ser tolerados, e não enquadrados como homofóbicos, afinal, também existe “heterofobia”.

Assim sendo, ele, heterossexual, mereceria ser tão protegido de insultos em relação à sua condição sexual, hegemônica, quanto os indivíduos de sexualidades e gêneros dissidentes, que são alvo de atos de violência simbólica e física por conta de sua condição sexual

subalterna. A despolitização se dá justamente por ele sugerir que os indivíduos heterossexuais e homossexuais compartilham das mesmas condições sociais e políticas, logo, não seriam necessárias medidas públicas a favor da população LGBT, como campanhas contra a LGBTfobia, ações de saúde segmentadas, etc.

O autor do Comentário 15 continua: “Vc pra amar alguém não precisa ser de acordo com todas as práticas dela ”, utilizando um *emoji* que faz referência à prática anal entre homossexuais. Com isso, ele sugere que esses indivíduos podem ser amados, mas suas práticas devem ser abominadas, em breve flerte com a moralidade dos comportamentos. Após isso, afirma que sua ideia “é sinal q vc tem opinião”, resguardando-se de possíveis acusações de homofobia ao argumentar que aquilo consiste em sua opinião, e que, por isso, deve ser respeitada, sustentando a liberdade de expressão como regularidade temática.

A argumentação em torno da liberdade de expressão aparece de maneira mais enfática no Comentário 16, no qual o autor afirma que “ter opinião não é julgar e nem é violência”, seguido de uma série de *emojis*, com destaque para um trio de macacos que evocam gestos de censura (um deles veda os olhos, o outro tapa os ouvidos e o terceiro coloca as mãos sobre a boca). Dessa maneira, o autor defende que ele deve expressar sua opinião, seja ela qual for, sem sofrer nenhum tipo de retaliação. Afinal, mesmo que degrade um grupo social vulnerável, não seria violência, mas sim uma opinião, e ela deve ser respeita sob toda e qualquer circunstância.

O Comentário 17 lança mão de maneira ainda mais aprofundada da liberdade de expressão como regularidade temática. Para o autor dessa mensagem, “discordar de uma postura homossexual não faz a pessoa ser homofóbica ou preconceituosa”, afinal, “discordar é um direito que temos garantido por lei”. Em seguida, cita contraditoriamente o 5º artigo da Constituição Federal (1988)⁴³, que, ao mesmo tempo em que afirma que “é livre a manifestação do pensamento” (Art. 5º, inciso IV), deixa claro antes mesmo do inciso I que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

⁴³ Disponível em:

<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument>>. Acesso em 20/10/2017.

A discussão em relação às minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão⁴⁴ constitui um debate em contínua atividade, tendo em vista que, de uma maneira geral, polariza o direito à não discriminação e a liberdade de expressão como direito fundamental. No entanto, é pertinente destacar que, “em razão de sua natureza segregacionista e desumanizadora, o discurso homofóbico gera danos não apenas às minorias sexuais, mas também à sociedade em que ocorre” (OLIVA, 2015, p. 232).

As manifestações de ódio são responsáveis por restrições como limitações à liberdade dessas pessoas no espaço público, desgaste psicológico e físico, distorções econômicas, a criação de uma atmosfera de hostilidade social e o desestímulo à pluralidade e, com isso, o *déficit* democrático (Idem). Além disso, na prática, elas têm um efeito “silenciador” danoso à própria manutenção da democracia.

Ao atacar características identitárias, essa forma de violência insta as vítimas a deixarem o espaço público, além de retirar a credibilidade das ideias que elas eventualmente apresentarem. Essa última situação decorre da reprodução de estereótipos que geralmente acompanha o discurso de ódio, ao “desprestigiar socialmente” as vítimas. Assim, ao abarcar o uso de manifestações de ódio, o exercício da liberdade de expressão não está servindo a fins democráticos. (OLIVA, 2015, p. 98)

Por fim, o Comentário 18 lança mão da aversão enquanto regularidade temática, ao evocar um sentimento de asco e repulsa em relação à declaração aparentemente pró-LGBT do Papa Francisco. De acordo com Bourdieu, a aversão é ativada a partir de mecanismos corporais adquiridos pelos indivíduos cujos habitus não reconhecem a legitimidade e distinção de determinada característica simbólica. Assim, a partir de uma perspectiva heteronormativa, na qual a heterossexualidade e a cisgeneridade são entendidas como distinções – “títulos de nobreza sexual”, nos termos de Bourdieu (2016) –, as expressões de sexualidade e gênero que são destituídas do capital simbólico trazido por essas características ativam nos indivíduos hegemônicos um sentimento de repulsa.

Para Bourdieu (2007, p. 440), portanto, essa inclinação à aversão ao que é destituído de determinado traço distintivo consiste nas “disposições primordiais e primitivas do corpo”, sendo “os gostos e as aversões chamadas viscerais” e que, em virtude dos habitus aos quais os indivíduos estão atrelados, “estão depositados os interesses mais vitais de um grupo, ou seja, aquilo pelo qual estamos prontos a arriscar nosso corpo e o dos outros”.

⁴⁴ Ver Oliva (2015).

4.4 Análise 3 – Criança trans é adotada por mulher trans em Jaboatão

No último bimestre de coleta (1º de agosto a 30 de setembro de 2016), a notícia que registrou mais reações por parte dos usuários foi *Criança trans é adotada por mulher trans em Jaboatão*, publicada na página do Facebook do Diário de Pernambuco no dia 27 de setembro de 2016, às 10h58. A reportagem destaca um caso de adoção em que a professora transexual registrou como filha uma menina de nove anos, também transexual, em Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife. Com um histórico de rejeição por parte de outras famílias adotivas, a menina chegou ao conhecimento da professora através de um programa de busca ativa da Coordenadoria da Infância e Juventude e da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que tem como objetivo conectar crianças consideradas fora do padrão de adoção a pais com menos exigências quanto a idade, etnia e estado de saúde.

Figura 3 - Publicação da notícia no Facebook do Diário de Pernambuco



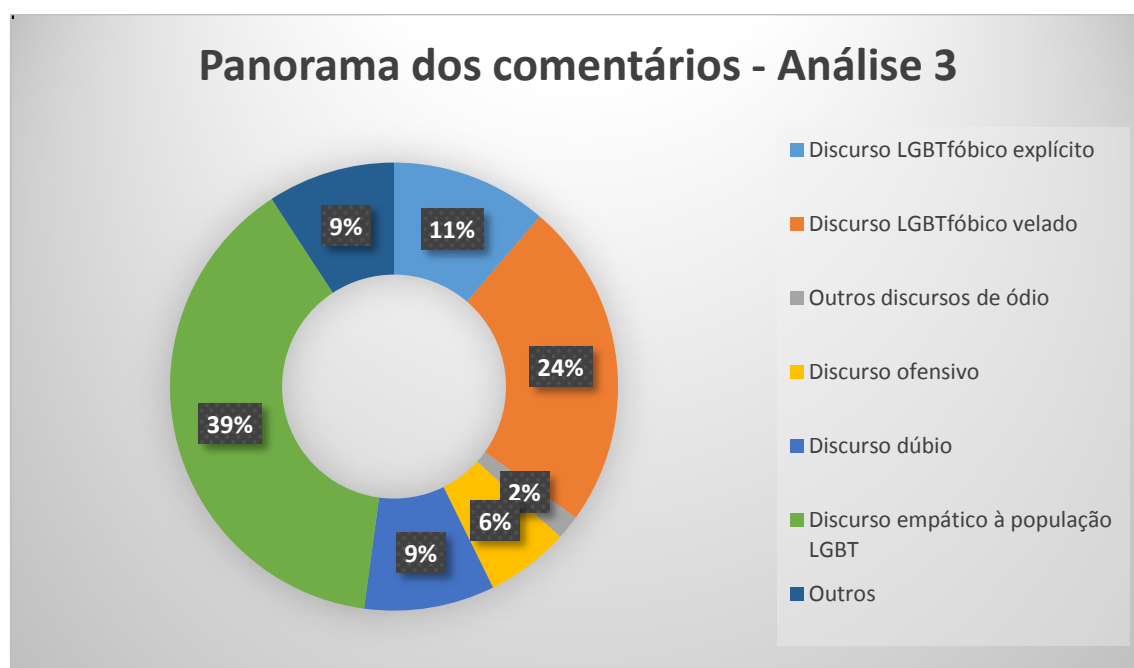
Fonte: Própria (2016)

Assim como nas outras duas notícias coletadas, em um primeiro momento, a publicação em questão registrou uma imensa maioria de reações positivas ao enunciado da notícia por parte dos seguidores da rede social. Ao todo, foram registradas 6,9 mil reações,

entre 5,2 mil curtidas e 1,4 mil reações de afeto, em contraste com uma minoria de reações dúbias ou negativas, como raiva (105), humor (57), surpresa (44) e tristeza (27). No caso em questão, a atmosfera positiva foi adiantada pelo próprio Diário de Pernambuco, que legendou a notícia com “Final feliz”, seguido de um *emoji* de coração, o que demonstra apoio à adoção da criança. A publicação ainda foi compartilhada 454 vezes e obteve 306 comentários primários. Na análise que segue, serão considerados os 913 comentários coletados pela ferramenta OpSocial Extractor, incluindo as respostas motivadas pelos comentários primários.

Na Análise 3, de um total de 913 comentários analisados, obtivemos os seguintes resultados: Discurso LGBTfóbico explícito (103), Discurso LGBTfóbico velado (216), Outros discursos de ódio (16), Discurso ofensivo (55), Discurso dúbio (86), Discurso empático à população LGBT (353) e Outros (84).

Gráfico 3 – Classificação geral dos comentários da Análise 3



Fonte: Própria (2017)

Na Análise 3, os comentários positivos (empáticos à população LGBT) se sobrepuseram aos comentários negativos (Discurso LGBTfóbico explícito e Discurso LGBTfóbico velado). No entanto, seguindo a mesma tendência das Análises 1 e 2, a diferença quantitativa entre as categorias é pouco significativa. Ao todo, foram publicados 353 comentários empáticos (38,6% do total), em contraste com 319 comentários de ódio (34,9%), sendo 103 explícitos e 216 velados. A aproximação numérica entre essas categorias reforça

nosso argumento de que há um acirramento acentuado entre discursos antagônicos nos espaços conversacionais de característica midiática, como é o caso da página do Facebook do Diário de Pernambuco. Ainda assim, prevalece uma atmosfera negativa na publicação em questão, se considerarmos os comentários ofensivos (6%) e outros discursos de ódio (2%).

Assim como nas análises 1 e 2, a grande maioria dos comentários de ódio são provenientes de autores homens: 81,5% dos comentários LGBTfóbicos explícitos e 68,5% dos comentários LGBTfóbicos velados. Os autores masculinos ainda foram responsáveis por 74,5% dos comentários ofensivos, 100% dos comentários com outros discursos de ódio e, na única categoria em que foi minoria, 48,4% dos comentários empáticos a LGBTs. Com esses resultados, observamos que a relação entre os gêneros dos comentaristas e as categorias dos comentários obedece a uma proporção significativamente aproximada nas três análises, sendo os comentaristas de gênero masculino, portanto, responsáveis pela maior parte de mensagens hostis.

Para a Análise 3, obedecemos aos critérios das análises anteriores, constituídas por quatro blocos de comentários distintos, selecionados a partir de uma amostragem intencional. Como nas análises 1 e 2, o bloco 1 será constituído por um recorte sequencial (um comentário primário e as respostas a ele), como modo de observarmos as dinâmicas da polêmica discursiva. Ao exemplo da Análise 2, o bloco 2 desta análise, por sua vez, terá como foco as similaridades entre os enunciados, no sentido de elucidarmos como se constitui a produção de atos performativos de ódio. Optamos, portanto, por demonstrar essa dinâmica a partir de um enunciado assíduo na Análise 3. Por fim, nos blocos 3 e 4, os comentários foram selecionados a partir da variedade de regularidades temáticas da LGBTfobia observadas.

Quadro 9 – Bloco 1 da Análise 3

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário primário (bloco 1)	Feminino	Discurso empático a LGBTs	Que alegria que essa notícia me dá <3. Desejo toda felicidade do mundo e que esfreguem na cara desses infelizes que preferem cuidar da vida dos outros ao invés de olhar pro próprio umbigo.	
Resposta 1 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Infeliz mesmo é uma pessoa que defende um tipo de coisa igual a esse tipo.	Abjeção dos corpos
Resposta 2 (bloco 1)	Feminino	Discurso empático a LGBTs	podem chorar mais pq a tristeza de vcs não vai atingir essa família maravilhosa	

Resposta 3 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbic o velado	Maria Clara Luna família? Já que você não sabe o conceito dessa palavra , vá no Google e pesquise ao menos.	Moralidade dos comportamentos
Resposta 4 (bloco 1)	Masculino	Discurso LGBTfóbic o velado	Família é quando um homem ,deixa a casa de seus pais.E se junta a sua mulher .Ambos formam a família, eles se reproduzem e formam a família .Não adianta vcs virem com esse papinho ai,não.Que vcs não irão nos convencer.Queiram vcs ou não queiram as circunstâncias ou não. Família sempre será junção de um homem e uma mulher.	Moralidade dos comportamentos / Anormalidade
Resposta 5 (bloco 1)	Feminino	Discurso empático a LGBTs	Milton Marques, Família é quando um homem deixa a casa de seus pais, e se junta a sua mulher. Embora, em muitas vezes, o homem traia, bata nela e a trate como uma qualquer. Nao! Família é amor e respeito. Seja de homem e mulher ou seja de homossexuais. O lar é a junção de vidas que se amam e se completam.	

Fonte: Própria (2017)

O Comentário primário da Análise 3 atende ao critério de seleção das análises anteriores: é uma das mensagens que obtiveram maior destaque dentro da conversação estimulada pela publicação em questão. Ao todo, acumulou 338 curtidas e 57 respostas. Disposto no topo da publicação por conta do sistema de algoritmos do Facebook, tende a ser uma das conversações mais lidas pelos internautas que se deparam com a publicação da notícia em suas redes. Nesse sentido, tenha um teor negativo ou positivo, consiste em um potencial gatilho para o desenvolvimento de polêmicas discursivas acerca da notícia veiculada.

Empática a LGBTs, a autora do Comentário primário elogia o caso de adoção noticiado pelo veículo, parabenizando os pais e a criança e desejando que eles “esfreguem na cara desses infelizes que preferem cuidar da vida dos outros ao invés de olhar pro próprio umbigo”. O teor provocativo do comentário suscita uma série de respostas que articulam diferentes regularidades temáticas da LGBTfobia dentro de uma argumentação atrelada à constituição de polêmicas discursivas.

Na Resposta 1, a autora do Comentário primário é confrontada por um usuário que afirma que infeliz não é quem condena o caso de adoção citado, mas o apoia: “infeliz mesmo é uma pessoa que defende um tipo de coisa igual a esse tipo. ”. Assim, instaura uma

disputa pessoal que será reverberada e incorporada por outros usuários ao longo da conversa.

Embora possa ser lida através de outras regularidades temáticas, sustentamos que a abjeção dos corpos é a categoria mais adequada para a Resposta 1, dado que o autor sugere repulsa pela formação familiar entre uma criança e uma mãe transexuais. Acreditamos que a regularidade temática da abjeção dos corpos se volta para as corporalidades dissidentes mais latentes, que prescindem, por exemplo, de adequações físicas e outras mudanças corporais mais marcadas, como no caso de parte dos indivíduos transexuais.

A disputa pessoal tem continuidade quando a autora da Resposta 2 vai de encontro à Resposta 1, em apoio ao Comentário primário: “podem chorar mais pq a tristeza de vcs não vai atingir essa família maravilhosa”, provoca, evocando com o seu “podem chorar mais” uma interpelação aos falantes-do-ódio. O autor da Resposta 3, então, atende ao “chamado” e dirige à autora da Resposta 2 um questionamento direto: “família? Já que você não sabe o conceito dessa palavra, vá no Google e pesquise ao menos”. Com um conceito limitado de família, que claramente não abarca pessoas transexuais, o comentarista utiliza a moralidade dos comportamentos como regularidade temática, visto que sua percepção de família corresponde a um código moral conservador.

Nesse momento, a discussão se volta para o próprio conceito de família. Na Resposta 4, o usuário reafirma uma ideia limitada de família estritamente heterossexual: “Família (sic) é quando um homem,deixa a casa de seus pais.E se junta a sua mulher.Ambos formam a familia,eles se reproduzem e formam a familia”. Assim, utiliza como regularidade temática a moralidade dos comportamentos, por evocar um modelo de família conservador e excludente, em consonância com a heteronorma. Faz referência também à anormalidade, visto que, para ele, uma formação familiar que não seja constituída em sua base por uma mulher e por um homem não pode ser tolerada, inclusive pela “impossibilidade” de reprodução, o que denota uma argumentação de teor biológico.

O comentário é rebatido pela autora da Resposta 5, que questiona a legitimidade do conceito engessado de família heterossexual dentro da negociação argumentativa que pauta a polêmica discursiva em questão. Dirigindo-se ao comentador anterior, ela sustenta que família pode até ser “quando um homem deixa a casa de seus pais, e se junta a uma mulher”, embora, “em muitas vezes, o homem traia, bata nela e a trate como uma qualquer”. Nesse sentido, não é a orientação sexual e a identidade de gênero que definem o quão legítimo é um núcleo

familiar, mas o “amor e respeito” que o constituem, “seja de homem e mulher ou seja de homossexuais”.

No âmbito da polêmica discursiva, a disputa pessoal travada entre os autores dos comentários anteriores ocorre devido aos processos de conversacionalização⁴⁵, e subsequente subjetivação, que caracterizam as discussões online. Para Amossy (2017, p. 178), a conversação “migra da esfera privada para a do domínio público, de modo que o confronto civilizado ganha, a partir daí, o aspecto de uma conversação virtual”. Assim, embora as trocas textuais não sejam assíncronas, o debate toma a forma de uma interação cotidiana entre particulares, “marcada pelo fenômeno linguístico da oralização, que alimenta a virulência das intenções” (Idem).

Especificamente sobre as disputas pessoais que ocorrem dentro de polêmicas discursivas nos fóruns de discussão de veículos jornalísticos, como consideramos os espaços para comentários da página do Diário de Pernambuco no Facebook, a autora sustenta que:

O fórum de discussão permite [...], simultaneamente, a invasão do espaço jornalístico por uma subjetividade que se marca concretamente no discurso e na trama de interação e na expressão de opiniões pessoais nos debates argumentados tratando de problemas gerais. Essa subjetivação nesse contexto de conversacionalização própria dos debates online contribui para dar aos marcados pela violência um aspecto de disputa entre particulares. (AMOSSY, 2017, p. 179)

Dessa maneira, na perspectiva de Amossy, a conversacionalização da polêmica nas redes sociais pode ocorrer através de “duelos” em que internautas⁴⁶ travam polêmicas em um espaço público online, habitado também pelo *bystanders*, como a autora denomina os receptores passivos, ou a audiência invisível. Assinalamos também uma observação de Amossy (2017, p. 179) quanto aos “desenvolvimentos complexos em que o debate alterna com a polêmica e se bifurca de tempos em tempos em razão de ‘novos fios’ que o atravessam”. A complexidade de que fala a autora corresponde ao fluxo de informações e interações que são agregadas às dinâmicas discursivas ao longo da conversação em rede, repleta de novas movimentações, ataques e contra-ataques e, em um recorte majoritário, polêmicas atravessadas por atos performativos de ódio e disputas acirradas por verdades.

⁴⁵ O termo conversacionalização é utilizado por Amossy (2017) a partir do sentido dado por Fairclough: a extensão do gênero conversação a outras situações discursivas, nesse caso, no âmbito dos espaços conversacionais das redes sociais de sites de notícia.

⁴⁶ Não necessariamente dois, como a autora sugere, mas diversos atores dentro de um mesmo processo coletivo de argumentação, como vimos ao longo das análises.

Quadro 10 – Bloco 2 da Análise 3

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 1	Feminino	Discurso LGBTfóbico o explícito	A criança de 11 anos que mata não pode ir presa pq não tem idade suficiente pra saber o que fez, agora uma criança pode decidir que "gênero" ela tem?	Abjeção dos corpos / Despolitização
Comentário 2	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Pelo código civil até os 16 anos o indivíduo é incapaz de tomar decisões tão importantes . No máximo esse menino está fantasiado de menina . Ou então mudem as leis.	Abjeção dos corpos / Despolitização
Comentário 3	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Maravilhosa sua pergunta Me permita compartilhar no meu face, porque estão distorcendo a cabeça de muitas crianças com isso.	Abjeção dos corpos / Despolitização
Comentário 4	Masculino	Discurso empático a LGBTs	Acho que já vi essa pergunta em outra ocasião? Será que nem para questionar se usa a inteligência?? Copiar e colar sem entender as respostas, não adianta.	Metadiscursividade
Comentário 5	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Engraçado é que manda simplesmente estudar e não fala um argumento. Criança não tem discernimento , se assim o for, pq não pode ser presa por exemplo? Quando ela for adulta saberá o que fazer da vida, até lá, que ela não tenha a mente sexualizada.	Abjeção dos corpos / Despolitização
Comentário 6	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	O menor não pode responder pelos seus crimes mais pode fantasiar se é homem ou mulher , esse nosso país esta perdido	Abjeção dos corpos / Despolitização

Fonte: Própria (2017)

Para o bloco 2 da Análise 3, optamos por focar na reprodução de um enunciado específico ao longo da publicação, como maneira de elucidarmos a produção de atos performativos de ódio ao longo da conversação. Partimos do pressuposto de que as regularidades temáticas da LGBTfobia e os enunciados que as constituem são reiterados e reproduzidos através desses atos, o que permite a consolidação de enunciados estigmatizantes atrelados a esta formação discursiva específica. Assim sendo, como afirmamos anteriormente, os espaços conversacionais das redes sociais atuam como laboratórios discursivos nos quais enunciados estigmatizantes são (re)produzidos, a partir da repetição promovida pelos atos performativos de ódio, mas também questionados, através de micro-resistências.

Observamos uma recorrência de comentários que obedecem a uma lógica de performatividade visível ao longo da própria publicação, reproduzidos em diferentes pontos

da conversação, seja como respostas a um mesmo comentário ou como comentários primários. Tentamos demonstrar essa situação a partir da escolha de um enunciado assíduo na publicação *Criança trans é adotada por mulher trans em Jaboatão*. O enunciado a ser trabalhado no bloco 3 tem como ideia central a seguinte crença: se crianças podem “tomar a decisão” de ser transexuais, então elas devem ser responsabilizadas por todos os seus atos, devendo responder por crimes, por exemplo.

O Comentário 1 é o comentário primário que está no topo da publicação em questão, sendo o mais curtido (590 curtidas) e com mais interações (199 respostas) dentre os demais comentários primários. Os comentários 2, 3 e 4, por sua vez, são respostas ao Comentário 1. Já os comentários 5 e 6 aparecem como respostas a outros comentários, o que denota um espalhamento do enunciado ao longo das interações registradas na publicação.

Como procedemos na Análise 2, lançamos mão da ferramenta OpSocial Extractor para termos uma ideia mais precisa acerca da localização dos comentários no decorrer da conversação. Atuamos dessa maneira no sentido de possibilitarmos um mapeamento do enunciado, como modo de visualizar sua reprodução ao longo da conversação, no que acreditamos constituir parte de um processo de atos performativos de ódio.

Dentro de um escopo de 913 comentários enumerados, os comentários 1, 2, 3, 4 correspondem, respectivamente, às posições 3, 12, 13 e 16 do arquivo de tabelas, em ordem cronológica. Esses comentários estão numericamente aproximados devido à característica em comum de serem respostas a um mesmo comentário primário (no caso, o Comentário 1, que ocupa a posição 3). Publicados como respostas a outros comentários primários, os comentários 5 e 6 correspondem, respectivamente, às posições 419 e 549.

No Comentário 1 – o primeiro comentário a ser visualizado em toda a publicação, por conta do sistema de algoritmo do Facebook –, observamos a introdução da ideia que embasa o enunciado em questão: “a criança de 11 anos que mata não pode ir presa pq não tem idade suficiente pra saber o que fez, agora uma criança pode decidir que ‘gênero’ ela tem? ”, questiona a autora.

A autora do Comentário 1 empreende duas regularidades temáticas simultâneas: a abjeção dos corpos e a despolitização. É pertinente contextualizarmos o conceito de abjeção dos corpos dentro do que entendemos como uma regularidade temática da LGBTfobia. Para Butler, o corpo abjeto é aquele pertencente a um indivíduo a quem é negada a condição de sujeito, cuja existência não é digna de ser apreciada ou mesmo reconhecida. No entanto, é a

próprio delimitação dos corpos abjetos que permite a constituição do domínio dos corpos ditos legítimos. Assim, para obter os contornos de sua própria existência, os corpos hegemônicos necessitam dos abjetos para estruturar sua legitimidade e soberania, em um processo de elaboração do Outro constitutivo, como vimos no capítulo 2.

Os corpos abjetos, no entanto, não necessariamente apresentam marcações físicas visíveis de sua condição de vulnerabilidade, sendo, antes disso, submetidos a um enquadramento simbólico mais abrangente. No entanto, no âmbito deste trabalho, nos referimos aos corpos visivelmente marcados pelas características que os levam a ter uma inteligibilidade de abjetos, desviantes e indesejáveis, seja por seu tom de pele, por sua condição socioeconômica (se esta for visível, de alguma maneira) ou por sua expressão de gênero, que, no caso das pessoas transexuais, pode englobar mudanças corporais para a adequação do indivíduo à sua identidade de gênero.

A autora do Comentário 1 lança mão da abjeção dos corpos enquanto regularidade temática nesse sentido: na sua lógica, uma criança não tem condições para “decidir” o próprio gênero, pois tal iniciativa traria a ela mudanças corporais e comportamentais significativas, e possivelmente irreversíveis, para alguém em estágio de desenvolvimento. Para reforçar seu argumento, a autora assinala uma comparação extrema entre uma criança com uma identidade de gênero distinta de seu sexo biológico e uma criança que comete um crime de assassinato. Nesse ponto, ela também empreende uma tentativa de despolitização, ao evocar a questão da redução da maioridade penal, refutada pelos setores mais progressistas, que apoiam as pautas LGBT, em uma tentativa de fragilizar as pautas políticas de grupos minoritários.

Pouco adiante, na posição 12, após alguns comentários questionando a comparação do Comentário 1, o autor do Comentário 2 reelabora o mesmo enunciado, buscando legitimidade no discurso jurídico, como modo de justificar a validade de sua verdade: “pelo código civil até os 16 anos o indivíduo é incapaz de tomar decisões tão importantes. No máximo esse menino está fantasiado de menina. Ou então mudem as leis”, afirma.

Também respostas ao Comentário 1, os comentários 3 e 4 ocupam as posições 13 e 16 do arquivo de tabelas, portanto, tecnicamente sequenciais. Eles não reproduzem propriamente o enunciado do Comentário 1, mas expõem as dinâmicas da produção de atos performativos de ódio no espaço conversacional em questão, endossando-as, no caso do Comentário 3, e questionando-as, no Comentário 4.

No Comentário 3, a autora elogia a pergunta feita no Comentário 1 (“A criança de 11 anos que mata não pode ir presa pq não tem idade suficiente pra saber o que fez, agora uma criança pode decidir que "gênero" ela tem? ”). “Maravilhosa sua pergunta”, exalta, para em seguida pedir: “Me permita compartilhar no meu face, porque estão distorcendo a cabeça de muitas crianças com isso”. Ao elogiar o comentário e sinalizar o contexto no qual o compartilhará em suas redes sociais (“estão distorcendo a cabeça de muitas crianças com isso”), a autora do Comentário 3 reforça a lógica de performatividade com que os enunciados de ódio são consolidados e colocados em circulação online.

O Comentário 4 (na posição 16, portanto apenas três posições depois do Comentário 3), por sua vez, empreende uma tentativa de demonstrar a artificialidade do enunciado em circulação e da própria lógica de performatividade à qual ele está submetido. Assim, questiona-o, perguntando: “Acho que já vi essa pergunta em outra ocasião? Será que nem para questionar se usa a inteligência??”. Dessa maneira, expõe seu mecanismo performativo, sugerindo que o enunciado foi reproduzido sem criticidade, como cópia de um enunciado desgastado.

No Comentário 4, portanto, o autor lança mão da regularidade temática da metadiscursividade para questionar a lógica de performatividade dos comentários de ódio. “Copiar e colar sem entender as respostas, não adianta”, assevera, relacionando os comentários com esse mesmo enunciado à instância de irreflexividade observada por Arendt (1999) em sua conceituação acerca da banalidade do mal. Ainda remetemos seu comentário à atuação dos falantes-do-ódio mediatizados, figura de subjetividade consolidada no contexto neoliberal, correspondente à massa de indivíduos que, sob uma mesma discursividade conservadora, compartilham mensagens de ódio (PENACHIONI et al., 2016).

Localizados em posições distanciadas dos comentários anteriores, os comentários 5 e 6 (nas posições 419 e 549, respectivamente) são exemplos da recorrência do enunciado em diferentes pontos da conversa. Assim como os comentários 1, 2 e 3, eles têm como regularidades temáticas a abjeção dos corpos, por localizar o corpo trans dentro de uma instância de abjeção, e também de despolitização, ao comparar uma criança trans a uma criança criminosa, em referência à pauta da redução da maioria penal. “Criança não tem discernimento, se assim o for, pq não pode ser presa por exemplo? ”, questiona o autor do Comentário 5. Mais de 100 posições adiante, o Comentário 6 reitera-o, ao afirmar que “o

menor não pode responder pelos seus crimes mais (sic) pode fantasiar se é homem ou mulher”.

Embora não possamos aferir se algum comentário foi publicado por influência de um comentário prévio, a ideia de que tais enunciados são reproduzidos através de atos performativos de ódio é reiterada por outras diversas aparições do mesmo enunciado ao longo da conversação, como reforçam os comentários nas seguintes posições: 3, 12, 13, 45, 48, 91, 151, 200, 207, 209, 285, 344, 347, 406, 418, 419, 523, 540, 549, 558, 596, 646, 653, 790, 792 e 877.

Por essa razão, acreditamos que as bases argumentativas que são articuladas nas regularidades temáticas da LGBTfobia nas redes sociais, vinculadas a diferentes enunciados, operam através de um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras por meio da produção de efeitos substancializantes, como Butler (2015) define a performatividade de gênero que cristaliza nossas noções de masculino e feminino. Os saberes e poderes articulados a esse discurso produzem efeitos de verdade manifestados, sustentados e reproduzidos continuamente, razão pela qual parte significativa das regularidades temáticas observadas neste trabalho se referem a leituras seculares e violentas em torno das vivências de gênero e sexualidade dissidentes.

Quadro 11 – Bloco 3 da Análise 3

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 7	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	https://www.youtube.com/watch?v=ska bZKuvUI8 (link do vídeo do YouTube <i>URGENTE! Casal Homossexual Estupra, espanca filho adotivo [OFICIAL]</i>)	Despolitização / Anormalidade
Comentário 8	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Vitória Roberta pesquise sobre IDEOLOGIA DE GÊNERO e Marxismo Cultural .	Despolitização
Comentário 9	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	É incrível como a turma quer defender ideologia de genero, reprimindo a opiniao da menina . Se cada um faz oq quiser da vida deixa ela ter a opiniao dela tbm. Deixa ela se contra tbm. Essa é a democracia de voces: "Voce é livre pra fazer o que quiser, contanto que nao me ofenda." Democracia de merda! Geração mimizenta de merda!	Despolitização / Liberdade de expressão
Comentário 10	Masculino	Discurso LGBTfóbico explícito	Gênero, sexo, genitália ou seja lá como queiram chamar, só existem dois, XX e XY , Gays segundo os próprios números do Ativismo LGBT representam menos	Anormalidade / Despolitização

			de 1% da população, logo, não existe como levar à sério qualquer informação dita como "científica" que se baseia numa amostra tão pífia quando comparada ao todo, ideologia de gênero é exatamente e tão somente o que o nome diz, uma IDEOLOGIA , sem a menor base científica, que serve apenas de cânfora para o ego dos que são incapazes de refletir profundamente sobre as origens e estímulos de seu desvio de comportamento , ou como forma de angariar curral eleitoral dentro de uma sociedade já tão dividida...	
Comentário 11	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Adultos podem fazer o que bem entender, uma mulher com genitais masculinos e um homem com genitais femininos podem perfeitamente procriar. Chamem do que querem, a vida privada de dois adultos que consentem não dizem respeito a ninguém. Só não façam isso com as crianças , é muita covardia, deixem as crianças em paz, tenham o mínimo de decência! Não existem dados científicos suficientes para se entrar em uma aventura, existem vidas em jogo. Tenham o mínimo de humanidade.	Abjeção dos corpos
Comentário 12	Masculino	Discurso LGBTfóbico velado	Um adulto eu não falo nada, agora uma criança já se dizer trans... Gente isso não existe, deixa essa criatura ter uma infância digna e ela será o que quiser depois, mais agora já está com essa de que é trans, os que são adultos sofrem diariamente imagina uma criança o quanto que irá sofrer, #MinhaOpiniaio	Abjeção dos corpos / Liberdade de expressão

Fonte: Própria (2017)

O Comentário 7 consiste em um link do site de vídeos YouTube cujo título é “URGENTE! Casal Homossexual Estupra, espanca filho adotivo [OFICIAL]”. Reprodução de um noticiário televisivo, o vídeo narra um caso em que um menino de cinco anos teria sido violentado física e sexualmente pelos pais adotivos homossexuais. No contexto da conversação em questão, o link do vídeo é utilizado como um argumento contra a adoção da criança transexual por uma mãe com a mesma identidade de gênero. Assim, o autor do Comentário 7 se apropria da legitimidade provida pelo discurso jornalístico para embasar o enunciado estigmatizante de que homossexuais são pedófilos, e que, portanto, adoções homoparentais não devem ser permitidas.

O Comentário 7 lança mão de duas regularidades temáticas simultâneas: a despolitização, por tentar invalidar a militância LGBT e a consequente luta por direitos igualitários, inclusive a adoção homoparental, e a anormalidade, pela associação do indivíduo não heterossexual ao âmbito das “perversões sexuais” descritas por Foucault (2005), neste caso, à prática da pedofilia.

A despolitização também é evocada como regularidade temática nos comentários 8, 9 e 10, a partir de um enunciado em comum: os indivíduos de sexualidades e gêneros dissidentes estão por trás de uma ideologia de gênero que tem como objetivo degenerar a sociedade e instituir a falência da heteronorma. Antes de falarmos propriamente sobre a ideologia de gênero, no entanto, nos ateremos às especificidades de cada um dos comentários, que somam a esse enunciado outros enunciados e regularidades temáticas estigmatizantes.

No Comentário 8, por exemplo, o autor se dirige a uma outra usuária e sugere: “pesquisa sobre IDEOLOGIA DE GÊNERO e Marxismo Cultural”. Assim como a ideologia de gênero, a argumentação acerca do marxismo cultural consiste em uma tentativa de despolitização das pautas progressistas associadas à esquerda, ligadas às demandas dos movimentos sociais e de grupos minoritários da sociedade. Como definiu Siqueira (2014), “o marxismo cultural é uma regularidade temática utilizada predominantemente pela direita brasileira para anular as práticas opostas aos seus objetivos, as colocando sob a classificação de ‘marxistas’, ‘de esquerda’, ‘comunistas’”.

Nessa leitura, o marxismo cultural seria uma estratégia de dominação pela cultura, na qual os movimentos negros, LGBTs e feministas, por exemplo, seriam componentes centrais. Assim, o marxismo cultural seria aplicado sobre “um mundo de pureza, de liberdade e de reflexão racional e deliberativa, causando caos e anestesia mental sobre aqueles que estão sob seu domínio” (Idem). Nesse sentido, a conceituação do marxismo cultural reforça a naturalização do capitalismo como modo de vida legítimo, dado que apenas o modo de produção capitalista “seria a condição perfeita para a livre-escolha e, portanto, para a primazia da vontade individual sobre a vontade coletiva” (Idem).

No Comentário 9, a ideologia de gênero é citada como um instrumento para reprimir o que seu autor entende como a única expressão de gênero e sexualidade legítima: a heterossexualidade cisgênera. “É incrível como a turma quer defender ideologia de genero (sic), reprimindo a opiniao da menina”, argumenta, sugerindo que a garota transexual só se reconheceu enquanto tal devido à pressão de grupos defensores da ideologia de gênero.

Além da despolitização, o Comentário 9 também se vale da liberdade expressão enquanto regularidade temática LGBTfóbica. Seu autor critica a democracia “limitada” na qual o ataque a minorias não é socialmente tolerado, o que afetaria diretamente a plena expressão de suas opiniões: “Essa é a democracia de vocês: ‘Voce é livre pra fazer o que quiser, contanto que nao me ofenda.’ Democracia de merda! Geração mimizenta de merda!”. Refere-se, assim, aos indivíduos “mimizentos”, ou seja, os grupos acusados de fazer “mimimi”, como são entendidas as demandas verbalizadas das minorias que lutam por direitos simétricos em relação às instâncias sociais hegemônicas.

No Comentário 10, a despolitização, através da ideologia de gênero, é associada à anormalidade, em um discurso biologizante acerca das sexualidades e gêneros dissidentes. “Gênero, sexo, genitália ou seja lá como queiram chamar, só existem dois, XX e XY”, argumenta o autor, referindo-se aos cromossomos femininos e masculinos. Em seguida, em uma tentativa de despolitizar os indivíduos LGBTs, o autor do Comentário 10 sustenta que a ideologia de gênero teria como objetivo servir àqueles que são incapazes de “refletir profundamente sobre as origens e os estímulos de seu desvio de comportamento, ou como forma de angariar curral eleitoral dentro de uma sociedade já tão dividida”.

Como contextualizam Miskolci e Campana (2017, p. 725), o combate sistemático ao que se chama de “ideologia de gênero” vem sendo expandido em escala global, especialmente na Europa e na América Latina, “associando-se a diversas discussões que giram em torno da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais, entre outras questões”. Para os autores, “se, historicamente, os setores religiosos se opuseram ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate à ‘ideologia de gênero’ é mais recente e, em diversos países europeus, se começa a alardear seus supostos perigos depois de 2008” (Idem).

Assim, a conceituação de uma “ideologia de gênero” surge não apenas como uma tentativa de deslegitimação moral e biológica acerca das sexualidades e gêneros dissidentes, mas também de despolitização desses grupos e da criminalização de suas práticas e demandas políticas e sociais. Os “empreendedores morais”, combatentes da “ideologia de gênero”, não são apenas da Igreja Católica, instituição que cunhou o termo. São também de vertentes neopentecostais, “seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são necessariamente

da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 730).

Os comentários 11 e 12, por sua vez, têm em comum a regularidade temática da abjeção dos corpos. No Comentário 11, o autor reitera que adultos transexuais “podem fazer o que bem entender” com seus corpos e suas vidas, mas as crianças devem ser “deixadas em paz”. “Não existem dados científicos suficientes para se entrar em uma aventura, existem vidas em jogo. Tenham o mínimo de humanidade”, argumenta. Assim, na sua perspectiva, o corpo de uma criança transexual deve obedecer a uma cisgenderidade compulsória, pois, se for alterado de alguma maneira, estará invariavelmente fincado na instância do abjeto. O autor do Comentário 12 percorre o mesmo caminho argumentativo. Para ele, um adulto pode ser transexual, mas não uma criança, que deve ter “uma infacia (sic) digna”. Ao fim, ainda evoca como regularidade temática a liberdade de expressão (“#MinhaOpinioao”), como maneira de justificar seu comentário preconceituoso.

Quadro 12 – Bloco 4 da Análise 3

	Gênero	Categoria	Transcrição	Regularidade temática
Comentário 13	Masculino	Outros discursos de ódio	Bando de esquedeopatas... criança como o nome já diz, está em formação , como vocês dizem que ela é trans? Bando de doutrinadores da sociedade!	Despolitização
Comentário 14	Masculino	Discurso LGBTfóbico o velado	já avisaram para a criança que aparelho excretor não reproduz?	Anormalidade
Comentário 15	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Infelizmente vai rolar muito abuso sexual infantil, lamentável...	Anormalidade / Despolitização
Comentário 16	Masculino	Discurso LGBTfóbico o explícito	Eu tenho uma nota de R\$ 5.00, mas ela se identifica como R\$ 100.00... Cheguei em um mercado cujo as compras foram no valor de R\$ 100.00 e quis usar essa nota, mas não aceitou... Isso é discriminação! Ridículo não é? A mesma coisa é identificação de gênero , homem é homem e mulher é mulher!	Abjeção dos corpos
Comentário 17	Masculino	Discurso LGBTfóbico o velado	Uma criança com essa idade não sabe o que é sexualidade , isso é claramente um transtorno que deve ser tratado . Imagina se ele se sentisse um macaco ,iriam criar ele com bananas e preso em uma gaiola ???	Abjeção dos corpos
Comentário 18	Masculino	Discurso LGBTfóbico o velado	tem que devolver o brasil pros índios, ta foda, e se for reclamar de algo ou opinar é chamado logo do homofóbico ...	Liberdade de expressão

Fonte: Própria (2017)

Como já havia sugerido o Comentário 8 (“Vitória Roberta pesquisa sobre IDEOLOGIA DE GÊNERO e Marxismo Cultural”), o Comentário 13 reforça a associação entre um suposto “plano de dominação esquerdista” e as pautas progressistas referentes às diversas minorias – no contexto em questão, especialmente as minorias sexuais. Nesse sentido, um outro discurso de ódio prevalece no comentário: a aversão contra pessoas de esquerda. “Bando de esquedeopatas (sic)... criança como o nome já diz, está em formação, como vocês dizem que ela é trans? Bando de doutrinadores da sociedade!”, afirma, em uma tentativa de despolitização do que o autor entende como movimentos de esquerda, em flerte direto com a “ideologia de gênero”, embora não a cite nominalmente.

No Comentário 14, o autor evoca a regularidade temática da anormalidade a partir de um enunciado do discurso LGBTfóbico tornado popular em 2014, pelo então candidato à presidência da República Levy Fidelix (PRTB-SP). À época, indagado pela candidata Luciana Genro (PSOL-RS) sobre suas políticas de defesa para a população LGBT, Fidelix afirmou em rede nacional que “sistema excretor não reproduz”, mobilizando um argumento que se pretende científico ao classificar as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo como anormais e contra a designação “natural” dos corpos. O mesmo enunciado teve outras ocorrências na Análise 1 e nesta Análise 3, o que nos leva a crer em sua fixação a partir de atos performativos de ódio dentro da contínua retroalimentação entre as instâncias offline e online.

O Comentário 15, por sua vez, mescla novamente a anormalidade e despolitização ao associar a pedofilia às sexualidades e gêneros dissidentes. “Infelizmente vai rolar muito abuso sexual infantil, lamentável...”, afirma o autor. Na sua visão, o simples fato de uma criança transexual ser adotada por uma mãe com a mesma identidade de gênero denota uma relação de abuso sexual. Reforçamos, nesse sentido, a associação de vivências sexuais dissidentes como necessariamente pertencentes à instância das perversões sexuais (FOUCAULT, 2005).

A abjeção dos corpos é evocada novamente nos comentários 16 e 17. No primeiro, o autor empreende uma argumentação comparativa entre uma criança transexual e cédulas de dinheiro de valores divergentes, como maneira de reforçar a concepção absurda de um corpo infantil enquanto não cisgênero e desviante da heteronorma. “Eu tenho uma nota de R\$ 5.00, mas ela se identifica como R\$ 100.00...Cheguei em um mercado cujo as compras foram no valor de R\$ 100.00 e quis usar essa nota, mas não aceitou... Isso é discriminação! Ridículo não é? A mesma coisa é identificação de gênero, homem é homem e mulher é mulher!”,

sustenta. Assim, tenta expor a artificialidade que atribui à transexualidade, ao mesmo tempo em que reforça um essencialismo dos sexos e dos corpos, necessariamente cisgêneros e heterossexuais.

Uma comparação esdrúxula também é utilizada pelo autor do Comentário 17 como estratégia argumentativa. “Imagina se ele se sentisse um macaco, iriam criar ele com bananas e preso em uma gaiola ???”, questiona. Mais uma vez, a transexualidade em crianças é submetida a uma “revelação” de sua artificialidade, através das comparações citadas, no sentido de sustentar um essencialismo dos sexos e dos corpos. Afinal, para o autor do Comentário 17, já que uma criança não pode discernir sua própria sexualidade, a transexualidade se trata de um transtorno passível de tratamento.

Por fim, o autor do Comentário 18 mobiliza mais uma vez a regularidade temática da liberdade de expressão, como maneira de justificar suas ações LGBTfóbicas a partir do direito de expor sua opinião. “...E se for reclamar de algo ou opinar é chamado logo do homofóbico ...”, assevera, resguardando-se de possíveis acusações de preconceito.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como proposta elucidar as regularidades temáticas da LGBTfobia no âmbito das redes sociais online, especificamente nos espaços conversacionais de característica midiática. Para isso, partimos do pressuposto de que os comentários degradantes dirigidos à população LGBT, publicados em espaços com a característica de fórum público, constituem atos performativos de ódio dentro de uma dinâmica atrelada às polêmicas discursivas. Nesse contexto, observamos que as regularidades temáticas da LGBTfobia são evocadas, reelaboradas, perpetuadas e também ressignificadas ao longo da conversação em rede.

Para atingir nosso objetivo, analisamos os comentários acerca de notícias com a temática LGBT publicados na página do Facebook do Diário de Pernambuco. Foram coletadas 90 publicações ao longo de seis meses, de 1º de abril a 30 de setembro de 2016. Desse montante, selecionamos a notícia com mais reações de cada bimestre do período de coleta. Esse material nos permitiu visualizar, compreender e empreender uma tentativa de sistematizar as regularidades temáticas da LGBTfobia que circulavam nas conversações oriundas da publicação de uma notícia nas redes sociais de um veículo de comunicação.

Observamos também como os comentários estão atrelados às dinâmicas das polêmicas discursivas e à performatividade do discurso – que, ambigualmente, contribui para a perpetuação das relações de poderes assimétricas, entre instâncias hegemônicas e subalternas, ao mesmo tempo em que permite sua subversão, através das micro-resistências e enfrentamentos por ela engendrados.

Nas análises 2 e 3⁴⁷, a produção de atos performativos de ódio foi observada a partir da reprodução e reelaboração de um mesmo enunciado ao longo das publicações em questão. Embora não possamos aferir quais comentários foram motivados pela leitura de comentários prévios, observamos movimentações nas conversações e interações que fortalecem esse argumento, além de sua recorrência significativa, medida através das posições numéricas com que esses enunciados apareceram nas conversações em questão.

Observamos que as dinâmicas das polêmicas discursivas, atreladas às práticas discursivas de constituição de poder, mantêm os espaços conversacionais de característica

⁴⁷ Esse procedimento não foi realizado na Análise 1 devido à mudança de perspectiva analítica ao longo da pesquisa, que inicialmente se voltaria exclusivamente para a observação das regularidades temáticas da LGBTfobia. Optamos por manter a Análise 1 sem essa característica para deixar evidente o desenvolvimento da pesquisa e as mudanças que ocorreram durante esse processo.

mediática acirrados quanto aos posicionamentos manifestados em relação às notícias que têm como tema a população LGBT. Os resultados das análises empreendidas neste trabalho apontam para uma quantidade significativamente aproximada entre comentários LGTBfóbicos (velados e explícitos) e comentários empáticos a LGBTs, como demonstra a tabela abaixo. Com isso, evidenciamos uma disputa discursiva por verdades que abarca procedimentos argumentativos diversos, em geral atrelados a diferentes usos da violência verbal, como o desmerecimento do ponto de vista do Outro e ataques à pessoa do Oponente.

Tabela 1 – Comparativo entre comentários LGTBfóbicos e empáticos a LGBTs

	Quantidade total de comentários	Comentários LGTBfóbicos	Comentários empáticos a LGBTs
Análise 1	1.170	32%	33%
Análise 2	733	35%	33%
Análise 3	913	34,9%	38,6%

Fonte: Própria (2017)

Em uma perspectiva de separação por gênero, os comentadores masculinos apareceram em maior número nas categorias de comentários LGTBfóbicos, com uma diferença numérica significativa em relação às comentadoras mulheres. Os comentários empáticos, no entanto, expressaram um maior equilíbrio entre os gêneros dos comentadores, com uma maioria de autoras mulheres em duas das três análises. A única exceção foi a Análise 1, com uma maioria de comentários empáticos de autores masculinos, mesmo com uma diferença pouco significativa. A partir dessas recorrências, demonstramos na tabela abaixo as porcentagens de comentários LGTBfóbicos masculinos e comentários empáticos femininos, como modo de compararmos a quantidade de autores por gênero e categoria.

Tabela 2– Comparativo entre comentários LGBTfóbicos masculinos e comentários empáticos a LGBTs femininos

	Comentários LGBTfóbicos masculinos	Comentários empáticos a LGBTs femininos	Fonte : Própria (2017)
Análise 1	74,7%	42,8%	
Análise 2	69,5%	51,3%	
Análise 3	72,7%	51,6%	

A

partir das análises, observamos que os sentimentos de ódio tendem a aparecer em quantidade maior através de comentários escritos, enquanto os sentimentos positivos aparecem em quantidade muito mais elevada nas reações disponibilizadas pelo Facebook em suas publicações, como vemos na tabela abaixo. As reações “imediatas”, por assim dizer, oferecidas pela ferramenta, são as seguintes: “Curtir” (aprovação), “Amei” (afetividade), “Haha” (humor), “Uau” (surpresa), “Triste” (tristeza) e “Grr” (raiva).

Tabela 3 – Visão geral das reações nas três postagens

	Reações totais	“Curtir”	“Amei”	“Haha”	“Uau”	“Triste”	“Grr”
Análise 1	7,5 mil	6,9 mil	516	65	31	4	35
Análise 2	11 mil	10 mil	1,1 mil	72	32	6	20
Análise 3	6,9 mil	5,2 mil	1,4 mil	57	44	27	105

Fonte: Própria (2017)

Assim, supomos que haja mais usuários dispostos a comentar negativamente sobre os indivíduos LGBT, o que, a rigor, exige um esforço maior do que reagir à notícia através de um clique. Se o número de reações correspondesse aos comentários, provavelmente haveria um número muito mais significativo de comentários empáticos a LGBTs nos espaços conversacionais em questão. Apesar de serem consideradas um medidor da atmosfera geral de uma publicação, as reações, como observamos, não correspondem necessariamente a uma realidade aproximada dos comentários publicados naquele espaço.

Ao longo das análises, e das leituras suscitadas por elas, chegamos à conclusão de que pelo menos oito regularidades temáticas da LGBTfobia foram evocadas nos atos performativos de ódio observados nos comentários: a misoginia (BOURDIEU, 2016), a aversão (BOURDIEU, 2007), a biopolítica (FOUCAULT, 2005; 2008a), a anormalidade (FOUCAULT, 2010), a moralidade dos comportamentos (FOUCAULT, 1984), a abjeção dos corpos (BUTLER, 1993; 2015), a liberdade de expressão e a despolitização.

Essas regularidades temáticas, e os enunciados a elas vinculados, se nutrem e se retroalimentam através de atos performativos de ódio, observados ao longo das interações, disputas e tentativas de consenso entre os comentadores do espaço conversacional analisado. É importante salientar que nem todas as oito categorias aparecem simultaneamente em uma mesma publicação com a temática LGBT, embora, no âmbito das análises aqui empreendidas, houve poucas exceções.

A maioria das oito regularidades temáticas enumeradas nesta pesquisa apareceram nas três análises, embora em quantidades significativamente distintas. Essa observação nos leva a sugerir que é a própria especificação da notícia, junto ao texto publicado no Facebook pelo jornal e à foto que o acompanha, que dão o direcionamento de quais regularidades temáticas da LGBTfobia prevalecerão em detrimento de outras, como demonstramos a seguir. Assim, a depender do tema e da construção do enunciado da notícia pelo veículo em sua rede social, algumas regularidades temáticas têm mais chances de aparecer em maior quantidade do que outras.

Entendendo cada notícia como pertencente a temáticas específicas dentro da gama de possibilidades de abordagens acerca da população LGBT, pontuamos algumas observações no âmbito das três publicações analisadas. A notícia da Análise 1 (*Participação no Altas Horas de filho de casal homoafetivo provoca reações nas redes sociais*) teve como tema a família, o que suscitou uma grande maioria de comentários LGBTfóbicos atrelados à anormalidade. Dentro dessa perspectiva, um núcleo familiar não heterossexual não é considerado normal, sendo esse, portanto, o gatilho para o ódio da postagem da Análise 1.

Na notícia da Análise 2 (*Papa Francisco diz que Igreja deve pedir desculpas aos homossexuais*), o tema preponderante, ou o gatilho para o ódio, por assim dizer, foi a religião. A possível violação do código moral cristão pelo líder católico evocou uma maioria de comentários LGBTfóbicos atrelados à moralidade dos comportamentos. Já a notícia da

Análise 3 (*Criança trans é adotada por mulher trans em Jaboatão*) teve como gatilhos de ódio o corpo desviante da heteronorma e a família, sendo preponderantes os comentários ligados à abjeção dos corpos e, em menor quantidade, à anormalidade.

Ao afirmarmos que os comentários de ódio constituem atos performativos de ódio, não podemos deixar de observar que os comentários empáticos a LGBTs obedecem às mesmas dinâmicas performativas dos primeiros. Afinal, o discurso empático a LGBTs, assim como o discurso da militância LGBT (embora tenham pontos convergentes evidentes, não nos sentimos confortáveis para afirmar que ambos são iguais), paira sobre uma formação discursiva específica e razoavelmente delimitada. Assim, é compreensível que o discurso empático a LGBTs atenda a uma lógica semelhante de reprodução. No entanto, nosso enfoque não permitiu um aprofundamento quanto a isso, nem em relação às regularidades temáticas dos discursos a favor dos LGBTs.

É importante destacar que a mentalidade biopolítica, embora se manifeste de maneiras específicas quando evocada como regularidade temática da LGBTfobia, como observamos ao longo das análises, é um componente que atravessa as demais regularidades temáticas. A articulação entre os diversos discursos a esse tipo de higienização do corpo social hegemônico revela os mecanismos de constituição e manutenção de poder aos quais os discursos de ódio estão fundamentalmente submetidos. Assim, as regularidades temáticas da LGBTfobia podem ser lidas como instrumentos efetivos de uma ofensiva conservadora de ordem econômica, social, sexual e comportamental, como modo de atender às demandas neoliberais que são a condição primordial para a instalação de um estado de governamentalidade biopolítica.

Como ditos antes, este trabalho se propôs a elucidar algumas das dinâmicas que possibilitaram um espraio bastante significativo do discurso LGBTfóbico nas redes sociais nos últimos anos. A categorização feita a partir do nosso recorte não se propõe a finalizar a discussão em torno das regularidades temáticas da LGBTfobia. Afinal, devido às dinâmicas próprias dos discursos (que podem ressignificar determinadas regularidades temáticas ou produzir novas), ou mesmo devido às limitações do recorte e da leitura aqui empreendidas, outras regularidades temáticas são passíveis de serem identificadas, sistematizadas e problematizadas.

Acreditamos que evidenciar as regularidades temáticas da LGBTfobia é uma forma de constituir uma espécie de sistematização dos instrumentos discursivos utilizados para atacar

essa população historicamente estigmatizada, não só nas redes sociais online, mas no mundo offline, dado que ambos os ambientes constituem um contínuo imbricado e complexo. Assim, ao compreendermos as escolhas temáticas evocadas nesses comentários e sua historicidade, passamos a ter mais condições de empreender enfrentamentos mais efetivos quanto a essa problemática, em outras palavras, produzir potências, micro-resistências e enfrentamentos para os tempos sombrios que já estão aqui.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel; SANFORT, Nevitt. The authoritarian personality. In: HORKHEIMER, Max; FLOWERMAN, Samuel (Org.). **Studies in prejudice, volume 1**. Nova Iorque: Harper & Brothers. 1950.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 15(43), 2010, p. 110-125. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000100008>>. Acesso em: 21/06/2017.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Livro digital.
- _____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUSTIN, John. 1962. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press.
- BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, n. 106, São Paulo, p. 205-2018.
- BARROS, Maria Neuma Carvalho de; ROCHA, Zeferino de Jesus Barbosa. “Ódio, cúmplice do Eu”. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 518-528, Dec. 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia - história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- _____. **Excitable Speech – A Politics of the Performative**. New York and London: Routledge, 1997.
- _____. **Bodies that matter**. New York and London: Routledge, 1993.
- _____. Meramente cultural. **Ideias**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 227-248, Dez. 2016.
- CALIL, Gilberto. Reflexões sobre a ascensão da direita. **Junho Blog**, maio de 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/reflexoes-sobre-a-ascensao-da-direita/>>. Acesso em: 24/06/2017.

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006.

CARONE, Iray. A personalidade autoritária – Estudos frankfurtianos sobre o Fascismo. **Sociologia em Rede**, Vol. 2(2), 2012, Goiânia, p. 14-21. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/2carone2>>. Acesso em: 15/07/2017.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações criativas. **Interface**, Vol. 1(1), 1997, São Paulo, p. 181-186. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32831997000200014>>. Acesso em 11/06/2017.

CHARLEAUX, João Paulo; CASARÕES, Guilherme. Como os cenários interno e externo ajudam a explicar Bolsonaro nas pesquisas. **Nexo**, 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/02/Como-os-cen%C3%A1rios-interno-e-externo-ajudam-a-explicar-Bolsonaro-nas-pesquisas>>. Acesso em 15/07/2017.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia – O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2006.

DANNER, Fernando. **Biopolítica e liberalismo: a crítica da racionalidade política em Michel Foucault**. 2011. 168 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3504>>. Acesso em 23/06/2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIBYENDY, Ganguli. Negotiating Sexual ‘Otherness’: An Exploratory Study of Harassment on Male Homosexuals in Metropolitan Kolkata, India. **International Research Journal of Social Sciences**, v. 2, Índia, 2013, p. 25-30. Disponível em: <<http://www.isca.in/IJSS/Archive/v2/i3/5.ISCA-IRJSS-2013-028.pdf>>. Acesso em: 23/06/2017.

FIGUEIREDO, Carolina. Ocupe como utopia: um ensaio sobre a noção de rede e o Caso Estelita. **Esferas**, v. 6, 2015, Goiânia, p. 99-108.

FILHO, Miguel Gomes. **(Homo)sexualidades e Foucault: para o cuidado de si**. Curitiba, Appris, 2016.

FIORIN, José Luiz. Semiótica e comunicação. **Galáxia**, n. 8, 2004, São Paulo, 13-30.

_____. Enunciação e comunicação. In: FIGARO, Roseli (Org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa CEDES**, on-line, [S.1.], vol. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

FONSÊCA, Ana Lucia Barreto da; MARIANO, Maria do Socorro Sales. Desvendando o mecanismo da projeção. **Psicologia em foco**, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, v. 1, n. 1, 2008.

- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2002.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **História da sexualidade 1 – A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.
- _____. **História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres**. São Paulo: Graal, 1984.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014a.
- _____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.
- GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Giordani, Rosselane (2011), As relações de poder exercidas através do discurso, **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, (Online). Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin – Outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 34-52.
- LEÃO, Carolina. O mal: como esquecer, por que esquecer?. **Suplemento Pernambuco**, Recife, n. 111, p. 14-17. maio de 2015.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 2010.
- LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidade: políticas de subjetivação**. Porto Alegre: Rede Unida, 2014. Disponível em: <http://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital>>. Acesso em 19/07/2017.
- LÖWY, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015.
- MISKOLCI, Richard. Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-742, 2017.
- _____.; PELÚCIO, Larissa. **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012.
- MOURA, Marco Aurélio. **O discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Lura Editorial, 2016.
- OLIVA, Thiago Dias. **Minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão**. Juruá: Curitiba, 2015.

PENACHIONI, Julia; GUIORDI, Patricia Cúcio; PRADA, Thiago. A banalidade do mal na atualidade: as redes sociais online como espaços de guerra. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 76-96, 2016.

PERES, William Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luís Antonio Francisco (Org.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Acadêmica; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf>. Acesso em: 10/06/2017.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____; FRAGOSO, Suely; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SAFATLE, Vladimir. A falsa onda conservadora. **Folha de São Paulo**, São Paulo (site). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/12/1722920-a-falsa-onda-conservadora.shtml>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 52, n. 207, p. 143-158, 2015. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/207/ril_v52_n207_p143>.

SILVA, Gustavo A. **A liberdade de expressão e o discurso de ódio**. JusBrasil, 2014. Acesso em 16 de julho de 2017. Disponível em: <<http://gus91sp.jusbrasil.com.br/artigos/152277318/a-liberdade-de-expressao-e-o-discurso-de-odio>>.

SILVA, José Remon Tavares. Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. **18º Redor**. UFRPE, Recife, Pernambuco, 2014.

SILVA, Rosane Leal da et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Rev. Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468, dez. 2011. Acesso em 19 de julho de 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322011000200004>>.

SOARES, Pricilla Farina. **O discurso da violência sistêmico-simbólica e sua replicação nos memes de humor da fanpage Diva Depressão**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

TIBURI, Marcia. Ódio compartilhado. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, n. 28, p. 5, fevereiro de 2017.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo Social**, 10(2), São Paulo, p. 63-100. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/ts.v10i2.86781>>. Acesso em 14/07/2017.

ZEVALLOS, Zuleyka. What's Otherness?. **Other Sociologist**, 2011. Disponível em: <<https://othersociologist.com/otherness-resources/>>. Acesso em 14/07/2017.

ANEXO 1 – ÍNDICE DE NOTÍCIAS COM TEMÁTICA LGBT COLETADAS

Período de coleta: 1º de abril e 30 de setembro de 2016

Fonte: <http://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco>

Total de publicações coletadas: 90

Legendas: r. = reações; c. = compartilhamentos

Abril de 2016 - Total: 10 notícias

03/04 - *Participação no Altas Horas de filho de casal homoafetivo provoca reações nas redes sociais* (7,5 mil r.; 471 c.; 579 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1119040961452638>>.

08/04 - *Colômbia aprova casamento civil entre pessoas do mesmo sexo* (2,6 mil r.; 135 c.; 238 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1121516594538408>>.

08/04 - *Papa estende a mão aos divorciados, mas rejeita o casamento gay* (4,1 mil r.; 307 c.; 260 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1122128787810522>>.

13/04 - *Estudante denuncia agressão motivada por homofobia* (688 r.; 75 c.; 100 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1125122020844532>>.

15/04 - *Registrado primeiro caso de transmissão sexual de zika entre homens* (236 r.; 50 c.; 28 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1126129437410457>>.

17/04 - *Discursos de Jean Wyllys e Jair Bolsonaro empolgam manifestantes no Recife* (3,4 mil r.; 136 c.; 289 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1127617777261623>>.

18/04 - *Bolsonaro vira alvo de cuspidas em novo jogo da internet* (2,3 mil r.; 115 c.; 217 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1128311727192228>>.

18/04 - *Partido de Bolsonaro vai entrar no Conselho de Ética contra Wyllys* (3,1 mil r.; 199 c.; 578 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1128257853864282>>.

28/04 - *Casal vence guarda em processo contra mãe de aluguel* (4,9 mil r.; 163 c.; 219 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1134120129944721>>.

28/04 - *Dilma sanciona decreto que permite uso de nome social em crachás por servidores transgêneros* (1,6 mil r.; 127 c.; 149 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1134386723251395>>.

Maior de 2016 - Total: 19 notícias

05/05 - *Manifestantes fazem ato contra proibição da ideologia de gênero nos livros didáticos do Recife* (847 r.; 102 c.; 206 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1138608769495857>>.

09/05 - *Patrícia Abravanel afirma que homossexualidade não é normal e é criticada na web* (2,7 mil r.; 167 c.; 494 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1140886892601378>>.

10/05 - *Vereadores do Recife votam projeto de lei que veta livros sobre sexualidade em escolas* (1,4 mil r.; 288 c.; 163 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1141344619222272>>.

10/05 - *Comissão da Alepe rejeita projeto que proíbe livros com menções a questões de gêneros* (698 r.; 57 c.; 62 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1141843222505745>>.

10/05 - *App criado por estudantes pernambucanos busca lar para pessoas LGBT expulsas de casa* (851 r.; 130 c.; 47 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1141633365860064>>.

11/05 - *Clipe sertanejo gay com Felipe Titto quebra estereótipo do gênero* (1,6 mil r.; 42 c.; 161 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1142235342466533>>.

11/05 - *Itália aprova lei que legaliza união homossexual* (1,8 mil r.; 118 c.; 107 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1142475602442507>>.

12/05 - *Glória Perez busca transexuais para atuar em novela* (1 mil r.; 59 c.; 113 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1142827672407300>>.

15/05 - *O caso de Josefina que virou José Maria* (149 r.; 50 c.; 23 comentários). Disponível em: <<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1144361408920593>>.

15/05 - *Pernambucanos criam plataforma online para ajudar homossexuais expulsos de casa a encontrar um lar* (562 r.; 41 c.; 61 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1144912072198860>>.

18/05 - *MPPE retira trecho de edital do concurso da PM que vetava participação de transexuais* (2 mil r.; 198 c.; 220 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1146699312020136>>.

18/05 - *Desafio dos transexuais no mercado de trabalho é a baixa escolaridade* (517 r.; 17 c.; 48 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1146833568673377>>.

23/05 - *Por uma política pública para as pessoas trans* (312 r.; 24 c.; 41 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/photos/a.208054615884615.50264.202569256433151/1149491651740902/?type=3&theater>>.

23/05 - *Ana Paula Valadão rebate críticas a boicote de loja: “Tenho orado pelos inimigos”* (1,6 mil r.; 43 c.; 410 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1149729655050435>>.

24/05 - *Netflix: Transexual crucificada participará de Sense8* (3,3 mil r.; 1.861 c.; 471 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1150446201645447>>.

28/05 - *Elenco de Sense8 está no Brasil para gravações da segunda temporada* (999 r.; 37 c.; 77 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1151665738190160>>.

28/05 - *Produções televisivas brasileiras desafiam o preconceito ao colocar transexuais em evidência* (401 r.; 0 c.; 61 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1152850574738343>>.

29/05 - *'Crucificada' em 2015, modelo leva bíblia para Parada Gay em SP* (3,3 mil r.; 264 c.; 697 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1153473871342680>>.

31/05 - *Único homem trans da PMPE é pioneiro na luta por tolerância* (1 mil r.; 80 c.; 50 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1154581381231929>>.

Junho de 2016 - Total: 25

02/06 - *Possível casal de mulheres em filme da Disney repercute nas redes sociais* (3,2 mil r.; 218 c.; 359 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1156007924422608>>.

05/06 - *Cristo em peça sobre transexualidade gera polêmica* (127 r.; 2 c.; 38 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1157907694232631>>.

08/06 - *PSB vai ao STF contra regra que proíbe doação de sangue por homens homossexuais* (802 r.; 84 c.; 65 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1160015724021828>>.

12/06 - *Ataque a boate em Orlando deixou ao menos 50 mortos, diz prefeito* (1,8 mil r.; 182 c.; 54 comentários). Disponível em:
<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1162259700464097>>.

12/06 - *EUA: identificado como atirador, Omar Mateen tinha 2 licenças de armas de fogo* (769 r.; 95 c.; 65 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1162360620454005>>.

12/06 - *Trump pede renúncia de Obama após massacre em Orlando* (880 r.; 44 c.; 149 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1162494670440600>>.

12/06 - *Conheça a geração tombamento: música, moda, empoderamento e desconstrução de preconceitos* (748 r.; 30 c.; 70 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1162474383775962>>.

13/06 - *Homofobia como arma do terror* (406 r.; 57 c.; 114 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/photos/a.208054615884615.50264.202569256433151/1162714603751940/?type=3&theater>>.

13/06 - *Artistas lamentam ataque em Orlando e pedem fim da homofobia* (425 r.; 22 c.; 33 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1162831993740201>>.

13/06 - *No Reino Unido, crianças decidirão se vão usar calça ou saia, de acordo com identidade de gênero* (1,5 mil r.; 92 c.; 130 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1162793057077428>>.

13/06 - *Vítima de ataque em Orlando avisou a mãe pouco antes de morrer* (2,8 mil r.; 158 c.; 89 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1162749873748413>>.

14/06 - *Editorial: Quanto mais armas, mais mortes* (444 r.; 278 c.; 482 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/photos/a.208054615884615.50264.202569256433151/1163301530359914/?type=3&theater>>.

15/06 - *Príncipe William estampa capa de revista gay e critica homofobia* (1,8 mil r.; 157 c.; 64 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1164031193620281>>.

16/06 - *Shopping é acusado de excluir casal gay de campanha* (999 r.; 52 c.; 306 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1164673703556030>>.

16/06 - *Ivete critica agressão da polícia a fãs homossexuais durante show: 'Algo deplorável'* (3 mil r.; 110 c.; 118 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1164794163543984>>.

18/06 - *Grupo realiza protesto com ataques homofóbicos e racistas no campus da Universidade de Brasília* (621 r.; 88 c.; 102 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1166063566750377>>.

19/06 - *Cauã Reymond vive travesti que sofre homofobia e apanha em clipe. Assista* (2,6 mil

r.; 136 c.; 117 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1166825393340861>>.

20/06 - *Ator mirim Mateus Ueta é chamado de viado e rebate: 'não teria o menor problema'* (3,1 mil r.; 136 c.; 113 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1167452929944774>>.

20/06 - *Taxistas fazem paródia homofóbica contra a Uber* (673 r.; 59 c.; 145 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1167510349939032>>.

22/06 - *Pernambucano que foi travesti por dez anos fala sobre preconceito na TV* (1,8 mil r.; 117 c.; 103 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1168957276461006>>.

23/06 - *Caio Blat e Ricardo Pereira protagonizarão primeira cena de sexo entre dois homens na Globo* (3,7 mil r.; 105 c.; 291 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1169351119754955>>.

27/06 - *Papa Francisco diz que Igreja deve pedir desculpas aos homossexuais* (11 mil r.; 2.725 c.; 421 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1171779742845426>>.

27/06 - *Recife vestirá as cores do arco-íris pelo Dia Internacional do Orgulho LGBT* (6,4 mil r.; 1.173 c.; 793 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/photos/a.208054615884615.50264.202569256433151/1172218532801547/?type=3&theater>>.

27/06 - *Dia do Orgulho LGBT vai colorir as ruas do Recife* (1,1 mil r.; 48 c.; 234 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1171996986157035>>.

29/06 - *“Armário” não é para gente de coragem* (385 r.; 19 c.; 45 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/photos/a.208054615884615.50264.202569256433151/1173051689384898/?type=3&theater>>.

Julho de 2016 - Total: 14 notícias

03/07 - *Sarau da Diversidade no Mercado da Boa Vista* (603 r.; 14 c.; 52 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1175719375784796>>.

05/07 - *Campanha pede boicote à Globo e à primeira cena de sexo entre homens* (4,1 mil r.; 787 c.; 837 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1177172075639526>>.

05/07 - *Hospital da Mulher promove mutirão de atendimento para lésbicas, bissexuais e trans*

(1,8 mil r.; 173 c.; 148 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1177365242286876>>.

05/07 - *Em declaração homofóbica, Marco Feliciano compara pessoas a tomadas: 'Um é macho e outro é fêmea'* (1,7 mil r.; 154 c.; 605 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1177342235622510>>.

06/07 - *Primeira cena de sexo entre homens da TV brasileira é aplaudida e emociona elenco* (9,5 mil r.; 642 c.; 1,5 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1177986718891395>> .

08/07 - *Alepe tem primeira funcionária transexual* (1,6 mil r.; 47 c.; 113 comentários).

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1179128932110507>>.

09/07 - *UFPE divulga nota de repúdio à pichação homofóbica em banheiro da universidade* (2 mil r.; 149 c.; 210 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/photos/a.208054615884615.50264.202569256433151/1180081138681953/?type=3&theater>>.

10/07 - *Cabeleireiro e pastor se unem em cerimônia evangélica de casamento gay* (5,4 mil r.; 494 c.; 759 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1180710205285713>>.

12/07 - *Globo exibe nesta terça-feira primeira cena de sexo entre homens em uma novela* (5,5 mil r.; 401 c.; 881 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1181815945175139>>.

13/07 - *Mais de 8,5 mil casamentos homoafetivos foram realizados até 2014, diz CNJ* (1,8 mil r.; 56 c.; 190). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1182990141724386>>.

13/07 - *Primeira cena de sexo entre homens na TV brasileira provoca elogios, preconceito e memes* (6,6 mil r.; 223 c.; 1,6 mil comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1182507398439327>>.

15/07 - *Maria Gadú se declara em programa e esposa chora: "Ela é completamente linda"* (8,6 mil r.; 290 c.; 337 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1184222648267802>>.

16/07 - *Cineasta irmão de Luciano Huck critica notícias sobre a homossexualidade dele* (1,8 mil r.; 37 c.; 61 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1184810698208997>>.

27/07 - *Professora faz cirurgia de readequação de gênero com ajuda de vaquinha criada por alunos* (300 r.; 13 c.; 47 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1192021174154616>>.

Agosto de 2016 - Total: 10 notícias

02/08 - *Ivete é processada por casal gay agredido em show dela* (1,7 mil r.; 73 c.; 267 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1196359753720758>>.

05/08 - *Modelo Lea T. destaca participação na abertura dos Jogos Rio 2016: Nós não temos que viver na escuridão* (486 r.; 14 c.; 45 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1198837793472954>>.

05/08 - *MC Gui esclarece polêmica sobre comentários preconceituosos no Twitter* (1,6 mil r.; 75 c.; 101 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1198538526836214>>.

06/08 - *Curso ensina porteiro a desconfiar de amigo de morador gay* (7,3 mil r.; 3.280 c.; 646 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/photos/a.208054615884615.50264.202569256433151/1199197943436939/?type=3&theater>>.

06/08 - *O vaqueiro moderno do Sertão e a bandeira gay* (721 r.; 59 c.; 91 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1199386510084749>>.

09/08 - *Jogadora de rúgbi é pedida em casamento nos Jogos do Rio* (5,9 mil r.; 146 c.; 323 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1201843649839035>>.

12/08 - *Jornalista expõe atletas olímpicos gays e é criticado na web* (165 r.; 1 c.; 19 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1204398849583515>>.

12/08 - *Turnê filha de "preto com gay" de Ana e Jorge chega a Pernambuco* (978 r.; 28 c.; 28 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1204505349572865>>.

19/08 - *Pastor que prega que Deus pune gays com desastres naturais tem casa destruída em enchente* (2,3 mil r.; 438 c.; 208 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1210353202321413>>.

27/08 - *Moda sem gênero* (556 r.; 159 c.; 114 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/videos/1216146221742111/>>.

Setembro de 2016 – Total: 12 notícias

06/09 - *Angelina Jolie e Brad Pitt dão apoio à decisão de Shiloh em mudar nome para John* (5,1 mil r.; 193 c.; 307 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1225646894125377>>.

10/09 - *Ilustrações mostram princesas da Disney com namoradas* (5,3 mil r.; 642 r.; 5,3 mil r.; 1,1 mil comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1229694750387258>>.

11/09 - *Candidatos homossexuais têm o desafio de romper barreiras* (475 r.; 19 c.; 28 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1230386233651443>>.

13/09 - *Menino de 12 anos enfrenta protesto contra casamento igualitário* (1,8 mil r.; 111 c.; 55 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1232251423464924>>.

16/09 - *Parada da Diversidade vai arrecadar doações para instituições de caridade e moradores de rua* (1,5 mil r.; 74 c.; 79 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1235133743176692>>.

17/09 - *Vídeo de Alexandre Borges provoca debate sobre homofobia nas redes sociais* (5,4 mil r.; 232 c.; 498 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1235674919789241>>.

18/09 - *Com a bandeira da "Democracia fora do armário"...* (1,3 mil r.; 38 c.; 153 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1236708726352527>>.

18/09 - *Parada da diversidade toma conta da orla de Boa Viagem* (3,2 mil r.; 57 c.; 139 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1236618023028264>>.

1909 - *Um roteiro em produção pela representatividade* (45 r.; 3 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/photos/a.208054615884615.50264.202569256433151/1237164336306966/?type=3&theater>>.

2609 - *Candidata travesti entra com recurso para concorrer pela cota feminina* (1,3 mil r.; 42 c.; 169 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1243442392345827>>.

27/09 - *Criança trans é adotada por mulher trans em Jaboatão* (6,8 mil r.; 453 c.; 310 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1244207082269358>>.

27/09 - *Personagem gay é protagonista de polêmica em escola privada do Recife* (2,1 mil r.; 330 c.; 194 comentários). Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornaldiariodepernambuco/posts/1244492895574110>>.